

Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural e Condensado no Campo de Mexilhão, Bacia de Santos

**Relatório de Finalização dos Projetos de Compensação
da Atividade Pesqueira (PCAP) da Bacia de Santos**

Programa de Ação Participativa para a Pesca – PAPP

Fevereiro/2017



E&P

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO 1. PROGRAMA DE AÇÃO PARTICIPATIVA PARA A PESCA E O PROCESSO DE PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS DE COMPENSAÇÃO.....	1
CAPÍTULO 2. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS.....	6
CAPÍTULO 3. IMPREVISTOS, IMPLICAÇÕES, SOLUÇÕES E ALTERAÇÕES DE CADA TIPO DE PROJETO.....	41
CAPÍTULO 4. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROJETOS PELA PERCEPÇÃO DOS PESCADORES.....	67
5. RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DO PAPP	122
6. CONCLUSÃO	124
7. RESPONSÁVEL TÉCNICO.....	126

CAPÍTULO 1. PROGRAMA DE AÇÃO PARTICIPATIVA PARA A PESCA E O PROCESSO DE PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS DE COMPENSAÇÃO

Localizado na Bacia de Santos, o Campo de Mexilhão tem capacidade de produção estimada em 15 milhões de m³ por dia de gás e 20 mil barris de condensado por dia. A estrutura de Produção do Campo de Mexilhão é composta por uma plataforma fixa em profundidade de 172 m de lâmina d'água, por meio de uma jaqueta, interligada a 6 poços produtores e ao Gasoduto de Mexilhão, empreendimento que possui 142 km no trecho marítimo e 7,7 Km no trecho terrestre.

Devido a sua complexidade, o projeto, empreendido pela Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Santos (UO-BS) da PETROBRAS, foi dividido em várias etapas no processo de licenciamento ambiental. A etapa do Projeto Mexilhão – Trecho Marítimo envolveu a instalação do sistema de coleta, Plataforma de Mexilhão (PMXL-1) e instalação do gasoduto marítimo entre a PMXL-1 e Praia das Palmeiras, situada em Caraguatatuba.

O processo de licenciamento ambiental do empreendimento em questão teve início no ano de 2005 com os seguintes marcos:

- Emissão do TR: 09/11/2005;
- Entrega do EIA e solicitação da LP: 24/04/2006;
- Realização de Audiência Pública: 31/10/2006;
- Emissão da Licença Prévia n.268/08: 01/04/2008;
- Emissão da Licença de Instalação n.500/08 (Águas Profundas): 04/04/2008;
- Emissão da Licença de Instalação n. 514/08 (Águas Rasas): 03/06/2008;
- Emissão da Licença de Instalação n.583/09 (Trecho Terrestre): 29/01/2009;
- Emissão da Licença de Operação n.999: 28/02/2011.

Durante a instalação do gasoduto marítimo no trecho de águas rasas, por exigências de segurança, foi necessária a criação de área de exclusão de navegação e pesca em um raio de 500 metros no entorno da embarcação que executou esta atividade. Por esse motivo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA condicionou à Licença de Instalação nº 514/08, no processo de licenciamento do IBAMA nº. 02022.003014/2005, o desenvolvimento de projetos de compensação da atividade pesqueira (PCAP).

Para atender esta condicionante a PETROBRAS desenvolveu o Programa de Ação Participativa para a Pesca (PAPP).

O PAPP inicialmente abrangeu 22 comunidades de pescadores artesanais que foram identificadas por meio de uma caracterização realizada em 2008 pela empresa Habitec, a saber:

Ubatuba: Ilha dos Pescadores, Maranduba, Picinguaba e Saco da Ribeira;

Caraguatatuba: Camaroeiro, Tabatinga, Massaguaçu e Porto Novo;

São Sebastião: Enseada, Pontal da Cruz e São Francisco;

Ilhabela: Praia da Fome, Saco do Indaiá e Jabaquara, São Pedro, Saco do Sombrio e Porto do Meio, Figueira, Guanxuma, Guanxumas de Búzios/Saco do Eustáquio e Ilha da Vitória.

Em 2011 foram incluídas seis novas comunidades pertencentes ao município de Ilhabela, a saber: Serraria, Bonete e Baía de Castelhanos (Canto da Lagoa, Canto do Ribeirão, Praia Vermelha e Praia Mansa). Estas comunidades foram caracterizadas e diagnosticadas pela equipe da Gerência de Meio Ambiente da UO-BS.

1.1 - METODOLOGIA UTILIZADA

Definidas as comunidades, deu-se início ainda em 2008 a um Diagnóstico Rápido Participativo, realizado pela empresa SOMA. A abordagem metodológica para definição e implantação do PAPP foi baseada em ações participativas que objetivaram envolver os atores locais no processo de construção de projetos para

promover sua sustentabilidade, uma vez que possibilitou a apropriação dos mesmos pela comunidade e garantiu o fortalecimento e a organização social. O desenvolvimento deste programa, inicialmente proposto para atender à implementação do PCAP no litoral norte do Estado de São Paulo, foi focado em contribuir de forma concreta no sentido de preparar as comunidades para descobrir as potencialidades locais com vistas ao seu desenvolvimento sob uma perspectiva de sustentabilidade.

As comunidades de pesca artesanal dos municípios de Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba passaram por um levantamento realizado após o Estudo de Impacto Ambiental - EIA-RIMA, denominado Caracterização das Comunidades Pesqueiras Artesanais e de Baixa Mobilidade do Litoral Norte de São Paulo, realizado nos meses de fevereiro e março de 2008.

Nas comunidades identificadas como afetadas pela atividade em pauta foi realizado um diagnóstico norteado pelo princípio da participação dos atores sociais ligados à cadeia produtiva da pesca artesanal. Num primeiro momento, foi promovida uma etapa de mobilização e seleção dos agentes locais e, posteriormente, foi realizado o diagnóstico rápido participativo - DRP.

Após o DRP, foi realizada uma ação devolutiva dos resultados com mobilização, exposição das informações coletadas, oficina de debate dos resultados e assembleia de seleção de banco de projetos.

Foram levantadas todas as demandas por projetos/ações, e determinado o projeto a ser executado por comunidade, sendo este escolhido após priorização por ordem de importância, pela própria comunidade no momento da assembleia.

Ao final, formou-se uma comissão local para acompanhamento e gestão dos projetos. Após a definição, os projetos foram encaminhados ao IBAMA/CGPEG para aprovação, antes do início de sua execução.

O mesmo ocorreu com as seis novas comunidades inseridas em 2011, porém foram caracterizadas por meio de dados secundários dos diagnósticos do Projeto de Educação Ambiental de São Paulo (PETROBRAS), da Prefeitura do Município de

Ilhabela e do Parque Estadual de Ilhabela/Fundação Florestal. Posteriormente, estas informações foram validadas e complementadas através de uma etapa do diagnóstico participativo.

1.2 –PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS DE COMPENSAÇÃO

As escolhas dos projetos pelas comunidades obedeceram às diretrizes de PCAP impostas pelo IBAMA para seleção dos projetos compensação, a saber:

- 1) Não poderão ser considerados projetos que substituam as obrigações do poder público (exemplos: projetos de fornecimento de energia elétrica, saneamento básico, construção de postos de saúde, entre outros);
- 2) Não poderão ser considerados projetos de cunho individual (os projetos deverão ser coletivos);
- 3) Não serão considerados projetos que aumentem o esforço de pesca (exemplo: fornecer petrechos de pesca e aumentar o número de embarcações para os pescadores).

Além das diretrizes existentes, foi necessário considerar também que muitas comunidades enfrentavam impedimentos legais e de uso e ocupação do solo, o que diminuía as opções existentes, para um projeto de compensação. Diante destas características, várias comunidades tiveram dificuldades na escolha de seus projetos, onde por vezes foi necessário realizar assembleias extras para essa definição. Essas dificuldades por vezes se acentuaram também por divergências internas e falta de união nas comunidades, assim como por proposições de projetos que se mostraram inviáveis após análise da viabilidade técnica, econômica e/ou ambiental.

Além disso, para todos os projetos que demandaram licenciamento ambiental e regularização fundiária junto à Secretaria do Patrimônio da União e Órgãos competentes para sua implementação, foi necessário o atendimento de todos os procedimentos burocráticos vinculados às legislações pertinentes e por vezes, foram necessários ajustes/modificações nos projetos para o devido enquadramento legal.

1.3 – PROJETOS ELEITOS COMO PRIORITÁRIOS

Após a etapa de diagnóstico participativo nas comunidades foi realizado o processo de definição de projetos prioritários para compensação da atividade pesqueira artesanal afetada. Na Tabela 1 estão relacionados todos os projetos, por tipo de compensação eleitos pelas 28 comunidades contempladas no Programa.

Tabela 1: Projetos de compensação eleitos pelas comunidades do PAPP

TIPO DE PROJETOS	COMUNIDADES	MUNICÍPIO
Fábrica de Gelo/Câmara Fria	Saco do Indaiá/Jabaquara	Ilhabela
	Praia Mansa	Ilhabela
	Canto da Lagoa	Ilhabela
	Camaroeiro	Caraguatatuba
Reforma/Construção de Rancho de Pesca	São Pedro	Ilhabela
	Enseada	São Sebastião
	Pontal da Cruz	São Sebastião
	Canto do Ribeirão	Ilhabela
	Saco da Ribeira	Ubatuba
Veículo Adaptado para Transporte de Pescado e Cursos Profissionalizantes Mecânica de Motores e Corte e Costura	Picinguaba	Ubatuba
Box de Comercialização de Pescado	Massaguaçu/Cocanha	Caraguatatuba
	Tabatinga	Caraguatatuba
Reforma/Substituição de Embarcações com Regularização de Documentações e Aquisição Material de Salvatagem	Porto Novo	Caraguatatuba
	Praia Vermelha	Ilhabela
	Figueira	Ilhabela
	Saco do Sombrio	Ilhabela
	Ilha de Vitória	Ilhabela
	Guanxumas de Búzios	Ilhabela
	Porto do Meio	Ilhabela
	Guanxuma/Saco do Eustáquio	Ilhabela
Substituição de Motores de Embarcações com Regularização de Documentações e Aquisição Material de Salvatagem	Bonete	Ilhabela
	Praia da Fome	Ilhabela

	Serraria	Ilhabela
Aquisição de Draga e Licenciamento Ambiental	Maranduba	Ubatuba
Aquisição e Reforma de Imóvel - Sede da Colônia de Pescadores Z-10	Ilha dos Pescadores	Ubatuba
Projeto de Engenharia para a Construção de um Píer de pesca	São Francisco	São Sebastião

CAPÍTULO 2. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS

Nesse capítulo, são apresentados, de forma sucinta, os processos de implementação dos diferentes tipos projetos de compensação ambiental que compuseram o PAPP. Buscou-se apresentar as etapas relacionadas à execução dos projetos, como: regularização do projeto civil; obras; regularização da atividade econômica; regularização de documentação de embarcações; reformas de embarcações; processos de licenciamento ambiental; cursos profissionalizantes e os cursos para a gestão comunitária dos projetos. O capítulo foi organizado de forma a apresentar esses processos por tipo de projeto, seguindo a classificação apresentada na Tabela 1.

2.1. Reforma/Construção de Rancho de Pesca

Ranchos de pesca são equipamentos comunitários utilizados para a guarda de equipamentos e petrechos de pesca. Correspondem, geralmente, a construções simples feitas em madeira. Sua localização em ponto estratégico facilita a prática da pesca artesanal permitindo uma rápida organização dos petrechos de pesca e garantindo a segurança dos equipamentos. Um rancho de pesca bem planejado deve ter fácil acesso para seus usuários, estar localizado próximo à comunidade de pescadores a qual atende e próximo à linha d'água para facilitar a entrada e saída das embarcações e dos petrechos de pesca.

De acordo com a Tabela 1, cinco comunidades receberam esse tipo de projeto: São Pedro, Enseada, Pontal da Cruz, Canto do Ribeirão e Saco da Ribeira. Os processos de implementação dos projetos nessas comunidades serão apresentados abaixo.

2.1.1. Regularização do projeto civil

2.1.1-1 Regularização fundiária

Devido à necessidade de proximidade com a linha d'água, os ranchos de pesca construídos e reformados pelo PAPP se encontravam localizados em terreno de marinha, propriedades particulares e/ou de outras instituições públicas, como Prefeituras e Universidades. Nesse sentido, a regularização do projeto civil necessária para a construção/reforma dos ranchos de pesca exigiu primeiro a regularização fundiária das áreas onde se localizavam os ranchos.

O processo de regularização fundiária dos ranchos localizados em terreno de marinha foi realizado respeitando o rito processual necessário para a obtenção do Termo de Autorização de Uso Sustentável. Tal documento foi outorgado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), de acordo com as diretrizes expressas na PORTARIA Nº 89, DE 15 DE ABRIL DE 2010.

De acordo com essa portaria, o Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS deve ser outorgado exclusivamente a grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que utilizam áreas da União e seus recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, econômica, ambiental e religiosa utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O rito processual para a obtenção das outorgas envolveu as seguintes atividades:

1. Envio de ofício da Associação de Pescadores Artesanais solicitando à Secretaria do Patrimônio da União à regularização fundiária da área, juntamente com cópia do Estatuto da Associação interessada, com CNPJ e nomes dos interessados.
2. Apresentação de justificativa descrevendo o contexto da pesca e a situação dos pescadores artesanais no Município proponente.
3. Apresentação de relatório de Vistoria Técnica do Órgão Ambiental da Prefeitura Municipal ou equivalente.

4. Caso a área em questão esteja incluída em Unidade de Conservação ou Parque Estadual ou áreas sob jurisdição Federal, apresentou-se parecer do órgão competente.
5. Apresentação de documentação referente à obra: levantamento planimétrico de situação (Planta do rancho); Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); foto aérea do local e memorial descritivo da obra;
6. Apresentação de documentos necessários à comprovação da posse tradicional da área da União e a utilização sustentável dos recursos naturais, por qualquer meio de prova admitida em direito: Estatuto da instituição gestora; Documentos pessoais (CPF e RG) do presidente da instituição gestora; Documentos pessoais (RG e CPF) dos pescadores que foram contemplados pelo TAUS e Documentos comprobatórios da prática da pesca pelos pescadores (Carteira de pesca e Documentos da embarcação).

Além dos documentos comprobatórios, foi necessário adequar o projeto executivo da obra às diretrizes impostas pela SPU. Em geral, após a entrega dos documentos à Secretaria de Patrimônio da União e atendimento dos requisitos relacionados ao projeto executivo, o TAUS foi emitido em 90 dias.

Com exceção do projeto de compensação da Comunidade do Saco da Ribeira, todos os projetos de reforma/construção de rancho de pesca passaram pelo processo de obtenção do TAUS. Por ter sido construído em área de propriedade do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo a permissão de uso da área para a construção do rancho de pesca foi concedida por meio de um Termo de Cessão de Uso emitido pelo diretor em exercício do Instituto Oceanográfico.

2.1.1-2 Autorizações junto às Prefeituras Municipais

Além do TAUS, foi necessário obter as autorizações das Prefeituras Municipais (Secretarias de Obras) para a realização das obras. Processo este que exigiu uma série de documentos e adequações do projeto de engenharia dos ranchos de pesca às legislações municipais específicas, visando à emissão de uma “Autorização de Obra/Reforma/Ampliação”.

O processo para obtenção dessas autorizações foi específico em cada prefeitura. O tempo médio para emissão das autorizações, após todos os documentos terem sido protocolados, foi de aproximadamente 90 dias.

.2.1.1-3 Autorizações junto aos Órgãos Ambientais

A construção de ranchos de pesca foi considerada uma atividade de baixo impacto ambiental. Portanto, quando não era realizada em área de APP, não exigiu autorizações junto a órgão ambientais. Porém, para o projeto ser aprovado pela SPU, foi exigido um parecer do órgão ambiental competente informando não se opor à execução do projeto.

2.1.2. Obras

A construção dos ranchos de pesca entregues pelo PAPP foi dividida nas seguintes etapas:

- Limpeza e nivelamento do terreno para construção do rancho;
- Locação de obra;
- Construção da infraestrutura;
- Construção da estrutura em madeira (pilares e vigas);
- Construção da estrutura do telhado;
- Construção da Rampa de Acesso;
- Instalação de pontos de iluminação e energia elétrica;
- Entrega do projeto.

O prazo de execução das obras de reforma/construção dos ranchos de pesca entregues pelo PAPP tiveram tempos distintos, conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 2: Informações sobre as obras de reforma/construção de ranchos de pesca do PAPP

Comunidade	Início da obra	Término da obra	Duração (meses)
Enseada	out/13	fev/14	5
Pontal da Cruz	out/13	fev/14	5
São Pedro (Tatambora e Cambaquara)	fev/14	abr/14	3

Canto do Ribeirão	jul/15	out/15	4
Saco da Ribeira	jul/15	out/15	4

Como pode ser observada na tabela 2, a duração das obras variou de comunidade para comunidade. Essa diferença, apesar da semelhança entre os projetos executivos aprovados pelo IBAMA, ocorreu devido à necessidade de adequação dos projetos às legislações específicas (Município, SPU e Meio Ambiente), ao atendimento de exigências dos beneficiários dos projetos quanto a mudanças estruturais, à lentidão do processo de definição dessas mudanças por parte dos beneficiários, dentre outros aspectos que serão apresentados com mais detalhe no capítulo 3 desse relatório.

2.1.3. Cursos para Gestão Comunitária

Visando garantir o bom uso comunitário dos ranchos de pesca, cada comunidade contemplada com esse tipo de projeto recebeu também cursos de capacitação para a gestão de equipamentos comunitários e cursos relacionados à cadeia produtiva da pesca. Tais cursos foram importantes, pois além de trazerem informações pertinentes para a gestão comunitária dos projetos estimulou o fortalecimento e a organização do grupo.

Os cursos ministrados nos projetos contemplados com ranchos de pesca foram:

- Associativismo e Cooperativismo: O curso apresentou conceitos de organização, empreendedorismo, tomada de decisão e liderança, visando estimular a união dos pescadores, de modo que busquem melhorias para a sua classe. A carga horária do curso foi de 20 horas.
- Autogestão e Gestão Comunitária: O curso apresentou conceitos de gestão de equipamentos comunitários e construiu junto com os pescadores as regras de uso do rancho de pesca. A carga horária do curso foi de 20 horas.
- Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal: O curso apresentou informações sobre as etapas envolvidas na atividade da pesca, desde a preparação da

embarcação até a venda do pescado ao consumidor. Buscou-se estimular os pescadores a identificarem possíveis problemas e dificuldades encontradas e algumas estratégias para soluções. A carga horária do curso foi de 8 horas.

- Boas Práticas Sanitárias na Manipulação de Pescado: O curso apresentou informações sobre os procedimentos e técnicas de manipulação de pescado necessárias para garantir sua qualidade sanitária, durante toda a cadeia produtiva da pesca. O curso também estimulou o pescador a analisar seus próprios procedimentos de manipulação e buscar soluções para práticas inapropriadas de manipulação de pescado. A carga horária do curso foi de 12 horas.

2.2. Fábrica de Gelo/Câmara Fria

Fábricas de gelo são equipamentos essenciais na cadeia produtiva da pesca artesanal, pois o gelo corresponde à maneira mais comum de conservação do pescado durante a atividade da pesca. O gelo é um dos principais insumos da atividade da pesca. Seu preço e qualidade afetam diretamente o custo de produção do pescado, pois determinam a autonomia das embarcações no mar. O subsídio do preço desse insumo pode aumentar consideravelmente o ganho do pescador.

De acordo com a Tabela 1, quatro comunidades receberam esse tipo de projeto: Saco do Indaiá/Jabaquara, Praia Mansa, Canto da Lagoa e Camaroeiro. Os processos de implementação dos projetos nessas comunidades serão apresentados abaixo.

2.2.1. Regularização do Projeto Civil

2.2.1-1 Regularização Fundiária

As fábricas de gelo instaladas pelo programa estão localizadas em área de marinha, portanto exigiram a autorização da SPU para sua construção. A autorização da SPU pode ser obtida de dois processos.

- Processo de autorização direta: Nesse caso, a instituição representativa dos pescadores da comunidade beneficiada pelo projeto solicita à SPU o Termo de

Autorização de Uso Sustentável, processo já descrito no item 2.1.1-1 desse relatório.

- Processo de autorização indireta: Nesse caso quem solicita a autorização para realização do projeto à SPU é a Prefeitura Municipal. A solicitação é feita por meio de ofício e a autorização é oficializada por meio de uma portaria publicada no Diário Oficial da União.

Nos casos em que o terreno da fábrica de gelo era de responsabilidade da Prefeitura, o documento exigido para a regularização fundiária foi o Termo de Permissão de Uso de Bem Público.

2.2.1-2 Autorizações junto às Prefeituras Municipais e demais Órgãos Competentes

Além do TAUS, foi necessário obter as autorizações das Prefeituras Municipais para a realização das obras. Processo este que exigiu uma série de documentos e adequações do projeto de engenharia das fábricas de gelo às legislações municipais específicas, visando à emissão dos seguintes documentos e autorizações:

- Autorização da Secretaria de Meio Ambiente;
- Autorização de Construção;
- Termo de Permissão de Uso de Bem Público emitido pelo Prefeitura;
- Documento Habite-se;
- Auto de vistoria do corpo de bombeiros;

O processo para obtenção dessas autorizações foi específico em cada Prefeitura.

2.2.1-3 Autorizações junto aos Órgãos Ambientais

A construção de pequenas fábricas de gelo, como as executadas pelo PAPP, foi considerada uma atividade de baixo potencial poluidor pela CETESB. Portanto, não

exigiu Licenciamento Ambiental. Porém, para ser caracterizado como tal, foi necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA da cada fábrica de gelo.
- Manifestação técnica pela Prefeitura Municipal, informando não se opor à realização da obra.

2.2.2. Obras Civis

A construção das fábricas de gelo foi dividida nas seguintes etapas:

1. Instalação do canteiro de obras;
2. Fundação;
3. Impermeabilização da fundação;
4. Construção das estruturas de alvenaria
5. Instalação de esquadrias;
6. Instalação do telhado;
7. Pisos e pavimentação no entorno do terreno;
8. Instalações/adequações elétricas
9. Instalações hidráulicas e sanitárias
10. Revestimento e pintura;
11. Isolamento térmico da câmara fria;
12. Instalação da máquina de gelo;
13. Instalação de equipamentos de combate à incêndio;
14. Limpeza e dedetização do local;
15. Startup do equipamento.

16. Entrega da Obra

O prazo de execução das obras das fábricas de gelo entregues pelo PAPP tiveram tempos distintos, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Informações sobre as obras de construção de fábricas de gelo do PAPP

Comunidade	Início da obra	Término da obra	Duração (meses)
Saco do Indaiá/Jabaquara	nov/13	mai/14	7
Praia Mansa	jul/13	nov/15	5
Canto da Lagoa	jul/15	dez/15	6
Camaroeiro	out/13	mar/15	18

As diferenças nos tempos de execução das obras estão relacionadas à quantidade de diferentes entraves burocráticos e imprevistos que ocorreram durante a execução do projeto em cada comunidade. O detalhamento está apresentado no próximo capítulo do relatório.

2.2.3. Cursos para Gestão Comunitária e utilização da Fábrica de Gelo

Visando garantir o bom uso comunitário das fábricas de gelo, cada comunidade contemplada com esse tipo de projeto recebeu também cursos de capacitação para a gestão de equipamentos comunitários e cursos relacionados à cadeia produtiva da pesca artesanal.

Os cursos ministrados nos projetos contemplados com fábrica de gelo foram:

- Gerenciamento e Administração de Equipamentos Comunitários: O curso apresentou conceitos de gestão de equipamentos comunitários e buscou construir junto com os pescadores as regras de uso da fábrica de gelo. A carga horária do curso foi de 30 horas.
- Gestão de Empreendimentos no Contexto do Cooperativismo: O curso apresentou conceitos de organização, empreendedorismo e tomada de

decisão, buscando desenvolver um plano de negócios para a atividade econômica ali desenvolvida. A carga horária do curso foi de 30 horas.

- Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal: O curso apresentou informações sobre as etapas envolvidas na atividade da pesca, desde a preparação da embarcação até a venda do pescado ao consumidor. Buscou-se estimular os pescadores a identificarem possíveis problemas e dificuldades encontradas e algumas estratégias para soluções. A carga horária do curso foi de 8 horas.

- Treinamento em Segurança do Trabalho: O curso apresentou informações sobre práticas de segurança em fábricas de gelo, abordando assuntos como riscos no trabalho em câmara fria e utilização de EPIs. A carga horária do curso foi de 4 horas.

- Treinamento em Boas Práticas na Manipulação de Gelo: O curso apresentou informações sobre boas práticas sanitárias no trabalho com gelo, visando garantir a qualidade sanitária desse insumo para os consumidores. A carga horária do curso foi de 8 horas.

2.2.4. Regularização da atividade de manipulação de gelo

O gelo produzido nas fábricas executadas pelo PAPP foi destinado à conservação de alimentos, principalmente o pescado. Por estar relacionada ao consumo de alimentos, essa atividade é controlada pela Vigilância Sanitária do Município. A regularização da atividade de manipulação de gelo foi aprovada por essa instituição por meio da emissão de um alvará. A emissão desse documento exigiu a realização das seguintes atividades:

- Preenchimento de formulário no Sistema de Informação em Vigilância Sanitária - SISVISA: o requerente interessado deve apresentar dentre suas atividades econômicas, a atividade referente especificamente ao que será exercida no estabelecimento.

- Realização de curso de manipulação de alimentos ministrado por profissional habilitado para os membros que irão trabalhar na fábrica de gelo;

- Elaboração de carteiras de saúde dos membros que atuarão na fábrica de gelo;
- Dedetização do espaço;
- Limpeza de caixa d'água;
- Obtenção da Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- Juntada de documentos da fábrica de gelo: Habite-se e projeto Arquitetônico/Engenharia aprovados na Prefeitura;
- Juntada de documentos da Instituição: Estatuto Social, cópia da última Ata de eleição e comprovante de endereço do estabelecimento;
- Pagamento de taxa da Vigilância Sanitária.

2.2.5. Regularização da atividade de comercialização do gelo

Por estarem praticando uma atividade com fins comerciais, as instituições que receberam as fábricas de gelo em nome das comunidades precisaram obter junto à Fiscalização do Comércio das prefeituras o Alvará de Funcionamento e o Número de Inscrição Municipal. O processo para a obtenção desses documentos exigiu juntada dos seguintes documentos:

- Dados da Associação: CNPJ; Estatuto e ata da última eleição;
- Termo de Cessão de Uso ou TAUS do terreno onde a fábrica foi construída;
- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- Documento Habite-se.
- Pagamento de taxa de licença de funcionamento: deve ser paga anualmente para manter a validade do alvará de funcionamento.

2.3. Box de Comercialização de Pescado

Boxes de comercialização de pescado comunitários são equipamentos importantes na cadeia produtiva da pesca artesanal. Sua instalação em comunidades de

pescadores artesanais aumenta a possibilidade de venda direta do pescado para o consumidor final, melhorando os ganhos do pescador artesanal. Além disso, tais equipamentos permitem um maior controle da qualidade sanitária do pescado uma vez que possuem estruturas destinadas à manipulação adequada desse tipo de alimento antes da venda para o consumidor.

De acordo com a Tabela 1, duas comunidades receberam esse tipo de projeto: Massaguaçu/Cocanha e Tabatinga. O processo de implementação dos projetos nessas comunidades é apresentado abaixo.

2.3.1. Regularização do Projeto Civil

2.3.1-1 Regularização Fundiária

Os boxes de comercialização de pescado construídos pelo PAPP não estão localizados em área de domínio da União, portanto o processo de regularização fundiária não passa pela SPU. Desta forma, o processo de regularização fundiária desses projetos foi executado diretamente com Prefeitura Municipal, tendo como produto final a emissão do Termo de Permissão de Uso de Bem Público.

Cabe destacar que, no caso da Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, a cessão de uso de área para as duas Associações de Pescadores contempladas com esse tipo de projeto só foi possível após a promulgação de uma lei municipal que autoriza o município a desafetar área de classe de bem público de uso comum para a classe de bem dominial do Município. Esta lei (nº 2.022) foi promulgada somente em maio de 2012.

2.3.1-2 Autorizações junto às Prefeituras Municipais e demais Órgãos Competentes

Além do Termo de Permissão de Uso de Bem Público, foi necessário obter as autorizações da Prefeitura Municipal de Caraguatatuba para a realização das obras. Processo este que exigiu uma série de documentos e adequações do projeto de engenharia dos boxes às legislações municipais específicas, visando à emissão dos seguintes documentos e autorizações:

- Autorização da Secretaria de Meio Ambiente;
- Autorização para Construção;
- Documento Habite-se;
- Dispensa de vistoria do corpo de bombeiros.

2.3.1-3 Autorização junto aos Órgãos Ambientais

A construção dos boxes de comercialização de pescados pelo PAPP foi considerada uma atividade de baixo potencial poluidor pela CETESB. Portanto, não exigiu Licenciamento Ambiental.

2.3.2. Obras Civis

A construção das fábricas de gelo foi dividida nas seguintes etapas:

1. Instalação do canteiro de obras;
2. Fundação;
3. Impermeabilização da fundação;
4. Construção das estruturas de alvenaria
5. Instalação de esquadrias;
6. Instalação do telhado;
7. Pisos e pavimentação no entorno do terreno;
8. Instalações/adequações elétricas
9. Instalações hidráulicas e sanitárias
10. Revestimento e pintura;
11. Aquisição e instalação de equipamentos;
12. Instalação de equipamentos de combate à incêndio;

13. Limpeza e dedetização do local;

14. Entrega da Obra.

O prazo de execução das obras de construção dos boxes de comercialização de pescado entregues pelo PAPP tiveram tempos distintos, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4: Informações sobre as obras de construção dos boxes de comercialização de pescado do PAPP

Comunidade	Início da obra	Término da obra	Duração (meses)
Massaguaçu/Cocanha	set/13	ago/15	24
Tabatinga	set/13	jul/15	23

2.3.3. Cursos para Gestão Comunitária e utilização dos Boxes de Comercialização de Pescado

Visando garantir o bom uso comunitário dos boxes de comercialização de pescado, cada comunidade contemplada com esse tipo de projeto recebeu também cursos de capacitação para a gestão de equipamentos comunitários e cursos relacionados à cadeia produtiva da pesca artesanal.

Os cursos ministrados nos projetos contemplados com fábrica de gelo foram:

- Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal: O curso apresentou informações sobre as etapas envolvidas na atividade da pesca, desde a preparação da embarcação até a venda do pescado ao consumidor. Buscou-se estimular os pescadores a identificarem possíveis problemas e dificuldades encontradas e algumas estratégias para soluções. A carga horária do curso foi de 8 horas.
- Associativismo e Cooperativismo: O curso apresentou conceitos de organização, empreendedorismo, tomada de decisão e liderança, visando estimular a união dos pescadores, de modo que busquem melhorias para a sua classe. A carga horária do curso foi de 20 horas.

- Autogestão e Gestão Comunitária: O curso apresentou conceitos de gestão de equipamentos comunitários e construiu junto com os pescadores as regras de uso do rancho de pesca. A carga horária do curso foi de 20 horas.
- Boas Práticas Sanitárias na Manipulação de Pescado: O curso apresentou informações sobre os procedimentos e técnicas de manipulação de pescado necessárias para garantir sua qualidade sanitária, durante toda a cadeia produtiva da pesca. O curso também estimulou o pescador a analisar seus próprios procedimentos de manipulação e buscar soluções para práticas inapropriadas de manipulação de pescado. A carga horária do curso foi de 12 horas.
- Treinamento em Segurança do Trabalho: O curso apresentou informações sobre práticas de segurança em fábricas de gelo, abordando assuntos como riscos no trabalho em câmara fria e utilização de EPIs. A carga horária do curso foi de 4 horas.

2.3.4. Regularização da atividade de manipulação de pescado

Por estar relacionada ao consumo de alimentos, a venda direta de pescado para o consumidor final é uma atividade controlada pela Vigilância Sanitária do Município. A regularização da atividade de manipulação de pescado foi aprovada por essa instituição por meio da emissão de um alvará. A emissão desse documento exigiu a realização das seguintes atividades:

- Preenchimento de formulário no Sistema de Informação em Vigilância Sanitária - SISVISA: o requerente interessado deve apresentar dentre suas atividades econômicas, a atividade referente especificamente ao que será exercida no estabelecimento.
- Realização de curso de manipulação de alimentos ministrado por profissional habilitado para os membros que irão trabalhar na fábrica de gelo;
- Elaboração de carteiras de saúde dos membros que atuarão na fábrica de gelo;

- Dedetização do espaço;
- Limpeza de caixa d'água;
- Obtenção da Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, ou declaração de dispensa de vistoria;
- Juntada de documentos do box: Habite-se e projeto Arquitetônico/Engenharia aprovados na prefeitura;
- Juntada de documentos da Instituição: Estatuto Social, cópia da última Ata de eleição e comprovante de endereço do estabelecimento;
- Pagamento de taxa da Vigilância Sanitária.

2.3.5. Regularização da atividade de comercialização do pescado

Por estarem praticando uma atividade com fins comerciais, as instituições que receberam os boxes de comercialização de pescado em nome das comunidades precisaram obter junto à Fiscalização do Comércio da prefeitura o Alvará de Funcionamento e o Número de Inscrição Municipal. O processo para a obtenção desses documentos exigiu juntada dos seguintes documentos:

- Dados da Associação: CNPJ; Estatuto e ata da última eleição;
- Termo de Cessão de Uso ou TAUS do terreno onde o boxe foi construído;
- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, ou declaração de dispensa de vistoria;
- Habite-se.
- Pagamento de taxa de licença de funcionamento: Taxa deve ser paga anualmente para manter a validade do alvará de funcionamento.

2.4. Veículo adaptado com caçamba frigorífica

A PETROBRAS entregou para os pescadores de Picinguaba um veículo adaptado com caçamba frigorífica. O veículo seria utilizado para o transporte de pescado até o

mercado consumidor, minimizando-se assim a dependência dos pescadores artesanais do atravessador. Cabe informar que o veículo foi doado com a documentação e seguro contra acidentes pagos para que o mesmo pudesse ser utilizado até o ano seguinte.

A concretização desse projeto se deu pela realização de cursos destinados à gestão comunitária do veículo.

De acordo com a Tabela 1, somente Picinguaba recebeu esse tipo de projeto. O processo de implementação do projeto nessa comunidade será apresentado abaixo.

2.4.1. Cursos para a Gestão Comunitária do veículo

Visando garantir o bom uso comunitário do veículo doado pela PETROBRAS a comunidade recebeu também cursos de capacitação para a gestão de equipamentos comunitários e cursos relacionados à Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal.

Os cursos ministrados no projeto foram:

- Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal: apresentou informações sobre as etapas envolvidas na atividade da pesca, desde a preparação da embarcação até a venda do pescado ao consumidor. Buscou-se estimular os pescadores a identificarem possíveis problemas e dificuldades encontradas e algumas estratégias para soluções. A carga horária do curso foi de 8 horas.
- Associativismo e Cooperativismo: O curso apresentou conceitos de organização, empreendedorismo, tomada de decisão e liderança, visando estimular a união dos pescadores, de modo que busquem melhorias para a sua classe. A carga horária do curso foi de 20 horas.
- Autogestão e Gestão Comunitária: O curso apresentou conceitos de gestão de equipamentos comunitários e construiu junto com os pescadores as regras de uso do veículo. A carga horária do curso foi de 20 horas.

2.5. Cursos Profissionalizantes

Outro projeto executado na comunidade de Picinguaba foi a realização de cursos profissionalizantes ligados à área de Mecânica de Embarcação e Corte e Costura.

Os cursos ligados à área de mecânica de motores de embarcações foram destinados aos pescadores artesanais da comunidade e tiveram como objetivo capacitar esse público para que possam dar manutenções preventivas e corretivas em motores de popa e de centro, visando aumentar a segurança e reduzir os custos operacionais da atividade da pesca, uma vez que com os conhecimentos adquiridos nesses cursos os pescadores dependeriam menos de mecânicos para dar manutenções em suas embarcações.

O curso ligado à área de corte e costura foi aberto para a comunidade, com foco nas mulheres dos pescadores contempladas pelo Programa. Este curso teve como objetivo a formação profissionalizante em corte e costura sob medida, visando possibilitar alternativas de geração de renda extra.

O processo de implementação desse projeto seguiu a seguinte estruturação:

2.5.1. Contratação de Instituição para executar os cursos

Por se tratarem de cursos muito específicos, a equipe do PAPP buscou identificar Instituições e parceiros que tivessem condições de executá-los com qualidade. Desta forma, a instituição encontrada para executar esses cursos foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.

2.5.2. Divulgação e mobilização de cursos

Visando garantir o maior número de participantes nos cursos, a equipe do PAPP realizou um trabalho de divulgação eficiente na comunidade. Para cada curso, membros da equipe permaneceram na comunidade por uma semana comunicando os moradores locais e realizando as inscrições dos mesmos.

2.5.3. Montagem da estrutura dos cursos na comunidade

Visando estimular a participação do maior número possível de pessoas, esses cursos foram realizados na escola da comunidade. Para isso, o SENAI transportou até a comunidade toda a estrutura dos cursos, como maquinários e ferramentas e providenciou a adaptação do espaço escolar para a montagem da sala de aula.

2.5.4. Execução dos cursos

2.5.4-1. Curso de Auxiliar de Mecânico de Motor de Popa 2 e 4 tempos

O curso teve como objetivo o desenvolvimento de competências para realizar a manutenção de motores de popa 2 e 4 tempos, sob supervisão, seguindo normas e procedimentos técnicos, ambientais e de segurança. O curso foi desenvolvido a partir da proposição de situações contextualizadas e desafiadoras que envolvam tarefas, operações e ensaios. O curso visa à aquisição pelos participantes de capacidades técnicas, sociais, organizativas e metodológicas e conhecimentos definidos como conteúdo formativo necessário para o desenvolvimento profissional do auxiliar de mecânico. A duração do curso foi de 40 horas.

O programa montou duas turmas com capacidade para 15 alunos para a esse curso. Para cada turma, foram realizadas 10 aulas com duração de 4 horas cada.

2.5.4-2. Curso de Auxiliar de Mecânico de Motor de Diesel Marinizado

O curso teve como objetivo o desenvolvimento de competências para realizar a manutenção de motores diesel marinizados, sob supervisão, seguindo normas e procedimentos técnicos, ambientais e de segurança. A duração do curso foi de 40 horas.

O programa montou duas turmas com capacidade para 15 alunos para a esse curso. Para cada turma, foram realizadas 10 aulas com duração de 4 horas cada.

A tabela 5 apresenta informações mais detalhadas sobre esses cursos.

Tabela 5: Informações sobre os cursos de mecânica - Picinguaba

Curso	Início	Término	Nº de formandos
-------	--------	---------	-----------------

Mecânica de Motor de Popa	05/11/2013	19/11/2013	22
Mecânica de Motor Diesel Marinizado	21/10/2013	04/11/2013	20

Para os pescadores que concluíram os cursos, o Programa entregou um quite com 30 ferramentas necessárias para a realização de manutenção em motores de popa e centro de embarcações.

2.5.4-2. Curso de Corte e Costura sob Medida

O curso teve como objetivo o desenvolvimento de competências relativas à construção de moldes, corte e confecção de peças de vestuário como calças, camisas, saias retas e blusas. A duração do curso foi de 160 horas.

Foram criadas quatro turmas com capacidade para 14 alunos. Para cada turma, foram realizadas 40 aulas com duração de 4 horas cada.

A Tabela 6 apresenta informações mais detalhadas sobre esse curso.

Tabela 6: Informações sobre o curso de Corte e costura - Picinguaba

Curso	Início	Término	Nº de formandos
Turma 1	07/04/2014	15/08/2014	8
Turma 2	07/04/2014	15/08/2014	10
Turma 3	07/04/2014	15/08/2014	12
Turma 4	07/04/2014	15/08/2014	11

2.5.5.3. Consultoria em corte e costura

Após a conclusão do curso de corte e costura, na cerimônia de entrega dos certificados, um grupo de formandos solicitou à PETROBRAS a doação de máquinas de costura, visando à produção de peças de vestuário para geração de renda. Diante do pleito coerente e de forma a respeitar e incentivar a iniciativa desse grupo, formado na sua maioria por mulheres, a fiscalização do convênio analisou a viabilidade de atendimento da demanda extra e aprovou sua execução, porém de uma forma mais eficiente, oferecendo-lhes, além das máquinas de costura, uma consultoria especializada para a criação e estruturação de um grupo produtivo em

corte e costura. Para executar esse projeto, o programa contratou uma consultora especializada em moda praia.

A consultoria contou com as seguintes etapas.

- 1- Diagnóstico para definição da linha de produtos: Ficou definido moda praia e fitness;
- 2- Vivência: Visita à fábrica de costura e compra de maquinário e de matéria prima;
- 3- Estruturação da fábrica de costura: Aluguel de imóvel e Instalação das máquinas;
- 4- Capacitação técnica: Identidade; Estilo e criação; Modelagem; Planejamento financeiro; Controle de estoque e Comercialização.
- 5- Estabelecimento de parcerias para alavancagem do grupo produtivo.

O grupo inicial que participou da consultoria era formado por 15 pessoas, sendo apenas um homem. A consultoria teve duração de 6 meses, totalizando 90 horas.

2.6. Aquisição e Reforma de Imóvel para a Sede da Colônia de Pescadores Z-10

A Colônia de Pescadores Z-10 de Ubatuba possuía um pequeno espaço agregado ao mercado municipal de peixes de Ubatuba. O imóvel adquirido pelo Programa teria potencial de aumentar a qualidade dos serviços prestados por essa Instituição e incluir novos serviços para os pescadores desse Município.

O processo implementação desse projeto seguiu a estruturação apresentada abaixo.

De acordo com a Tabela 1, uma comunidade recebeu esse tipo de projeto: Ilha dos Pescadores. O processo de implementação do projeto nessa comunidade será apresentado abaixo.

2.6.1. Procura por imóveis compatíveis com o interesse dos pescadores

Visando atender as expectativas dos pescadores a equipe do PAPP buscou encontrar imóveis em boas condições de conservação, localizados próximo à sede

da Colônia de Pescadores e que estivesse dentro do orçamento previsto no Programa.

2.6.2. Aprovação do imóvel pela comunidade

Os imóveis com as características que atendiam as expectativas dos pescadores encontrados pela equipe do PAPP foram apresentados aos beneficiados pelo projeto visando sua aprovação para, assim dar início às obras de reforma e adequação.

2.6.3. Reforma/Adequação do Imóvel

A execução da obra de reforma do imóvel foi dividida nas seguintes etapas:

1. Instalação do canteiro de obras;
2. Fundação;
3. Impermeabilização da fundação;
4. Construção das estruturas de alvenaria
5. Instalação de esquadrias;
6. Instalação do telhado;
7. Pisos e pavimentação no entorno do terreno;
8. Instalações/adequações elétricas
9. Instalações hidráulicas e sanitárias
10. Revestimento e pintura;
11. Aquisição e instalação de equipamentos;
12. Limpeza e organização do layout.

2.6.4 Entrega oficial do imóvel

Após a finalização das obras de reforma, realizou-se a cerimônia de entrega do imóvel para a Colônia de Pescadores. O evento contou com a participação de

pescadores artesanais, presidente e demais membros da Colônia de Pescadores Z-10, Secretário de Agricultura e Pesca e Prefeito de Ubatuba.

2.6.5 Cursos para a Gestão Comunitária do imóvel

Visando garantir o bom uso comunitário do imóvel, a comunidade recebeu também cursos de capacitação para a gestão de equipamentos comunitários.

Os cursos executados para esse grupo foram:

- Associativismo e Cooperativismo: O curso apresentou conceitos de organização, empreendedorismo, tomada de decisão e liderança, visando estimular a união dos pescadores, de modo que busquem melhorias para a sua classe. A carga horária do curso foi de 20 horas.
- Autogestão e Gestão Comunitária: O curso apresentou conceitos de gestão de equipamentos comunitários e construiu junto com os pescadores as regras de uso do imóvel. A carga horária do curso foi de 20 horas.

2.6.6 Doação formal do imóvel à Colônia de Pescadores Z-10

A doação formal do imóvel foi um processo imprescindível para a conclusão do projeto, pois permitiu a transferência da posse do imóvel, adquirido inicialmente pela Instituição executora do Convênio, para a Colônia de Pescadores Z-10.

Por se tratar de uma Fundação fiscalizada pela Curadoria Estadual de Fundações, qualquer bem adquirido por esta passa a ser incorporado ao seu patrimônio. Desta forma, para que a posse do imóvel adquirido pelo convênio fosse transferida para a Colônia Z-10, foi necessário realizar uma série de procedimentos jurídicos para a autorização legal e formal da doação do imóvel pela Curadoria Estadual de Fundações.

O processo de doação do imóvel exigiu a obtenção de documentos para comprovar os seguintes aspectos:

- Comprovação de regularização da Colônia de Pescadores Z-10;

- Comprovação da legalidade da atual diretoria da Colônia de Pescadores Z-10;
- Comprovação que a doação era objeto do Convênio;
- Comprovação do aceite do imóvel pela Colônia de Pescadores Z-10;

Somente após obter os documentos necessário à comprovação desses aspectos é que foi possível finalizar o processo de doação.

A conclusão do processo de doação se deu pelas seguintes atividades:

- Assinatura do termo de doação pelos responsáveis legais da Instituição Doadora e Instituição Donatária;
- Emissão da Escritura de Doação do Imóvel por tabelião de notas.

2.7. Processos - Reforma/Substituição de Embarcações

Embarcações correspondem ao principal instrumento de trabalho e de locomoção do pescador artesanal. Seu bom estado de conservação permite a prática da pesca artesanal de maneira mais eficiente e segura. Fato este que justifica que a maioria das comunidades contempladas pelo PAPP optou pela reforma de embarcações como projeto de compensação.

No PAPP foram atendidas (reformadas ou substituídas) 26 (vinte e seis) embarcações. Para a realização dessas reformas foi contratado mão de obra especializada através de estaleiros e das Associações de Pescadores nos Municípios de Ilhabela e Caraguatatuba.

Os estaleiros utilizados para reforma das embarcações foram definidos após entrevista de avaliação e discussão com os responsáveis pelos mesmos, com base nos seguintes critérios: capacidade de cada estaleiro, número de funcionários, ferramental, espaço disponível em terra para a acomodação das embarcações, proximidade da sede das embarcações, segurança do local e possível ampliação da capacidade do estaleiro. Os estaleiros escolhidos para a reforma das embarcações do PAPP foram das comunidades Saco do Indaiá (APARI - Ilhabela) e Porto Novo (ASSOPAZCA e By Alemão, Caraguatatuba).

A compra do material necessário para a reforma das embarcações foi feita pela equipe do PAPP, de forma a melhorar o controle sobre os materiais empregados evitando desperdícios e não permitindo desvio dos mesmos.

O cronograma das reformas das embarcações e a indicação dos estaleiros seguiu a prioridade estabelecida com as comunidades, as quais consideraram a condição de conservação da embarcação e a disponibilidade do pescador em parar suas atividades durante o período da reforma.

A reforma das embarcações pelo PAPP obedeceu as seguintes etapas:

2.7.1. Puxada da embarcação

A embarcação foi levada até o estaleiro pelo pescador, considerando a altura de maré, e rebocada com uso de uma carreta rebocada por trator e acomodada em vaga seca coberta;

2.7.2. Avaliação da embarcação

A embarcação foi avaliada por dois ou três carpinteiros navais quanto aos serviços necessários e ao seu estado de conservação. Feito isso, foram apresentados dois ou três levantamentos orçamentários dos serviços de carpintaria, sendo escolhido o de menor valor e prazo. O motor e a parte elétrica da embarcação foram avaliados por um mecânico e eletricitista contratados na região.

Nos casos em que a embarcação encontrava-se em muito precário, foi realizada avaliação por um engenheiro naval para verificar a viabilidade da reforma. Nos casos em que as reformas foram consideradas inviáveis, foi realizada reunião com o pescador proprietário para sugerir a substituição da embarcação por outra de mesmo tamanho e motorização. Estando de acordo, foi realizada a procura e a compra na região por uma embarcação em bom estado e com valor compatível com o previsto no orçamento.

2.7.3. Reforma de embarcação

Todas as etapas de reforma, carpintaria, sistema hidráulico, sistema mecânico, sistema de propulsão, sistema de leme, elétrica, fibra, injetamento e pintura, foram realizados com acompanhamento e apoio de um técnico de campo, responsável também pela compra dos materiais necessários, controle das atividades e dos serviços realizados por terceiros.

2.7.4. Sistema mecânico

O motor e o reversor foram retirados e enviados para oficina especializada para verificação do estado de conservação. Após o levantamento orçamentário e aprovação pela equipe do PAPP, os mesmos foram retificados e reinstalados na embarcação.

2.7.5. Sistema hidráulico

Todos os componentes do sistema hidráulico foram substituídos por novos (bomba d'água, conexões, mangueiras, abraçadeiras e serpentinas).

2.7.6. Sistema de propulsão

Todos os componentes do sistema de propulsão foram avaliados por especialista. De acordo com as avaliações os componentes foram substituídos ou reformados (túnel do eixo, eixo, hélice e flange).

2.7.7. Sistema de leme

Todos os componentes do sistema foram avaliados por especialista. De acordo com as avaliações, os componentes foram substituídos ou reformados (túnel do leme, eixo, ferragens do leme, cabos, roldanas e máquina do leme).

2.7.8. Sistema elétrico

Todos os componentes do sistema elétrico foram substituídos por novas (bomba de porão, bateria, iluminação, rádio e painel).

2.7.9. Pintura

Toda a pintura antiga foi retirada. Para a nova pintura foi utilizada tinta de fundo, esmalte sintético e tinta anti-incrustante.

2.7.10. Regularização da Documentação das Embarcações

A Regularização da parte documental das embarcações englobou os seguintes documentos:

- Seguro Obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou suas cargas (DPEM), tendo como finalidade reparar danos pessoais causados por embarcações ou por suas cargas a pessoas embarcadas, transportadas ou não transportadas, inclusive aos proprietários, tripulantes e condutores da embarcação, independentemente da embarcação estar ou não em operação, com período de validade de 1 (um) ano;
- Guia de Recolhimento da União (GRU), taxa recolhida junto à Capitania dos Portos de São Sebastião para a inscrição simplificada de embarcação miúda para navegação interior;
- Termo de responsabilidade, onde o proprietário declarou que sua embarcação apresentava casco, propulsão, equipamentos e acessórios de bordo em perfeito estado de manutenção e segurança, atendendo todos os requisitos exigidos pelas normas em vigor;
- Renovação do Título da embarcação com período de validade de 5 (cinco) anos.

A regularização da documentação das embarcações foi realizada tanto para os projetos de reforma/substituição de embarcações quanto para os projetos de reforma/substituição de motores, os quais serão apresentados a seguir nesse relatório. Ao todo o PAPP regularizou a documentação de 93 embarcações.

2.7.11. Entrega de quites de Material de Salvatagem

Foram entregues quites de materiais salvatagem para todas as 93 embarcações motorizadas contempladas pelo Programa. O quite foi composto pelos seguintes itens:

- Coletes salva vidas classe III (uma unidade para cada tripulante da embarcação, levando em consideração a documentação da mesma);
- 02 Bóias circulares com retinida de 20 metros (dispensado para canoas a motor);
- 01 Extintor de Pó químico seco 4kg;
- 01 lanterna portátil com pilhas;
- 01 buzina ou apito;
- 01 bandeira;
- 01 rádio VHF com antena e acessórios para sua fixação;
- 01 caixa de primeiros socorros;
- 02 fochos Holmes classe I com pilhas (sinalizador).

2.7.12. Cursos para Manutenção das Embarcações

As comunidades contempladas com os projetos de reforma/substituição de embarcações foram contempladas com os seguintes cursos:

- Curso de Manutenção Básica de Motores de Popa 2 e 4 Tempos: O curso apresentou técnicas preventivas e preditivas de manutenção básica de motores de popa, visando garantir o bom uso dos equipamentos e trazer alternativas de soluções em casos de quebra do motor durante a atividade da pesca. A duração do curso foi de 16 horas. O curso foi ministrado pelo SENAI.

- Curso de Manutenção Básica de Motores Diesel Marinizados: O curso apresentou técnicas preventivas e preditivas de manutenção básica de motores de centro diesel marinizados, visando garantir o bom uso dos equipamentos e trazer alternativas de soluções em casos de quebra do motor durante a atividade da pesca. A duração do curso foi de 16 horas. O curso foi ministrado pelo SENAI.
- Curso de Primeiros Socorros e Combate à Incêndios: O curso apresentou técnicas básicas de salvatagem, como reanimação cardiovascular, e técnicas de combate à incêndios. O objetivo do curso foi aumentar a segurança dos pescadores na atividade da pesca. O curso foi ministrado por bombeiro com experiência e teve duração de 8 horas.

2.8. Aquisição de Embarcação de Fibra

Foram adquiridas 5 embarcações motorizadas e 12 canoas de fibra de vidro conforme critérios acordados com as comunidades de Vitória, Guanxumas, Porto Novo, Praia Vermelha e Ilha de Búzios. Oito canoas de madeira da comunidade da Ilha de Búzios seriam inicialmente reformadas. No entanto, devido ao estado precário das mesmas, os pescadores solicitaram a substituição por de fibra de vidro após terem conhecimento sobre as canoas de fibra da Praia Vermelha.

As embarcações motorizadas receberam material de salvatagem e documentação devidamente regularizada junto à Capitania dos Portos. As embarcações foram fabricadas em empresa contratada em Pontal do Paraná.

2.9 Substituição/Reforma de Motores

Foram substituídos motores por outros de mesma potência nas comunidades Praia da Serraria (dezoito embarcações), Praia da Fome e Bonete (seis embarcações cada). Também foram realizadas todas as adequações necessárias decorrentes dessas substituições, quando necessária a reforma da parte elétrica.

Para a Praia do Bonete, além das seis substituições, foram realizadas 12 reformas de motores de popa e 12 reformas de motores de centro. Foram realizadas

avaliações do estado dos motores por dois mecânicos especializados. Posteriormente, os motores foram encaminhados às oficinas especializadas.

2.10. Projeto de Engenharia Para a Construção de um Píer de Pesca

O Projeto visou a elaboração de um projeto de engenharia, contendo as dimensões, localização, características específicas e estudos de batimetria para a construção de um píer, seguindo os padrões e as normas existentes desde o processo de licenciamento ambiental.

2.10.1 Consultas/Reuniões - órgãos competentes e comunidade

Foram realizadas diversas reuniões de detalhamento do projeto com a comissão de São Francisco, Cooperativa de Pesca do Bairro de São Francisco, DOCAS – Companhia Docas do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente de São Sebastião e Colônia de Pescadores Z-14 para nivelamento e levantamento de informações necessárias para a execução do projeto.

Também ocorreram reuniões com a Prefeitura de São Sebastião, para possibilidade de parceria para execução do projeto através de relacionamento Institucional.

Ocorreram reuniões entre Petrobras, IBAMA e SOMA (empresa responsável pelo diagnóstico) para nivelamento de informações e encaminhamentos necessários.

Foram realizados contatos com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU para verificar os trâmites necessários para regularizar a atividade.

Num cenário de execução, uma vez que a SPU repasse o terreno ao Ministério da Pesca, seria envolvida mais uma Instituição. Dessa forma, foi realizado contato com o órgão, para traçar uma gestão compartilhada do píer entre MPA e a comunidade.

Foram realizadas diversas reuniões com a comunidade para explicar que o projeto em consideração era que o Projeto de Engenharia, logo não concretiza a construção do píer. Tal definição se deu devido à restrição orçamentária para cada projeto de cada comunidade envolvida no PAPP, além das dificuldades acenadas sobre o Licenciamento Ambiental de uma obra deste porte.

Foram realizadas diversas reuniões na Prefeitura de São Sebastião com os representantes da comissão de São Francisco e o Presidente da Colônia de Pescadores Z-14 para definir o terreno para implantação do projeto.

2.10.2. Parcerias para a Construção do Píer

Foi realizada parceria entre a Petrobras e a Prefeitura de São Sebastião, visando à construção do Píer, uma vez que a Petrobras se responsabilizou pelo Projeto de Engenharia, havendo necessidade de outro responsável por sua construção.

Na ocasião foi informado pela DOCAS que existia uma verba prevista para a construção do píer, porém após a conclusão do Projeto de Engenharia a mesma não estava mais disponível.

Ocorreu reunião com a comissão de São Francisco, Petrobras e Superintendente do MPA em São Paulo. Foi informado que o MPA não poderia assumir a responsabilidade de parceria no projeto sem a anuência do IBAMA.

Após a entrega do Projeto de Engenharia do Píer de Pesca os representantes da comunidade informaram que tomariam medidas necessárias para adquirir o Licenciamento Ambiental, bem como sua construção.

Foram realizadas diversas articulações com representantes da Companhia Docas de São Sebastião e Prefeitura Municipal de São Sebastião, no intuito de avaliar os próximos passos para a efetiva implantação do projeto para a comunidade de São Francisco. Foram discutidas ações sobre as próximas atividades para dar andamento ao processo de Licenciamento Ambiental do píer da comunidade e possibilidade de aporte financeiro por parte da DOCAS para construção do píer.

2.10.3. Regularização Fundiária

Segundo a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, até a data, nenhum píer construído no Brasil estava legalizado, o que existiam eram alguns processos em andamento, e que seria necessária a realização de um projeto técnico e estudos para o licenciamento. Ainda, o píer começa no mar e termina em terra, precisando assim de parte da área ser consultada o Ministério da Pesca.

A área onde se pretendia fazer o píer foi realizada uma concessão da área do píer a um particular pela SPU. Foi necessário investigar o caso.

A Prefeitura informou que o local previsto para a construção do píer é no bairro São Francisco, frente à Igreja. Houve visita técnica no terreno pleiteado pela comunidade para elaboração do “Projeto de Engenharia”.

2.10.4. Nova Assembleia

Após diversos alinhamentos entre a Petrobras e a comunidade, foi realizada uma nova assembleia com o objetivo de validar junto à comunidade o projeto de engenharia do píer. Na ocasião, foram repassadas as informações quanto às implicações do projeto de construção do píer. No decorrer da assembleia, foi realizada a votação dos projetos e, como resultado, a comunidade manteve como prioritário o Projeto do Píer, mas relacionando-o apenas ao desenvolvimento do Projeto Técnico de Engenharia, e não à construção da infraestrutura.

2.10.5. Instrumentos Legais

Foi elaborado um protocolo de intenções para uso compartilhado do píer. Os representantes da comissão solicitaram que fosse inserido o nome de todos os membros da comissão no final do documento, para que todos fizessem parte do processo.

2.10.6. Elaboração do Projeto de Engenharia

Foram necessárias diversas reuniões de alinhamento entre a Petrobras e Secretária de Meio Ambiente de São Sebastião para definir uma forma para levantamento de informações complementares, em acordo com as outras partes interessadas, solicitado pela engenharia da Petrobras, para a elaboração do projeto de construção de um píer de pesca.

Foram realizados contatos com a Prefeitura, Colônia Z-14 e Cooperativa de Pescadores de São Sebastião para obter as informações solicitadas para o projeto de engenharia.

Foi necessária a validação dos documentos elaborados para a construção do píer, por parte da comunidade, para posterior encaminhamento ao departamento de engenharia da empresa.

Alguns ajustes foram solicitados durante a apresentação do projeto à comunidade. As informações foram baseadas em imagens aéreas do terreno para implantação do projeto.

Outras reuniões ocorreram com os representantes da comissão de São Francisco, junto com representante da engenharia e da empresa contratada para a realização dos trabalhos de sondagem, para levantar informações complementares sobre o projeto de técnico do píer eleito pela comunidade. Foram confirmadas adequações sobre as dimensões do píer, adequação de canaleta para abastecer as embarcações com gelo, comprimento total e explicado detalhes sobre a sondagem e batimetria.

Foi realizado um levantamento geofísico para a realização da batimetria para dar andamento na elaboração do projeto de engenharia do píer.

Ocorreram as seguintes etapas para a elaboração do projeto de engenharia: i) Recebimento das propostas das empresas interessadas em elaborar o projeto de engenharia para o píer; ii) A assinatura do contrato com a empresa; iii) A execução do projeto; iv) A entrega formal do projeto.

Após a elaboração do projeto de engenharia, foi apresentado pela empresa responsável pela execução, o escopo prévio do projeto para os presentes contendo todas as estruturas e suas dimensões combinadas anteriormente com a comunidade tais como, iluminação, instalação hidráulica, defensas, área de manobra para caminhão de porte médio, entre outros para validação com a comunidade.

Foi entregue a comunidade: projeto executivo, memorial descritivo, memória de caçulo, lista de insumos, lista de documentos, especificação técnica e todas as plantas referentes ao projeto.

2.11. Aquisição de Draga e Licenciamento ambiental

O projeto escolhido pela comunidade foi a aquisição de uma draga para viabilizar a dragagem da barra do Rio Maranduba, visando garantir a segurança da navegação no local.

O presente projeto exigiu com a realização dos seguintes processos:

2.11.1. Estabelecimento da Gestão Compartilhada da Draga

Por se tratar de um equipamento que exige um conhecimento técnico específico na sua operação e que possui uma manutenção cara, optou-se por viabilizar a sua gestão compartilhada com a Prefeitura Municipal de Ubatuba. Sendo a Prefeitura a responsável por operar a draga e realizar a manutenção necessária, disponibilizando funcionários capacitados manuseio. Tendo como contrapartida, o uso do material dragado em obras de pavimentação e manutenção das vias públicas.

Para viabilizar essa gestão compartilhada, o instrumento jurídico utilizado foi o “Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel”, o qual estabeleceu as regras de uso da draga e os direitos e deveres das partes interessadas (Associação de Pescadores de Maranduba e Prefeitura Municipal de Ubatuba).

Uma vez estabelecida esta gestão compartilhada, a Prefeitura de Ubatuba passou a ser a proponente nos processos que envolveram a regularização da atividade de dragagem.

2.11.2. Obtenção de Autorização da Capitania dos Portos

Atividades de dragagem em águas jurisdicionais brasileiras devem ser autorizadas pela Marinha conforme os procedimentos definidos na Normam 11/DPC. A autorização para a execução das atividades de dragagem de implantação, de manutenção, de mineração e de recuperação ambiental é concedida pelo Capitão dos Portos, após a obtenção, pelo interessado, do respectivo licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente.

2.11.3. Licenciamento Ambiental da atividade dragagem

Por se tratar de uma atividade de impacto ambiental considerável, sua regularização exigiu Licenciamento Ambiental junto à CETESB. Como informado no tópico 2.11.1. A Prefeitura Municipal de Ubatuba foi a proponente desse processo.

O licenciamento ambiental exigiu o cumprimento das seguintes etapas:

- 1- Obtenção de Pedido Preliminar de Dragagem à Capitania dos Portos: Esse pedido foi solicitado antes do processo de licenciamento ambiental;
- 2- Elaboração do Plano de Dragagem: Este documento apresenta a descrição detalhada da atividade de desassoreamento contendo: planta planialtimétrica da área a ser dragada; estimativa do volume máximo do material a ser dragado; descrição do procedimento de dragagem; memorial descritivo da draga; plano de disposição temporária dos resíduos com a definição da área de disposição temporária e do período máximo de estocagem; plano de transporte e destinação final do material dragado e cronograma da atividade;
- 3- Realização de Estudo Ambiental Simplificado: Tal estudo contemplou a análise ambiental do material a ser dragado, e a identificação dos impactos relacionados a cada procedimento da atividade de dragagem;
- 4- Obtenção de Outorga de Direito de uso de Recursos Hídricos e de Intervenção em Área de APP para o desassoreamento da foz do rio Maranduba;
- 5- Autorização da Secretaria do Patrimônio da União.

2.11.4. Compra da Draga

No plano de dragagem definiu-se o tipo Draga que deveria ser adquirida para a realização da atividade de desassoreamento da foz do Rio Maranduba. Porém, somente após a aprovação desse plano no âmbito do processo de Licenciamento Ambiental e da aprovação pelos pescadores é que foi possível iniciar a compra do equipamento.

CAPÍTULO 3. IMPREVISTOS, IMPLICAÇÕES, SOLUÇÕES E ALTERAÇÕES DE CADA TIPO DE PROJETO

Nesse capítulo, serão apresentados os principais imprevistos que ocorreram durante a execução de cada tipo de projeto do PAPP e a influência que ocasionou nos processos de implementação dos mesmos.

3.1. Reforma/Construção de Ranchos de pesca

3.1.1. Supressão de Vegetação

A supressão de vegetação foi autorizada pelo órgão responsável pela gestão ambiental do município, na maioria dos casos, pela Secretaria de Meio Ambiente. Tal autorização foi obtida por um processo burocrático dentro da Prefeitura, exigindo a juntada de documentos e laudos, o que imprimiu morosidade ao processo.

Fato este que ocorreu na comunidade da Enseada, em São Sebastião. Na ocasião, foi necessário obter autorização da Secretaria de Meio Ambiente para a realização de transplante de árvore (chapéu de sol), localizado atrás do rancho de pesca. Tal autorização exigiu o atendimento de uma série de procedimentos, como a assinatura de um engenheiro florestal.

3.1.2. Adequação da rede elétrica para a instalação de equipamentos

A instalação de alguns equipamentos previstos no projeto executivo exigiu a adequação da rede elétrica. O processo de execução dessas adaptações por parte da concessionária de energia elétrica que atende o Município acabou sendo muito demorado, o que trouxe atrasos consideráveis à execução das obras.

Esse problema ocorreu na comunidade Enseada, onde estava previsto a instalação de um guincho elétrico trifásico.

3.1.3. Inclusão de itens não contemplados no projeto

Em várias ocasiões, membros das comunidades solicitaram inclusão de itens não previstos no projeto original, sob ameaça de impedimento da obra. Tal fato foi um dos principais responsáveis pela morosidade de execução de alguns projetos de

reforma de rancho. Em alguns casos, tais inclusões/alterações necessitavam de autorizações dos órgãos competentes, trazendo mais lentidão ao processo. Abaixo, serão relacionados os ranchos de pesca onde houve alteração do projeto em atendimento às solicitações dos pescadores:

- Alterações promovidas no projeto Rancho de Pesca de Cambaquara, São Pedro, Ilhabela em atendimento à solicitação dos pescadores:

- Prolongamento da rampa de forma a facilitar o acesso ao mar;
- Instalação de um segundo portão de acesso ao Rancho para facilitar o acesso dos pescadores;
- Mudança da largura da rampa de acesso ao mar para facilitar a puxada de embarcações;
- Instalação de corrimão na rampa de acesso.

- Alterações promovidas no projeto do Rancho de pesca de Tatambora, São Pedro, Ilhabela em atendimento à solicitação dos pescadores:

- Alteração do Layout do Rancho – mudança da posição da porta de entrada;
- Inclusão de um segundo portão de acesso ao Rancho;
- Substituição de material empregado na estiva em contato com o mar;
- Melhorias nas proximidades da rodovia executadas na trilha de acesso ao rancho;
- Substituição de material empregado na estiva em contato com o mar. O prolongamento do trecho em rampa no final da estiva foi substituído por materiais mais resistentes, sendo utilizado como estrutura principal o uso de Toras de Eucaliptos Autoclavados conforme exigência e recomendação dos próprios pescadores.

- Alterações promovidas no projeto do Rancho de Pesca Pontal da Cruz, São Sebastião, em atendimento à solicitação dos pescadores:

- Recapeamento da rampa de concreto de acesso para as embarcações.

- Alterações promovidas no projeto do Rancho de Pescadores da Enseada, São Sebastião:

- Inclusão de estrutura adequada para limpeza de pescados: mesa de limpeza de pescados e um dique de contenção interligado a um sistema de sumidouro das águas residuais de limpeza de pescados

3.1.4. Adequação do Projeto Executivo

Algumas adequações ao projeto original foram necessárias para atendimento à legislação Municipal no que diz respeito a autorizações para o início das obras, bem como, aprovação junto à Secretaria do Patrimônio da União e aos órgãos ambientais competentes. Tais adequações tiveram que ser aprovadas pela comunidade, pela Prefeitura Municipal e pela SPU, em reuniões oficiais, o que trouxe lentidão ao processo. Abaixo serão relacionados os ranchos de pesca onde houve alteração do projeto em atendimento à legislação:

- Alterações promovidas no projeto do Rancho de pesca de Cambaquara, em São Pedro, Ilhabela:

O Projeto inicial previa um píer no local, item não permitido pela legislação. A solução do entrave se deu pela elaboração de um novo projeto conceitual, tendo como premissa a área mínima estabelecida pelo projeto executivo inicial. O novo projeto contou com a inclusão de uma estiva ou rampa para subida e acesso de canoas e pequenas embarcações internamente ao rancho e atendeu todas as demais premissas exigidas pela legislação vigente – ambiental, da faixa de marinha, entre outras.

- Alterações promovidas no projeto do Rancho de pesca do Saco da Ribeira em atendimento à legislação municipal:

- Adequações em atendimento à lei municipal 3136/2008: A Prefeitura Municipal de Ubatuba possui legislação própria que regulamenta a construção de rancho de pesca - LEI 3136/2008. Tal lei determina as dimensões e a padronização de ranchos para guarda de apetrechos de

pescadores artesanais. Visando atender a esta legislação, o projeto executivo inicial teve que ser modificado, submetido à aprovação da Associação de Pescadores do Saco da Ribeira, submetido à apreciação da SPU e, posteriormente, submetido à aprovação da prefeitura. Todo esse trâmite acarretou em consideráveis atrasos na execução do projeto, gerando descontentamento por parte dos beneficiários do projeto.

- Adequação da rampa de acesso aos requerimentos da secretaria de Meio ambiente de Ubatuba: Visando atender a estes requerimentos, o layout da rampa de acesso teve que ser modificado, submetido à aprovação da Associação de Pescadores do Saco da Ribeira, submetido à apreciação da SPU e, posteriormente, submetido à aprovação da prefeitura. Todo esse trâmite acarretou em consideráveis atrasos na execução do projeto, gerando descontentamento por parte dos beneficiários do projeto.

3.1.5. Parecer da CETESB

Para obter aprovação dos projetos de construção/reforma de rancho de pesca pela SPU foi exigido um parecer da CETESB informando não se opor a sua execução. A morosidade na emissão desse documento por parte da CETESB causou atrasos nos projetos das seguintes comunidades:

- Pontal da Cruz, São Sebastião;
- Praia da Enseada, São Sebastião;

A solução desse entrave se deu por meio de negociações promovidas pela equipe executora do projeto e a CETESB, com o apoio da Prefeitura Municipal de São Sebastião.

3.1.6. Autorização da SABESP para ligação do banheiro do rancho a rede coletora de esgotos

No projeto da comunidade de Pontal da Cruz houve a necessidade de ligação do banheiro do rancho à rede coletora de esgotos. Tal ligação exigiu a emissão de uma autorização pela SABESP. A morosidade na emissão dessa autorização acabou gerando atrasos na conclusão do projeto e desconfiança por parte dos pescadores

que utilizam o rancho. A solução veio por meio de negociações entre a equipe executora do projeto e a SABESP.

3.1.7. Vazamento no Terminal Aquaviário Almirante Barroso – TEBAR

Em abril de 2013, ocorreu um vazamento de óleo de uma das válvulas das tubulações do TEBAR no canal de São Sebastião. Tal vazamento causou impactos sobre empreendimentos de aquicultura e a atividade da pesca artesanal da região.

Esse evento, embora de responsabilidade de outra personalidade jurídica, era frequentemente relacionado à Petrobrás pelos pescadores. Tal relação criada pelos pescadores dificultou muito o relacionamento da equipe executora do PAPP com os membros das comunidades contempladas por esse Programa, gerando muitas vezes conflitos entre as partes. Visando minimizar esse problema, a equipe do PAPP buscava, sempre que necessário, explicar a situação correta para os pescadores de forma clara e objetiva.

3.1.8. Conflitos internos

A existência de opiniões distintas sobre o layout do projeto entre os pescadores dificultou a aprovação dos mesmos e de suas alterações, trazendo atraso na execução.

Esse problema aconteceu na praia da Enseada, São Sebastião, onde uma das beneficiárias do projeto não autorizava a retirada de seus pertences do rancho para a realização da reforma, alegando que sua canoa deveria permanecer internamente no rancho depois da reforma. A opinião dos outros pescadores era de que o rancho seria apenas para guarda de apetrechos de pesca. Felizmente, após muita negociação, a retirada de todos os petrechos e embarcações do rancho foi aprovada por unanimidade e o projeto pôde ter sua continuidade.

3.1.9. Ausência de documentação dos beneficiários do projeto

Esse problema aconteceu na comunidade do Canto do Ribeirão, onde a maioria dos moradores não era alfabetizada e alguns nem mesmo possuíam a documentação necessária para o processo de pedido de TAUS junto à SPU.

Para resolver o problema, a equipe do PAPP providenciou a emissão dos documentos necessários (RG, CPF, registros e carteira de pesca para os pescadores artesanais) junto aos órgãos competentes. Esse processo levou um bom tempo para ser concluído, trazendo atrasos para o início das obras na comunidade.

3.2. Fábrica de Gelo

3.2.1. Parecer da CETESB

Para obter aprovação dos projetos de construção/reforma de fábrica de gelo pela SPU foi exigido um parecer da CETESB informando não se opor a sua execução. A morosidade na emissão desse documento por parte da CETESB causou atrasos no início das obras.

A solução desse entrave se deu por meio de negociações promovidas pela equipe executora do projeto e a CETESB, com o apoio das Prefeituras Municipais. Essas negociações ocorreram em diversas reuniões realizadas com os representantes dessas instituições.

3.2.2. Adequação do projeto executivo para atendimento à Legislação Municipal

Algumas adequações ao projeto original foram necessárias para atendimento à legislação Municipal no que diz respeito a autorizações para o início das obras, bem como, aprovação junto à Secretaria do Patrimônio da União e aos órgãos ambientais competentes. Tais adequações tiveram que ser aprovadas pela comunidade, pela Prefeitura Municipal e pela SPU, em reuniões oficiais, o que trouxe lentidão ao processo. Abaixo serão relacionadas as fábricas de gelo onde houve alteração do projeto em atendimento à legislação:

- Fábrica de Gelo do Camaroeiro:

A legislação municipal de Caraguatatuba impede a construção assobradada ou de prédios com mais de um pavimento. Visando solucionar o problema, o Projeto foi modificado, sem a ampliação de áreas – somente uma laje técnica foi instalada

sobre o telhado da Câmara Fria. A alteração foi aprovada pela Associação e posteriormente pelos órgãos responsáveis.

- Fábrica de Gelo do Saco do Indaiá:

A legislação municipal de Ilhabela impede a construção assobradada ou de prédios com mais de um pavimento na orla. O projeto foi modificado, aprovado em anuência com a Associação e posteriormente aprovado pela SPU e Prefeitura Municipal de Ilhabela.

3.2.3. Adaptação da rede elétrica para alimentação da Fábrica de Gelo

Para a alimentação elétrica das fábricas de gelo adquiridas pelo PAPP foi necessário realizar a adaptação da rede elétrica para o modo trifásico. Tal adaptação foi viabilizada pelas concessionárias de energia que atendem a região e ocorreu por um processo muito moroso que acabou comprometendo o prazo de conclusão da obra. Abaixo, são apresentadas as fábricas de gelo onde houve a necessidade dessa adaptação:

- Camaroeiro:

A concessionária BANDEIRANTES exigiu a completa reforma do cubículo de medição e entrada de energia existente, bem como o reforço do cabeamento e do poste existente, não sendo permitida a ligação de um novo poste e padrão isolado para máquina de produção de gelo. Os padrões dos boxes de comercialização também tiveram que ser renovados, ocasionando muita morosidade para a instalação e atrasando consideravelmente o início das obras.

- Saco do Indaiá/Jabaquara:

A concessionária ELEKTRO exigiu a completa substituição de todos os padrões de entrada de energia existentes, bem como o reforço do cabeamento, não sendo permitida a ligação de um novo poste e padrão isolado para máquina de produção de gelo. Os padrões dos boxes de comercialização também tiveram que ser renovados.

3.2.4. Atendimento de exigências do corpo de bombeiros para emissão de AVCB

Em vista do recebimento de Comunicar-se do corpo de bombeiros alguns itens contemplados nos projetos executivos aprovados pelo IBAMA tiveram que ser alterados para obtenção do Alvará do Corpo de Bombeiros (AVCB). Tais alterações necessitavam da aprovação da comunidade e dos órgãos competentes. Essas alterações ocorreram nas seguintes comunidades:

- Camaroeiro: O corpo de Bombeiros exigiu a inclusão dos boxes de comercialização de pescado (estruturas já existentes no local) no projeto executivo que deveria ser apresentado para a emissão do AVCB. Tal exigência implicou na alteração do projeto executivo e na necessidade de instalação de equipamentos de prevenção de incêndio, trazendo atrasos para a conclusão do projeto.
- Saco do Indaiá/Jabaquara: O corpo de Bombeiros exigiu a retirada de um antigo mastro metálico que se apresentava completamente danificado e com risco de queda existente no local.

3.2.5. Inclusão de itens não contemplados no projeto

Em várias ocasiões, membros das comunidades solicitaram essas inclusões, sob ameaça de impedimento da obra. Tal fato foi um dos principais responsáveis pela morosidade de execução de alguns projetos. Em alguns casos, tais inclusões/alterações necessitavam de autorizações dos órgãos competentes, trazendo mais lentidão ao processo. Abaixo, estão relacionadas as comunidades onde houve alteração do projeto em atendimento às solicitações dos pescadores:

- Inclusões promovidas no projeto de Camaroeiro:
 - Instalação de gradil e portão na varanda sob a laje técnica;
 - Substituição completa dos equipamentos de refrigeração da câmara fria;
 - Substituição da porta frigorífica da câmara fria;
 - Isolamento interno a câmara fria;

- Ampliação da capacidade do reservatório de água para funcionamento da máquina de produção de gelo;
 - Reforma e ampliação do telhado dos fundos do entreposto;
 - Correção do piso da laje técnica da câmara fria de vísceras;
 - Pintura externa e interna da área administrativa da Associação.
- Inclusões promovidas no projeto de Saco do Indaiá/Jabaquara:
- Instalação de uma segunda sala administrativa no projeto;
 - Substituição do alambrado de divisa e limite com a praia;
 - Substituição completa dos equipamentos de refrigeração das câmaras frias;
 - Substituição de portas frigoríficas das duas câmaras frias;
 - Instalação de piso cerâmico interno as duas câmaras frias;
 - Reforma dos sanitários e DML existente no entreposto;
 - Reforma do piso/calçadas externas de acesso à obra;
 - Reforma e ampliação do telhado dos fundos do entreposto.
- Inclusões promovidas no projeto do Canto da Lagoa:
- Várias adaptações foram solicitadas na reforma do rancho para instalar a máquina de gelo, tais como: varanda, depósitos fechados nas duas laterais do rancho em substituição aos existentes em bambu.
 - Isolamento acústico do gerador.
- Inclusões promovidas no projeto de Praia Mansa
- Ampliação laterais da edificação;
 - Substituição do madeiramento do telhado;
 - Construção de uma rampa de concreto adicional ao projeto para acesso.
 - Nivelamento do piso interno da câmara fria;
 - Alteração dos fechamentos laterais para paliçada ou paliteiro;
 - Revestimento cerâmico da parede da bancada de manuseio e limpeza de pescado;
 - Alteração do sistema de abertura do portão do ranchinho.

3.2.6. Autorizações junto à SPU

A obtenção das autorizações junto à SPU para a construção das fábricas de gelo do PAPP foi um processo bastante moroso, exigindo o levantamento de documentações e a execução de processos em vários órgãos do poder público. Abaixo, estão relacionadas as comunidades onde essa morosidade ocorreu:

- Praia Mansa: A existência de um processo regularização fundiária em aberto, iniciado pela Prefeitura Municipal de Ilhabela em 2001, gerou um conflito com o pedido de regularização fundiária feito pela equipe do PAPP para a mesma área. O processo antigo não foi concluído por conta de falta de documentação. Para solucionar o problema, foi necessário levantar toda documentação necessária para a regularização iniciada em 2001, realizar o levantamento topográfico de toda área e levantar a documentação restante necessária para a obtenção do TAUS, incluindo uma justificativa descrevendo o contexto da pesca tradicional e a situação dos pescadores artesanais do local.

3.2.7. Conflitos com antigos usuários das câmaras frias

Algumas fábricas de gelo do PAPP foram construídas em áreas onde já existiam câmaras frias. Tais equipamentos eram utilizados por pessoas de fora da comunidade. Após a execução das obras, as câmaras frias passaram a integrar a estrutura das fábricas de gelo, sendo necessária a desocupação do espaço para uso do grupo contemplado pelo programa. Tal cenário gerou conflitos consideráveis que acabaram atrasando a execução das obras e a entrega das mesmas às comunidades. Esse entrave ocorreu em duas comunidades, conforme apresentado abaixo:

- Camaroeiro: A antiga câmara fria era utilizada pela empresa Santo Gelo, a qual utilizava a estrutura para o armazenamento e comercialização do gelo produzido em sua fábrica própria. O conflito gerado se deu pela interlocução do empregado da Santo Gelo com os pescadores da comunidade.

- Saco do Indaiá: A antiga câmara fria era ocupada por um atravessador que utilizava o espaço para armazenar seu pescado e promover a comercialização.

Com a instalação da fábrica de gelo, esse intermediário se recusou a liberar a câmara fria. A solução do problema só veio após a construção de uma nova câmara fria no local pela Prefeitura de Ilhabela. Tal fato gerou muito atraso na entrega do projeto para a comunidade.

3.2.8. Não aceitação do projeto pela comunidade após a conclusão da obra.

Na execução dos projetos de construção de fábricas de gelo, a equipe do PAPP atendeu as especificações técnicas presentes nos projetos executivos escolhidos pela comunidade e aprovados pelo IBAMA. Porém, nas comunidades apresentadas abaixo os beneficiários do projeto se recusaram a aceitar a entrega do mesmo.

- **Camaroeiro:** A não aceitação do projeto na comunidade se deu pela opinião dos pescadores a respeito da qualidade do gelo produzido (escamas) pelo tipo de equipamento doado pelo Programa. De acordo com eles, o gelo em escamas tem baixa durabilidade, ou seja, derrete mais rápido que o gelo triturado (Empresa Santo Gelo), utilizado anteriormente pelos pescadores e comercializado no mesmo espaço onde foi instalada a máquina de Gelo, no âmbito do PAPP. Nesse sentido, os beneficiados pelo projeto exigiram a substituição da máquina de gelo entregue por uma que produzisse gelo triturado. No intuito de sanar o problema, a Petrobras realizou um teste de qualidade em conjunto com os pescadores, visando comparar o gelo em escama produzido pela máquina doada pelo Programa com o gelo triturado (Santo Gelo) já comercializado no local. Nesse teste ficou comprovado que o gelo em escamas tinha maior durabilidade que o gelo triturado em condições similares à encontrada nos porões das embarcações de pesca.

Além do teste de durabilidade do gelo, foi realizada visita técnica no projeto da comunidade do Saco do Indaiá, Ilhabela – SP (Associação de Pescadores Artesanais de Ilhabela – APARI), por se tratar do mesmo tipo de projeto de compensação, com o mesmo tipo de equipamento de produção de gelo e pelo equipamento estar em pleno funcionamento há mais tempo. A visita teve como objetivo apresentar a estrutura de funcionamento, bem como a realidade de

venda do gelo e gestão do projeto, visando auxiliar os pescadores de Camaroeiro a compreender as etapas e detalhes da fabricação do gelo.

Nesta visita foi possível conferir todos os equipamentos e seu funcionamento. Posteriormente na sala administrativa, foi apresentada e discutida toda a dinâmica administrativa, as despesas fixas, os encargos mensais e as dificuldades e soluções encontradas para a gestão do projeto. A funcionária da APARI explicou que se houver uma boa administração, o projeto tem plenas condições de sucesso e de render bons resultados para a comunidade. Evidenciou que o produto tem sido bem aceito pelos pescadores, principalmente pelo melhor preço que a fábrica de gelo oferece aos pescadores Associados, quando comparado às empresas concorrentes.

Após a visita, concluiu-se que em Ilhabela o gelo tem sido bem aceito e comercializado, sendo o escoamento realizado principalmente para as traineiras, que utilizam o gelo para resfriamento do pescado, e para alguns pescadores de camarão. Em Camaroeiro não existem traineiras e existe forte concorrência na comercialização do gelo, sendo que a não aceitação da fábrica de gelo pelos pescadores locais pode estar relacionado principalmente à presença e influência de concorrentes comerciais, uma vez que as fábricas de Gelo (APARI e Camaroeiro) são iguais.

Mesmo com os resultados do teste de gelo e a visita à Fábrica de Gelo da APARI, os pescadores de Camaroeiro continuam alegando problemas em relação à durabilidade do gelo e permanecem com a decisão de não aceitação do projeto anteriormente escolhido.

Como forma de solucionar este impasse na entrega definitiva do projeto de Camaroeiro, a Petrobras encaminhou a carta nº UO-BS 0255/2016 à CGPEG/IBAMA solicitando orientação para a conclusão desta compensação.

- **Canto da Lagoa:** Após alguns meses da conclusão da obra e utilização da máquina de gelo, a comunidade informou a PETROBRAS sobre a quebra do gerador a diesel, responsável pela alimentação da fábrica de gelo. A Petrobras promoveu o conserto do equipamento e o encaminhou novamente para a

comunidade. Porém, no dia da entrega do equipamento consertado, a comunidade informou que não queria mais o mesmo, justificando que geraria muita despesa para a produção do gelo (necessidade de uso de diesel) e que o equipamento não era de qualidade, sendo necessário o retorno do equipamento para o continente. Em nova visita e tentativa de entrega realizada na comunidade, foi explicado que a única maneira de implementar o projeto escolhido (Máquina de Gelo), seria por meio de um gerador a diesel, devido à falta de outra fonte de energia nesta comunidade. Houve resistência por parte dos pescadores em receber o equipamento e solicitação de alteração do projeto para um sistema de alimentação por hidroturbina, como encontrado na Praia Mansa (comunidade vizinha).

A PETROBRAS explicou que se tratava de projetos distintos, uma vez que a hidroturbina da Praia Mansa já existia antes do PAPP, e que seria inviável tecnicamente a execução deste pleito devido às restrições legais vigentes na unidade de conservação que a comunidade está inserida (Parque Estadual de Ilhabela), à atual inviabilidade ambiental em relação à implantação de uma barragem em um córrego do Parque para implantação da hidroturbina, e às diferentes capacidades de geração de energia necessárias para cada projeto, lembrando que a hidroturbina da Praia Mansa alimenta apenas uma Câmara Fria.

Parte da comunidade compreendeu a complexidade de alteração de projeto enquanto outra parte insistiu na postura negativa, gerando certa divisão dentro da comunidade. Ao final das discussões a reinstalação do equipamento foi aceita e ficou acordado que se verificado novo problema, o gerador seria trocado por outro modelo.

Até o momento o gerador se encontra em perfeitas condições de uso.

3.3. Box de comercialização de pescado

3.3.1. Dificuldade em encontrar terreno adequado para instalação do box

A Petrobras consultou a SPU e aguardou respostas sobre a disponibilidade de áreas para a execução do projeto de Box nas comunidades. Também foi realizada parceria com a Prefeitura local, para realizar levantamento de áreas públicas para a implementação dos projetos.

Diversas visitas foram realizadas em terrenos nas comunidades para verificar sua viabilidade para a construção dos boxes. Porém, por diversas vezes os terrenos se apresentaram inviáveis.

Após longo período, foi informado pela prefeitura de Caraguatatuba que para autorizar o uso dos terrenos pelas comunidades de pescadores seria necessário realizar a desafetação e o desmembramento dos mesmos. Tal processo só foi possível após a promulgação de uma lei municipal nº 2.022, promulgada em maio de 2012.

3.3.2. Ausência de rede coletora pública de esgotos nos terrenos cedidos pela Prefeitura

O projeto do Box de Massaguaçu/Cocanha aprovado pela Prefeitura Municipal previa a interligação do esgoto do boxe a rede coletora pública, porém essa interligação não foi realizada. Desta forma, para se obter o Habite-se da prefeitura, foi necessária a instalação de uma fossa séptica e sumidouro, devido a não existência da rede no local. Esse processo trouxe um pequeno atraso para a execução da obra.

3.3.3. Inclusão de itens não previstos no projeto executivo

Sob ameaça de não aceitação do projeto pela comunidade, ocorreram várias inclusões no projeto. Em alguns casos, tais inclusões/alterações necessitavam de autorizações dos órgãos competentes, trazendo mais lentidão ao processo. Abaixo, estão relacionadas as comunidades onde houve alteração do projeto em atendimento às solicitações dos pescadores:

- Massaguaçu/Cocanha:

- Elevação do nível do terreno para evitar alagamento em épocas de chuva;

- Tanque de para limpeza externo instalado ao Fundo do boxe;
- Construção de rampa de acessibilidade para portadores de necessidades especiais em atendimento à Vigilância Sanitária;
- Substituição da Ilha de pescados por balcões refrigerados;
- Instalação de gradis de segurança para proteção de janelas e da porta lateral para segurança do imóvel;
- Inclusão de novos equipamentos e acessórios ao longo do processo das tratativas de inauguração do boxe e exigências da Vigilância Sanitária: Um freezer horizontal para armazenamento de vísceras no DML; Um freezer horizontal para armazenamento de pescados na área interna do boxe; Balança de comercialização pescados homologada pelo INMETRO; Balcão tipo caixa para apoio revestido em fórmica; Containers plásticos para coleta seletiva; Extintores de incêndio do tipo água e o químico para atender exigência do Corpo de Bombeiros;
- Retirada de árvore presente no terreno do box para evitar o entupimento das calhas do imóvel e a presença de ratos no local;
- Cercamento do terreno do box.

- Tabatinga:

- Alteração da localização e implantação para atender recuos legais;
- Elevação do nível do terreno e da cota interna do boxe para evitar alagamento em época de chuva;
- Elaboração de novo projeto hidráulico para a obra;
- Alteração da Fundação projetada do tipo convencional por Sapata tipo corrida;
- Rampa de acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
- Instalação de Calhas e Rufos em alumínio;
- Revestimento interno dos armários do fundo dos boxes;
- Pintura epóxi das portas de enrolar dos Boxes.; Aquisição de equipamentos não previstos originalmente no Projeto: Quatro freezers horizontais para armazenamento de pescados sendo um para cada boxe de comercialização;

Um freezer horizontal para armazenamento de vísceras; Quatro balanças de comercialização de pescados aprovada e homologada pelo INMETRO; Containers plásticos para coleta seletiva e para armazenagem de vísceras; Extintores de incêndio do tipo água e pó químico para atender exigência do Corpo de Bombeiros;

- Cercamento do terreno dos boxes.

3.3.4. Regularização da atividade de manipulação de pescado

A duas associações que receberam esse tipo de projeto eram do tipo privada sem fins lucrativos, constando como objeto em seus estatutos apenas atividades associativas. Para preenchimento do formulário do SIVISA (Sistema de Informação em Vigilância Sanitária), um dos documentos necessários para protocolar o pedido de alvará na vigilância, o requerente precisava informar a atividade referente especificamente ao que seria exercido no estabelecimento (no caso, Código CNAE 4722-9, comércio varejista, Peixaria). Tal procedimento exigiria a alteração do estatuto das associações para a inclusão dessa atividade econômica, o que traria mudanças com relação à tributação sobre as associações e outros benefícios como o título de entidade sem fins lucrativos.

A perda do título de entidade sem fins lucrativos, além de alterar o regime de tributação sobre a associação, geraria conflitos com relação à utilização do espaço público cedido pela Prefeitura para a construção do box. Uma vez que por ter finalidade lucrativa a validade do Termo de Seção de Uso de Bem Público poderia ser contestada. Caso contrário, por jurisprudência, outras empresas (peixarias) poderiam reivindicar espaços públicos para a Prefeitura para desenvolverem seus negócios.

Para solucionar esse entrave, a equipe do PAPP realizou a interlocução com os órgãos fiscalizadores (Prefeitura, Secretaria do Meio Ambiente, Vigilância Sanitária e Fiscalização do Comércio) a fim de encontrar as formas legais de regularização da atividade do comércio de pescados no box. Realizou também reuniões com contadores a fim de encontrar alternativas financeiramente viáveis para o funcionamento do box e esclarecimentos sobre as tributações.

Após diversas interlocuções com os órgãos fiscalizadores, agendou-se uma reunião que contou com representantes destes órgãos, além de representantes da Colônia de Pesca de Caraguatatuba e membros das Associações. Após muitas discussões, a solução foi a assinatura pelo presidente da associação de uma declaração na qual constava o compromisso do exercício exclusivo da atividade de comércio varejista de pescados no box, sob pena de multa e de fechamento do box pelo não cumprimento do compromisso. Desta forma, as associações a não necessitaram alterar seu estatuto.

3.3.5. Regularização da atividade de comercialização de pescado

Para a obtenção do Alvará de Funcionamento perante a Fiscalização do Comércio (Prefeitura), as associações deveriam possuir notas fiscais para venda do pescado. Nota fiscal de venda de produtos exige a obtenção do número de Inscrição Estadual, porém a descrição do estatuto das associações, no modo em que se encontra, não permitia este tipo de inscrição. A obtenção de tal número exigiria a alteração do estatuto dessas associações, com a inclusão da atividade econômica “Comércio varejista - Peixaria (CNAE 4722-9)”, o que implicaria na perda do título de entidade sem fins lucrativos, gerando os mesmos problemas informados no item 3.3.4.

Para solucionar este entrave, a equipe do PAPP realizou uma reunião com a Prefeitura, Secretaria do Meio Ambiente, Vigilância Sanitária e Fiscalização do Comércio. Nessa reunião, com o consenso dos órgãos fiscalizadores, definiu-se que os pescadores e maricultores usuários dos boxes poderiam emitir nota fiscal de produtor rural na venda do pescado ao consumidor. Para tal, seria necessário também que exigissem a nota fiscal de entrada de pescados (também de produtor rural) nos boxes.

3.3.6. Não aceitação da entrega do projeto por falta de produtos para ser comercializado nos boxes

Por conta da ausência de mexilhão na maricultura da Cocanha, devido ao vazamento de óleo da TRANSPETRO ocorrido em abril de 2013, essa comunidade adiou diversas vezes a cerimônia de entrega do projeto à comunidade, alegando não

ter condições de arcar com as despesas do box sem a venda dos mexilhões. Tal fato atrasou a finalização do projeto nessa comunidade.

3.4. Veículo Adaptado com Caçamba Frigorífica

3.4.1. Desinteresse dos pescadores na utilização do veículo

O desinteresse pela utilização do veículo foi informado pelos pescadores, que deram como justificativa a atual situação de baixa produção de pescado, a organização atual da cadeia produtiva da pesca e os custos elevados de manutenção e regulamentação do veículo projetado para o ano de 2014. Esse fato foi também identificado no curso de Autogestão e Gestão Comunitária, apesar de toda a mobilização e divulgação, não havia participante sequer pertencente a este grupo.

Além dos problemas apresentados, a grande dificuldade dos pescadores era a organização do grupo e o cumprimento das regras de uso do veículo, que fora construída de modo participativo pelos próprios pescadores.

Em conversa com membros da comunidade, três anos após a entrega do veículo, o mesmo foi utilizado cinco vezes. Durante esse período, o veículo ficou estacionado em local descoberto sofrendo a deterioração das condições do tempo.

A Associação de Amigos do Bairro de Picinguaba - AMBP, entidade para qual o veículo foi doado, tentou por diversas vezes definir o destino do veículo de forma democrática com os membros da comunidade, pescadores e não pescadores, porém em nenhuma das tentativas chegou-se a uma definição. Durante o processo, a Associação de Maricultores de Picinguaba demonstrou interesse na utilização do veículo, se comprometendo a arcar com seus custos de manutenção. Porém essa alternativa não foi aprovada pelos pescadores.

De acordo com membros AMBP há o interesse na venda do veículo para arrecadação de recursos que poderão ser investidos na própria comunidade. Até o momento, a questão não foi solucionada e o veículo continua sofrendo deterioração.

3.5. Cursos profissionalizantes

3.5.1. Contratação de instituição para realização dos cursos

Como o programa tinha como premissa a realização dos cursos profissionalizantes na comunidade, houve muita dificuldade de encontrar uma instituição ou empresa que pudesse transportar a estrutura dos cursos. Foi realizada uma consulta com a Escola SENAI “Santos Dumont”. Num primeiro momento, essa instituição informou que a realização dos cursos de mecânica em Picinguaba seria inviável, por conta da dificuldade do transporte dos equipamentos necessários à realização dos cursos. Porém, após negociações a realização na própria comunidade foi aprovada.

3.5.2. Adaptação de espaço escolar para realização dos cursos

A estrutura desses três cursos oferecidos pelo SENAI é consideravelmente grande. Nesse sentido, para poder montar essa estrutura na escola da comunidade, foi necessário promover adaptações no espaço. Para os cursos de mecânica, o SENAI montou uma sala de aula móvel no pátio da escola. Para o curso de corte e costura, a escola teve que ceder uma sala de aula, uma vez que as máquinas do curso não poderiam ficar em local aberto. A instalação das máquinas de costura nessa sala exigiu também uma adaptação da rede elétrica para o modo trifásico para atender às especificações das máquinas. Tal adaptação foi viabilizada por uma parceria com a Prefeitura Municipal de Ubatuba, a qual forneceu materiais e mão de obra para promover as adaptações necessárias.

3.6. Aquisição e reforma de Imóvel para a Sede da Colônia de Pescadores Z-10

3.6.1. Pesquisa por imóvel que atendesse as expectativas dos pescadores

Diversos problemas foram encontrados na busca por imóveis para a nova sede da Colônia Z-10, entre eles, foram áreas irregulares na Ilha dos Pescadores e os altos custos em função da especulação imobiliária existente no município. A existência de um TAC em andamento junto ao Ministério Público referente à regularização fundiária da Ilha dos Pescadores inviabilizou a aquisição de um imóvel naquele bairro, pois não permitia a realização de qualquer intervenção na área.

Após alinhamentos ficou definido que a aquisição do imóvel fosse fora da localidade em que comunidade está estabelecida, entendendo que somente dessa forma, seria possível construir nova sede para a Colônia de Pescadores Z-10. Em comum acordo com a comunidade, iniciou-se então a busca por um imóvel fora daquele local para aprovação da comunidade.

De cinco imóveis encontrados, quatro não foram aprovados pela comunidade. O único imóvel selecionado pela comunidade tinha sido vendido pela imobiliária antes da validação por eles. A solução para esse problema foi a procura de imóveis na região central de Ubatuba.

Dos vários imóveis levantados muitos deles não possuíam matrícula de registro na Prefeitura, tendo em vista a dificuldade de desmembrar ou requerer matrícula em Ubatuba por vários problemas desde a o final do período colonial. A princípio as buscas se deram ao entorno da Ilha dos Pescadores, local privilegiado e tradicional desta comunidade. Porém o local foi inviabilizado por conta das dificuldades de aprovações junto ao IPHAN.

Outro imóvel pré-aceito pela Colônia Z-10 e que seria uma boa alternativa de aquisição, na região central de Ubatuba, acabou se tornando inviável por questões de saúde do proprietário, sendo que esta negociação gerou significativo atraso do projeto.

Após intensa procura, no dia 07 de outubro de 2013 foi encontrado um imóvel adequado para a instalação da sede da Colônia de Pesca Z-10. Houve visita para reconhecimento e aprovação do imóvel por parte dos pescadores da comunidade e diretoria da Colônia Z-10 de Ubatuba.

Com o imóvel aprovado pelos representantes da comunidade, foi iniciado o processo de aquisição do mesmo, tomadas todas as providências necessárias junto à imobiliária e cartório local e providenciadas as autorizações de início das obras.

3.6.2. Divergências dos pescadores quanto à lista de equipamentos que seriam doados pelo Programa

Durante as reuniões de anuência para aprovação do Layout do novo imóvel adquirido pelo PAPP foi apresentada pelo secretário municipal da Agricultura e Pesca de Ubatuba, Sr. Maurici Romeu da Silva, uma lista de equipamentos com muitos itens não previstos no projeto executivo. Tal lista foi analisada pela Petrobras e a inclusão de alguns itens foi aprovado. O processo de aprovação da inclusão desses itens acabou trazendo um pequeno atraso na finalização do projeto, uma vez que a conclusão da instalação dos equipamentos dependia dessa aprovação.

3.6.3. Desinteresse na utilização do imóvel como sede da Colônia de Pescadores – Z10

Embora a finalidade do imóvel fosse a construção de uma nova sede, devido sua localização distante da Ilha dos Pescadores, apesar da escolha do imóvel pela própria comunidade, a Colônia de Pescadores Z 10 optou por dar outra finalidade a ele. A segunda opção de finalidade para o imóvel seria torná-lo um centro de serviços para os pescadores. Atualmente, esta opção foi descartada e o imóvel foi destinado para aluguel, visando à obtenção de recursos extras para a Colônia de Pescadores Z 10.

Tal fato está relacionado às questões de regularização da área atualmente utilizada na Ilha dos Pescadores. Segundo o presidente da colônia Z-10, além da identidade cultural e certa resistência por parte dos pescadores de alterar a Sede da Colônia Z-10 para fora da Ilha dos Pescadores, existe um processo em andamento de mapeamento das casas, inclusive da atual colônia, para a desafetação da área. Logo, os pescadores entendem que se saírem da área atual, que é o local culturalmente reconhecido em conjunto com o mercado de peixe, podem perder o seu espaço.

3.6.4. Morosidade do processo de doação do imóvel

Conforme, relatado no item 2.6.6 desse relatório, o processo de doação do imóvel, fiscalizado pela Curadoria de Fundações, exigiu uma série de documentos por parte da FUNDESPA e da Colônia Z-10.

O processo de obtenção desses documentos mostrou-se bastante burocrático, o que trouxe atrasos para a conclusão do projeto e descontentamento por parte da donatária.

3.7. Reforma/substituição de embarcações/motores

3.7.1. Tempo entre a definição das embarcações e o início das reformas

Esse fato trouxe grandes dificuldades para a execução desse tipo de projeto de compensação, pois seu planejamento físico financeiro levou em consideração o estado de conservação dessas embarcações no momento da definição dos projetos. Com a passagem do tempo, o estado de conservação dessas embarcações se encontrava bem pior, o que acarretou no aumento do custo das reformas e na dilatação de seu cronograma de execução.

Houve alguns casos em que pescadores contemplados pelo projeto acabaram reformando suas embarcações antes do início das reformas do PAPP, pois não podiam ficar sem pescar, consumindo recursos financeiros consideráveis em tais reformas. Quando essas embarcações passaram pela avaliação de reforma, as melhorias que seriam executadas acabaram sendo muito pequenas e com isso o valor da reforma alterou. Tal situação deixou esses pescadores muito descontentes com o Programa. Em muitos casos alguns desses pescadores acabaram solicitando que o projeto arcasse com as melhorias promovidas por eles antes do início do PAPP, porém esse reembolso não foi possível de ser realizado.

3.7.2. Disparidade dos valores das reformas

A grande diferença entre as embarcações contempladas pelas reformas do PAPP, assim como entre os estados de conservação das mesmas, determinou disparidades expressivas entre os valores das reformas de cada embarcação. Tais

disparidades foram percebidas pelos pescadores contemplados pelo Programa, que se comunicavam entre si, o que gerou muitos descontentamentos por parte dos mesmos, principalmente daqueles que possuíam embarcações em bom estado de conservação no momento de realização da reforma.

3.7.3. Estaleiros para reforma de embarcações

O pequeno número de estaleiros disponíveis para a realização das reformas das embarcações influenciou muito a capacidade de entrega das embarcações pelo Programa. Como comentado no item 2.7, foram encontrados somente dois estaleiros com condições de realizar as reformas de embarcações. Se houvesse mais estaleiros na região, a velocidade de conclusão das reformas seria maior. Além disso, houve necessidade de adequar algumas documentações dos Estaleiros para a contratação de serviços, o que tornou o processo moroso.

3.8. Projeto de Engenharia para construção de um píer de pesca

A maior dificuldade de execução do projeto se deu nas definições das competências, entre os envolvidos, para a execução das fases do projeto. Foi realizada parceria entre a Petrobras, comunidade, DOCAS e Prefeitura de São Sebastião, mas os órgãos responsáveis pelo licenciamento e construção do píer, conforme acordado desde o início não cumpriram suas partes.

A DOCAS alegou que a verba disponível para a construção do píer não estava mais disponível e a Prefeitura de São Sebastião também não se manifestou para a execução do projeto.

Diversas reuniões com os órgãos parceiros foram realizadas a fim de ajudar a comunidade de São Francisco a concretizar a construção do píer, uma vez que possuíam o projeto de engenharia entregue pela Petrobras.

Diante de todas as limitações da empresa e todo o processo de escolha do projeto, de modo participativo com a comunidade, não foi possível, no âmbito do PAPP, realizar todas as etapas: elaboração de projeto de engenharia; licenciamento ambiental e construção do píer. Fato este que ocasionou grande insatisfação da comunidade com a empresa.

A Petrobras participou de reuniões no Litoral Norte, bem como respondeu aos questionamentos do Ministério Público sobre a construção do píer, de modo que o processo estivesse sempre esclarecido, de que a empresa cumpriu sua parte do acordo e deu finalizado o cumprimento da obrigação legal, através da compensação daquela comunidade, sem qualquer ônus.

A Petrobras lamenta o ocorrido, mas se esforçou, até onde podia interferir, para que a comunidade de São Francisco obtivesse a construção do píer.

Devido do exposto, exclusivamente nessa comunidade, não foi possível realizar as capacitações ora previstas no projeto executivo de São Francisco, uma vez que não haveria o que a comunidade gerir, uma vez que não houve um projeto finalizado.

Entretanto, pelas falas dos pescadores e todo o relacionamento da Petrobras com a comunidade, a mesma não se sentiu compensada. Afirmaram que o projeto de engenharia é somente uma fase inicial e que até hoje estão sem píer de pesca, tendo que dividir o desembarque com um píer de turismo, ocasionando diversos conflitos entre os pescadores e outros usuários do píer.

A Petrobras pretende continuar o relacionamento com a comunidade São Francisco através do Programa de Educação Ambiental de São Paulo (PEA-SP), que iniciará suas atividades no Litoral Norte de São Paulo. Espera-se que o PEA-SP auxilie a comunidade para o engajamento nas políticas públicas, o empoderamento do grupo e a autonomia para as soluções nas problemáticas relacionadas à cadeia produtiva da pesca do grupo e região.

3.9 Aquisição de Draga e Licenciamento Ambiental

3.9.1. Morosidade do processo de Licenciamento Ambiental

A devida regularização da Draga para atendimento do Projeto da comunidade de Maranduba ensejou na necessidade da realização do licenciamento ambiental prévio da atividade, o que trouxe significativa morosidade ao projeto.

Durante o processo de licenciamento ambiental, foi verificada a existência de 03 processos de licenciamento pendentes junto a CETESB acerca da dragagem da foz

do rio Maranduba (processos nº 84766/02, 2.572/11 e 35/10012/12). Neste sentido, a Prefeitura Municipal de Ubatuba, parceira formal da comunidade na gestão do projeto e responsável pelo licenciamento ambiental, solicitou o cancelamento dos processos de nº 2.572/11 e 35/10012/12 e manteve o procedimento de licenciamento vinculado ao processo nº 84766/02, tendo em vista que o único parecer positivo emitido pela CETESB até aquele momento se referia a esse processo.

Outro fato que trouxe morosidade ao processo foi o fechamento da unidade da CETESB em Ubatuba, por onde tramitava todo o processo do licenciamento. Tal fato exigiu a abertura de um novo processo, pela agência de São Paulo.

Após diversas ações para cumprimento das exigências legais no processo de Licenciamento Ambiental, a CETESB emitiu a Licença Prévia e suas condicionantes. Para atendimento destas condicionantes foi elaborado e protocolado um Plano de Controle Ambiental, que contempla todas as ações solicitadas de mitigação e controle de possíveis impactos ambientais. Atualmente o processo aguarda a emissão das Licenças de Instalação e Operação para início do desassoreamento da Foz do Rio Maranduba.

Para atendimento às exigências sobre informações necessárias à emissão dos relatórios de controle e cumprimento de cronograma de dragagem, foi elaborado em conjunto com os pescadores de Maranduba planilhas de controle e monitoramento, como diários de bordo e planilha de manutenção periódica da draga, entre outros.

Ressalta-se que este projeto de compensação, por apresentar forte interface de relacionamento entre a Comunidade de Maranduba, Prefeitura Municipal de Ubatuba, CETESB, SPU e Marinha, exigiu um trabalho intenso e difícil de articulação institucional, que trouxe impactos significativos à agilidade do processo.

3.9.2. Regularização da Associação de Pescadores de Maranduba

O processo de Licenciamento Ambiental para aquisição da Draga foi moroso e desgastante para a comunidade. Tal fato gerou grande descontentamento dos membros da comunidade, provocando descrédito com relação ao projeto de

compensação. Isto desmotivou os pescadores em relação ao processo de regularização da Associação de Pescadores, que foi criada na comunidade no início do PAPP para gestão do projeto.

Em agosto de 2016, ao protocolar o requerimento de registro da ata de eleição da Diretoria da Associação no Cartório em Ubatuba (Oficial do registro de imóveis, títulos e documentos e civil de pessoa jurídica da comarca de Ubatuba), a Associação foi surpreendida com a devolução do requerimento com a informação do oficial do cartório sobre a ausência da ata de eleição da diretoria anterior, 2014/2016, o que inviabilizava o registro da presente ata de eleição.

A Nota de devolução do Cartório solicitou dois procedimentos para a regularização:

- Averbação da ata da assembleia de eleição da diretoria para o período de 2014/2016;
- Nomeação judicial de um Administrador provisório, para promover a eleição da nova diretoria.

Diante do cenário descrito acima, foi distribuída ação judicial de nomeação de administrador provisório para pessoa jurídica com pedido de concessão de tutela de urgência, junto à vara cível do foro da Comarca de Ubatuba.

Em paralelo, foi elaborado o Balanço Patrimonial da Associação para os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

Para a devida solução do impasse a Petrobras forneceu o assessoramento contábil e jurídico necessário para a devida instrução dos processos, cabendo agora à Associação dos Pescadores de Maranduba o acompanhamento e atendimento das ações de regularização da “ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E MARICULTORES DA BARRA DA MARANDUBA E REGIÃO SUL DE UBATUBA” junto ao poder judiciário.

3.9.3. Necessidade de alteração das especificações técnicas da draga em atendimento às exigências do licenciamento ambiental

O estudo de dragagem definiu as especificações técnicas da Draga, a qual foi adquirida somente após obtenção da LP. As especificações gerais da Draga, bem como de seus acessórios, foram sendo readequadas à medida que surgiam questionamentos dos fornecedores, solicitações da comunidade e adequações orçamentárias, passando o projeto por algumas alterações e otimizações, todas negociadas e aprovadas pela comunidade.

Esse processo de adequação/otimização das especificações da draga exigiu a realização de diversas reuniões com a comunidade e com o fornecedor, o que levou ao aumento do prazo para a conclusão do projeto.

CAPÍTULO 4. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROJETOS PELA PERCEPÇÃO DOS PESCADORES

A avaliação de resultados dos projetos pelos pescadores foi feita a partir das informações levantadas por meio de entrevistas semiestruturadas com os usuários do bem recebido pela comunidade. O roteiro elaborado para estas entrevistas teve os seguintes objetivos específicos:

- Objetivo específico 1: Analisar se, atualmente, o projeto traz melhorias para a atividade da pesca artesanal.
- Objetivo específico 2: Avaliar se as capacitações auxiliam na gestão do projeto.
- Objetivo específico 3: Identificar as dificuldades da comunidade para a gestão do projeto;
- Objetivo específico 4: Identificar opiniões e expectativas da comunidade com relação ao projeto.

O resultado dessa avaliação será apresentado por tipo de projeto.

4.1. Reforma/Construção de Rancho de Pesca

Para avaliar a percepção dos contemplados pelo PAPP com relação a esse tipo de projeto, a equipe do PAPP entrevistou 20 destes, distribuídos nas cinco comunidades que receberam esse tipo de projeto.

De acordo com o gráfico 4.1-1, a maioria dos entrevistados foi composta por membros da comunidade entre 30 e 50 anos e acima de 50 anos. Isso mostra que as entrevistas com esse grupo abrangeu somente uma pequena parte dos pescadores mais jovens dessas comunidades.

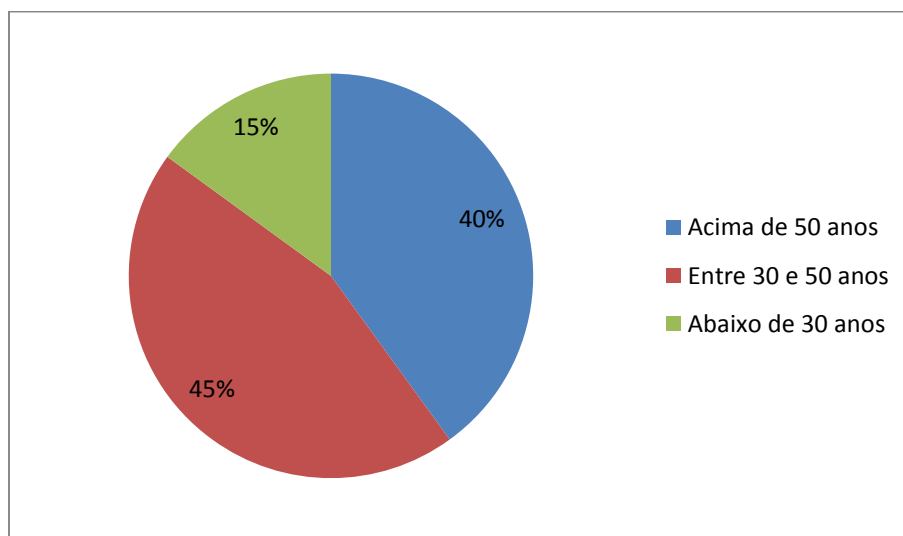


Gráfico 4.1-1 - Faixa etária dos entrevistados

A maioria (90%) dos entrevistados são homens. Essa porcentagem confirma uma realidade vivenciada no projeto, a predominância de homens atuando na pesca artesanal nessas comunidades.

Do total de entrevistados, 95% informaram atuar na atividade da pesca. Isso comprova que a atividade da pesca artesanal continua fazendo parte do cotidiano dos beneficiados do PAPP por esse tipo de projeto.

De acordo com o gráfico 4.1-4, a maioria dos entrevistados informou fazer algum tipo de uso do rancho, o que mostra que o equipamento doado pelo projeto tem importância para a atividade da pesca artesanal na comunidade. Os motivos

apresentados pelos entrevistados como justificativa pela não utilização dos ranchos foram:

- Falta de utilidade;
- Dificuldade de acesso;
- Pouco espaço para colocar petrechos de pesca maiores e embarcações.

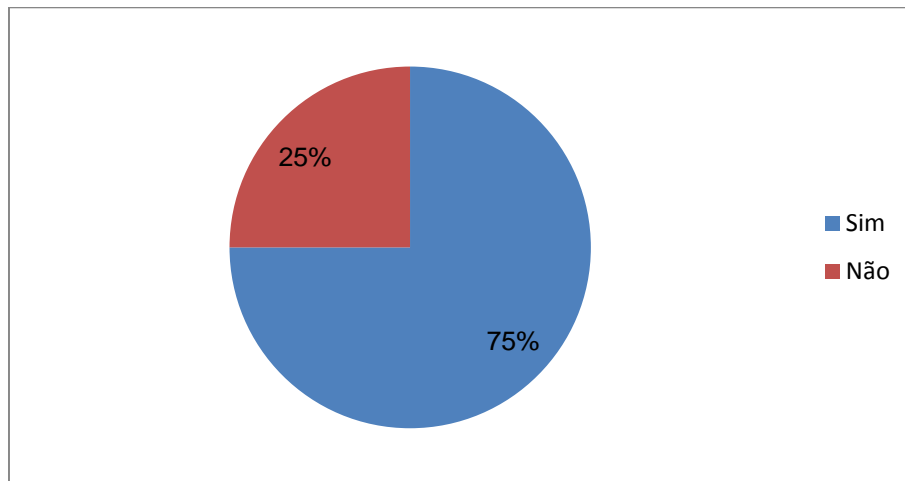


Gráfico 4.1-2 – Entrevistados que fazem uso do rancho de pescadores

Os resultados relacionadas ao objetivo específico 1 do questionário estão apresentados nos gráficos 4.1-3 à 4.1-7. Sobre a participação no processo de escolha do projeto, a maioria dos entrevistados (75%) informou ter participado.

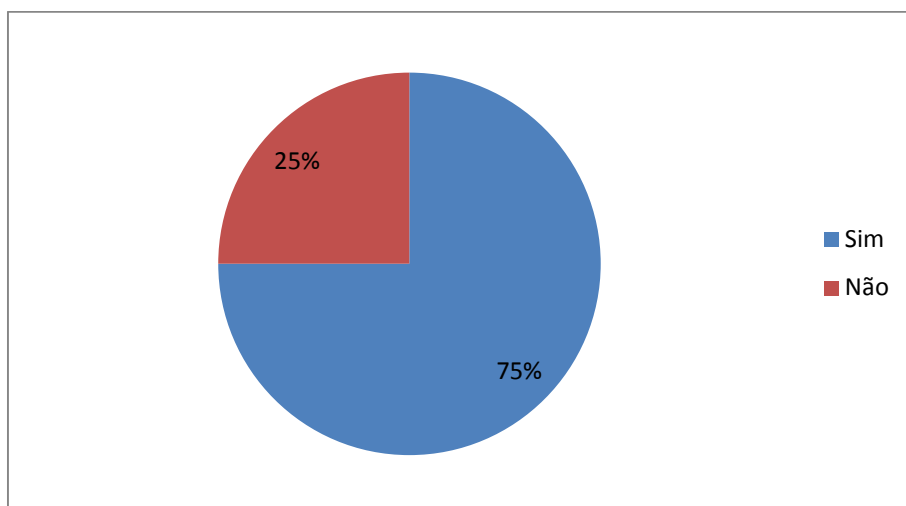


Gráfico 4.1-3 – Participaram da escolha do projeto de compensação

O 4.1-4 mostra que o projeto é importante para a atividade da pesca artesanal, de acordo com os entrevistados. Os principais motivos levantados para justificar essa importância foram:

- Diminuição da distância entre a área de pesca e os petrechos;
- Ampliação do espaço para armazenamento dos petrechos;
- Auxílio na organização dos petrechos de pesca.

A maioria dos entrevistados (90%) informaram que consideram o projeto importante para a comunidade. Os principais motivos apresentados como justificativa, além dos supracitados foram:

- Maior segurança;
- Existência de um espaço para a compra do pescado pela comunidade;
- É um projeto social;
- Melhora o fornecimento de pescado para a comunidade;
- Manutenção da cultura dos pescadores artesanais.

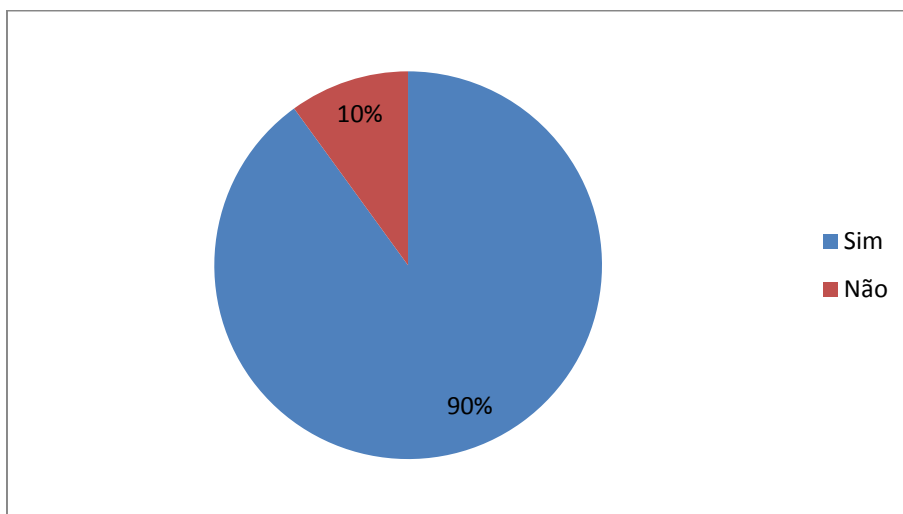


Gráfico 4.1-4 – Consideram o projeto importante para a atividade da pesca artesanal

Sobre a percepção de mudanças na vida ou na comunidade após a chegada do projeto, a maioria (60%) informou não perceber mudanças. A principal mudança apontada pelos entrevistados foi o aumento da participação de membros da comunidade na organização da atividade da pesca artesanal. Essa mudança foi relatada nas comunidades da Enseada, Saco da Ribeira e São Pedro. Ainda com

relação a esta pergunta, alguns pescadores da comunidade da Enseada demonstraram insatisfação com relação ao aumento do número de usuários do rancho.

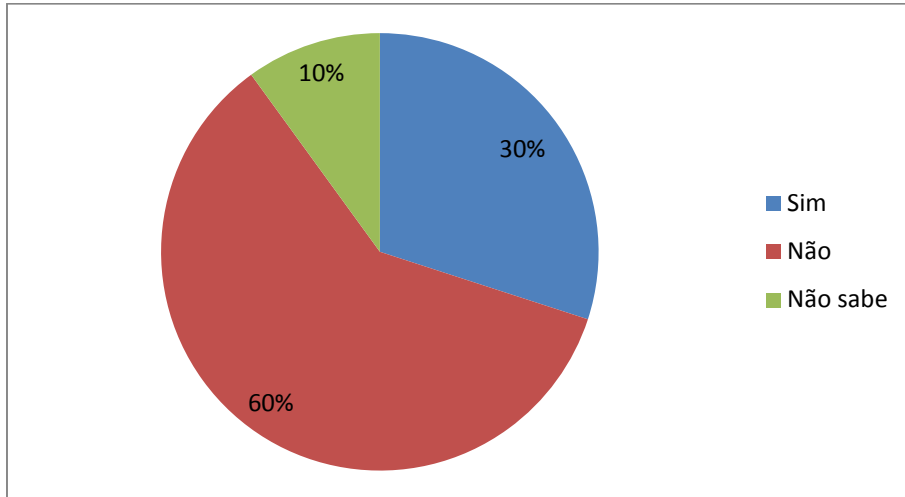


Gráfico 4.1-5 – Percepção de mudanças com a chegada do projeto

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 2 do questionário são apresentados nos gráficos 4.1-6 à 4.1-12. De acordo com o gráfico 4.1-6, grande parte dos entrevistados (60%) não realizou os cursos destinados à gestão comunitária do projeto, ou por estarem ausentes da comunidade na época de sua realização ou por pertencerem a comunidades que optaram não receber tais cursos por não os considerarem úteis.

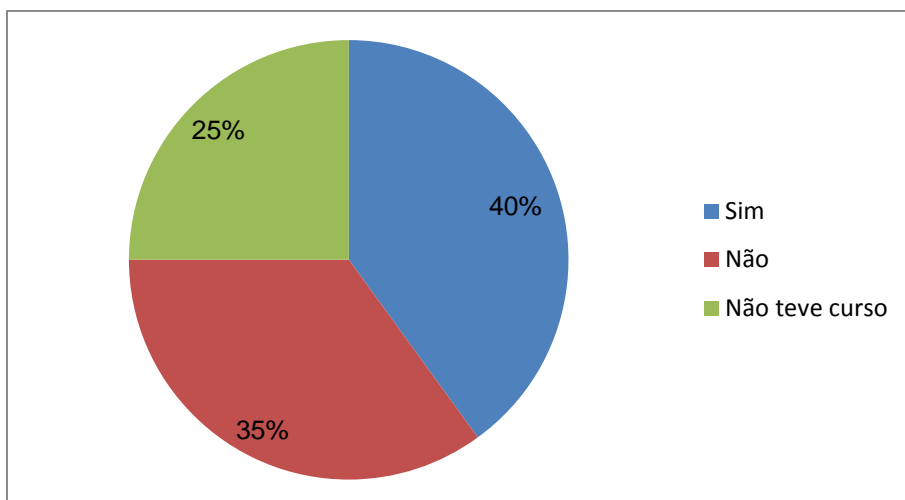


Gráfico 4.1-6 – Participantes dos cursos para a gestão comunitária dos ranchos

De acordo com o gráfico 4.1-7, a grande maioria dos participantes dos cursos consideraram estes úteis para a gestão comunitária do projeto. Os motivos apresentados para justificar essa importância foram:

- Apoio na organização do rancho de pesca;
- Renovação dos conhecimentos;
- Fortalecimento da comunidade.

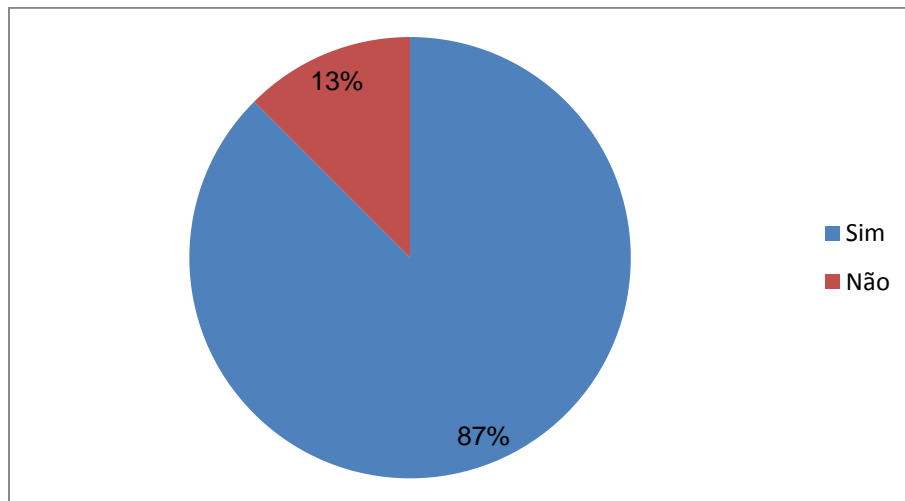


Gráfico 4.1-7 – Percepção quanto à importância dos cursos para a gestão do projeto

Sobre a utilidade dos cursos para a organização comunitária e para o crescimento pessoal, a percepção foi a mesma, 87% dos participantes dos cursos informaram que estes estão sendo úteis. Os motivos apresentados para justificar a importância do curso para a organização comunitária foram:

- Estimulo à reunião das pessoas;
- Aumento da disciplina dos membros da comunidade.

O principal motivo apresentado para justificar a importância individual do curso foi o ganho de conhecimentos.

Para os pescadores que participaram dos cursos, foi perguntado sobre a necessidade de outros cursos para a gestão comunitária do projeto. Nesse caso, o gráfico 4.1-8 mostra que a maioria (75%) tem interesse em receber novos cursos na comunidade, embora nenhum com o objetivo de aprimorar a gestão comunitária do projeto. Os cursos apontados como necessários por esse grupo foram:

- Cursos relacionados à regularização da atividade da pesca;
- Cursos sobre a região e o pescado;
- Cursos de aquicultura;
- Cursos de manutenção de motores de embarcações.

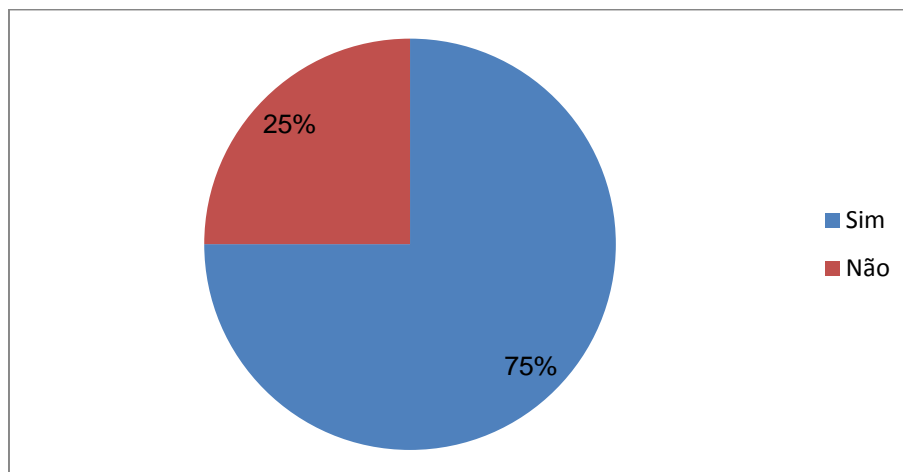


Gráfico 4.1-8 – Percepção quanto à necessidade de outros cursos

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 3 do questionário são apresentados nos gráficos 4.1-9. De acordo com esse gráfico, a maioria dos 10 entrevistados relataram dificuldades na gestão do projeto. Abaixo, estão apresentadas as dificuldades apontadas por esse grupo.

- Desrespeito às regras de uso do rancho de pesca construídas no decorrer do projeto (Praia da Enseada);
- Conflitos de interesse e divergência de opiniões entre os usuários (Praia da Enseada e São Pedro);
- Conflitos entre usuários e diretoria da Associação (Praia da Enseada);
- Dificuldade de reunião dos usuários para decidir questões relacionadas ao projeto (Saco da Ribeira);
- Dificuldade de acesso ao rancho de pescadores (Saco da Ribeira).

Para solucionar problemas relacionados às divergências de opiniões e conflitos entre os usuários, os entrevistados propuseram as seguintes soluções:

- Realização de reuniões;

- Conversas;
- Fortalecimento da Associação de Pescadores;

Para solucionar o problema de acesso ao rancho, um dos entrevistados propôs buscar trazer novos projetos para a comunidade.

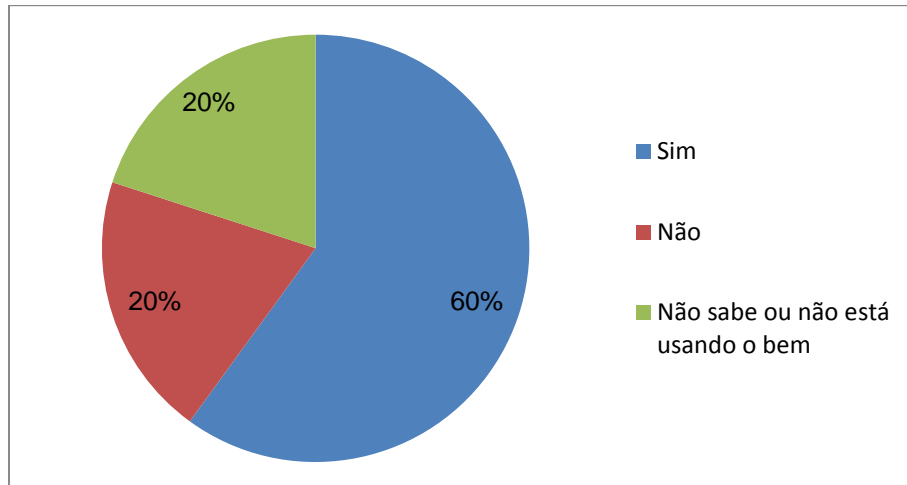


Gráfico 4.1-8 – Relatos de dificuldades na gestão do projeto

Nas perguntas relacionadas ao objetivo específico 4, quando questionados sobre as expectativas sobre o projeto, a maioria dos entrevistados se referiu à estrutura dos ranchos de pesca. As expectativas informadas nas entrevistas estão listadas abaixo:

- Melhorar a vida da comunidade (Praia da Enseada);
- Benefícios para os pescadores (Praia da Enseada);
- Ter um rancho para guardar equipamentos de pesca (Canto do Ribeirão);
- Um rancho de pesca maior e com um guincho (Saco da Ribeira e Pontal da Cruz);
- Que o rancho fosse mais bem localizado (Saco da Ribeira);
- Que o rancho possuísse uma rampa mais acessível para as embarcações (Saco da Ribeira);
- Que o projeto trouxesse mais benefícios para o pescador (Pontal da Cruz).

De acordo com o gráfico 4.1-9, somente 45% dos entrevistados tiveram suas expectativas alcançadas. Esse fato pode ser resultado do processo de escolha dos projetos, onde em diversos casos projetos elencados como prioritários não puderam ser aprovados por questões técnicas ou legais.

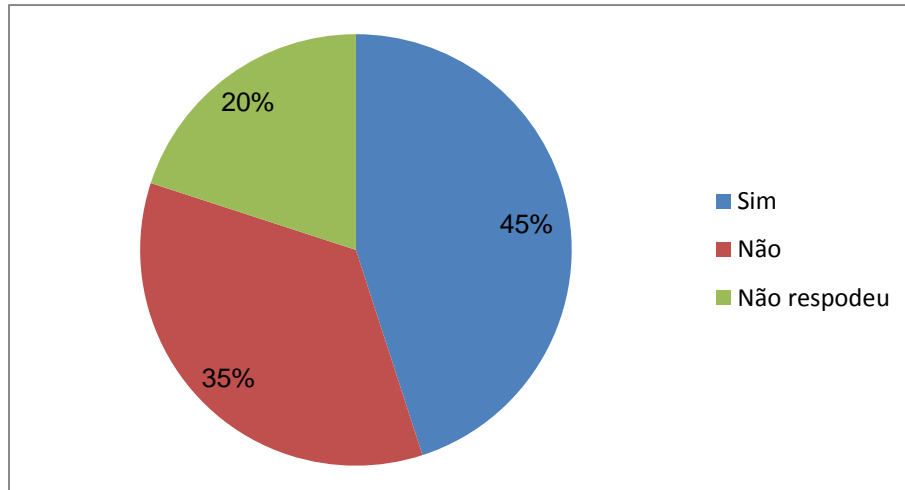


Gráfico 4.1-9 – Percepção sobre o alcance das expectativas

Quando questionados sobre as expectativas futuras com relação ao projeto as seguintes respostas foram informadas:

- Ter mais respaldo quanto aos problemas na gestão do rancho (Enseada);
- Maior organização comunitária (Enseada);
- Melhorias contínuas na comunidade (Enseada);
- Usar e manter o rancho (Canto do Ribeirão);
- Construção de um novo rancho, maior e mais bem localizado (Saco da Ribeira);
- Fortalecimento e continuidade da Associação de Pescadores (Saco da Ribeira e São Pedro);
- Novos projetos de compensação para os pescadores (Pontal da Cruz; São Pedro).

Sobre os pontos positivos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Aumento do número de usuários do rancho (Enseada);

- Ampliação do espaço (Enseada);
- Melhoria da aparência do Rancho (Canto do Ribeirão);
- Estrutura de boa qualidade (Saco da Ribeira; Pontal da Cruz);
- União do grupo (Saco da Ribeira);
- A persistência do pescador (São Pedro);
- Melhoria da acessibilidade ao rancho de pescadores (São Pedro).

Sobre os pontos negativos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Atraso e burocracia (Enseada);
- Desunião da comunidade (Canto do Ribeirão);
- A má localização do rancho (Saco da Ribeira)
- Mudanças no projeto (Saco da Ribeira);
- Problemas estruturais (São Pedro).

A última pergunta da entrevista solicitou a indicação de sugestões. Nesse caso, as seguintes sugestões foram apresentadas:

- Vender o guincho (Enseada);
- Que a comunidade possa se preparar para participar de projetos de compensação ambiental (Enseada);
- Um novo projeto para os pescadores (Saco da Ribeira);
- Mudar o rancho de lugar: (Saco da Ribeira);
- Melhorias estruturais (Saco da Ribeira);
- Inserção de novas comunidades em programas de compensação ambiental (São Pedro);
- Maior preocupação da Petrobrás com os pescadores.

4.2. Fábrica de Gelo/Câmara Fria

Para avaliar a percepção dos contemplados pelo PAPP com relação a esse tipo de projeto, a equipe do PAPP entrevistou 19 destes, distribuídos nas quatro comunidades que receberam esse tipo de projeto.

De acordo com o gráfico 4.2.1, a maioria dos entrevistados foi composta por membros da comunidade entre 30 e 50 anos (47%) e acima de 50 anos (53%). Isso mostra que as entrevistas com esse grupo não abrangem os pescadores mais jovens dessas comunidades.

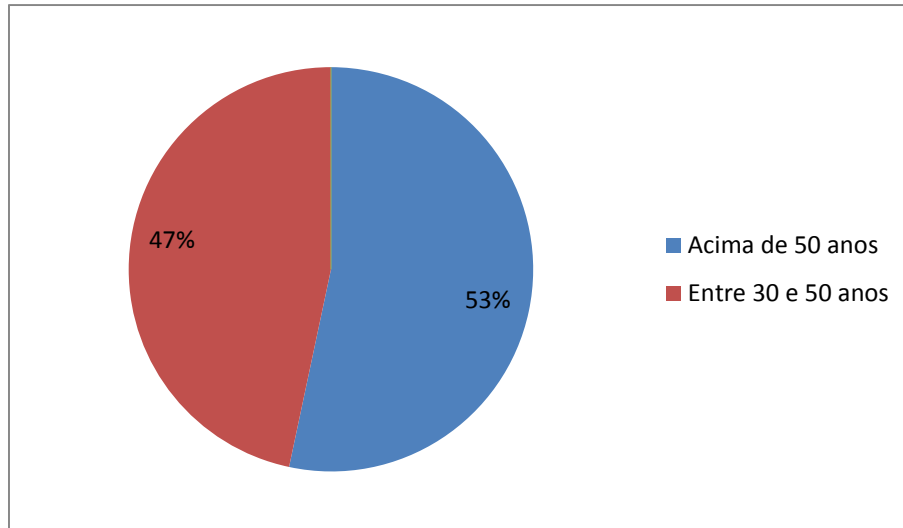


Gráfico 4.2-1 - Faixa etária dos entrevistados

A maioria (79%) dos entrevistados são homens. Essa porcentagem confirma uma realidade vivenciada no projeto, a predominância de homens atuando na pesca artesanal nessas comunidades.

Do total de entrevistados, 84% informaram atuar na atividade da pesca. Isso comprova que a atividade da pesca artesanal continua fazendo parte do cotidiano dos beneficiados do PAPP por esse tipo de projeto.

De acordo com o gráfico 4.2-2, a maioria dos entrevistados informou fazer algum tipo de uso da fábrica de gelo, o que mostra que o equipamento doado pelo projeto tem importância para a atividade da pesca artesanal na comunidade. A justificativa apresentada por todos os entrevistados que informaram não estarem utilizando a fábrica de gelo foi que o gelo não era de qualidade, derretia muito rápido. Essa rejeição com relação à qualidade do gelo aconteceu na comunidade do Camaroeiro, como descrito no item 3.2.8 desse relatório.

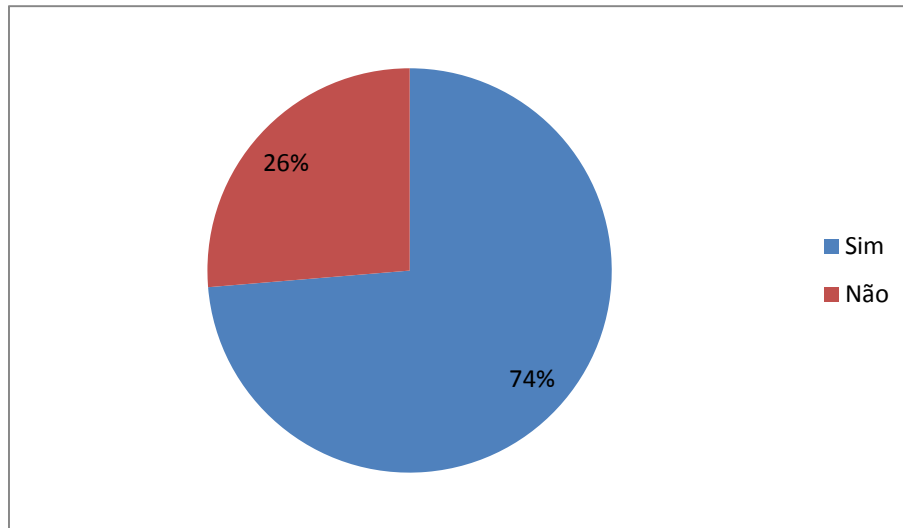


Gráfico 4.2-2 – Entrevistados que fazem uso da fábrica de gelo

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 1 do questionário estão apresentados a seguir. Sobre a participação no processo de escolha do projeto, 100% dos entrevistados informaram ter participado.

Todos os entrevistados informaram que o projeto é importante para a atividade da pesca artesanal. Os principais motivos levantados para justificar essa importância foram:

- Preço baixo do gelo;
- Disponibilidade de gelo;
- Facilidade para comprar o gelo;
- Possibilitou refrigerar o pescado;
- Possibilitou armazenar o pescado por mais tempo.

Todos os entrevistados informaram que consideram o projeto importante para a comunidade. Os principais motivos apresentados como justificativa, além dos supracitados foram:

- A comunidade pode comprar gelo na fábrica;
- A estrutura pode ser usada por todos da comunitária;
- Antes a comunidade não tinha um equipamento de qualidade;
- Facilidade de acesso ao gelo.

Sobre a percepção de mudanças na vida ou na comunidade após a chegada do projeto, a maioria dos entrevistados informou ter percebido mudanças. As principais mudanças apontadas pelos entrevistados foram:

- Facilidade de acesso ao gelo;
- Diminuição do gasto do pescador com o gelo;
- Aumento da autoestima da comunidade;
- Maior união entre os pescadores;
- Aumento da organização da atividade da pesca.

Dois dos entrevistados informaram uma mudança negativa, o aumento de barulho próximo a sua residência devido ao funcionamento do equipamento.

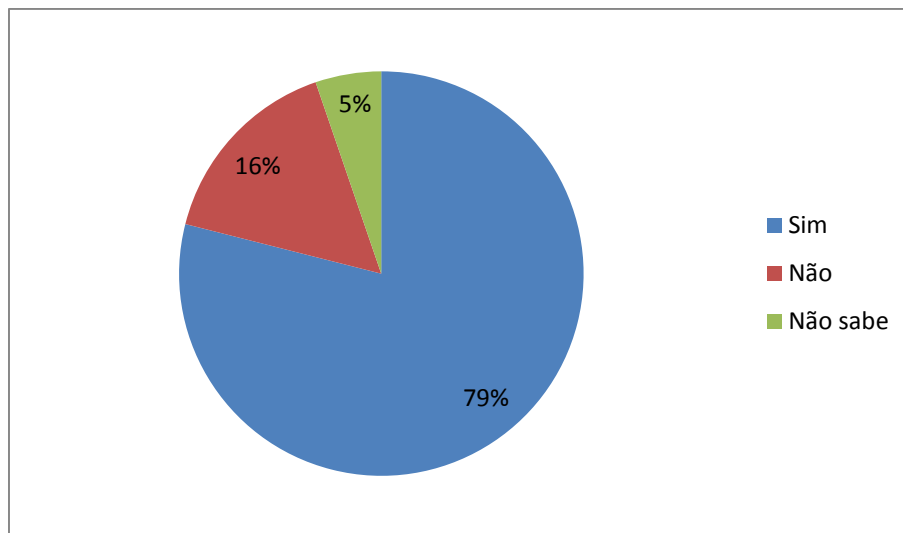


Gráfico 4.2-3 – Percepção de mudanças com o projeto

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 2 do questionário são apresentados nos gráficos 4.2-4 à 4.2-10. De acordo com o gráfico 4.2-4, grande parte dos entrevistados (79%) participou dos cursos destinados à gestão comunitária do projeto. Os 21% que informaram não ter participado dos cursos deram como justificativa estarem pescando ou trabalhando nos dias de realização do curso.

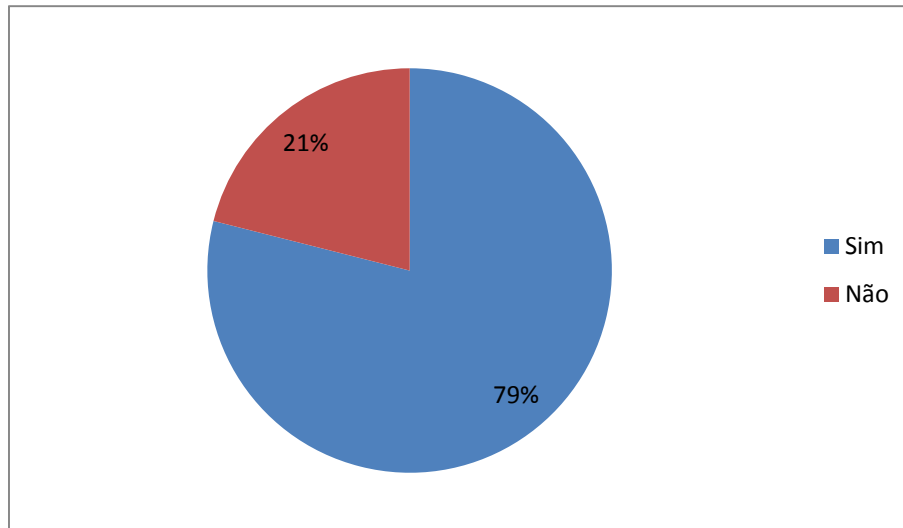


Gráfico 4.2-4 – Participantes dos cursos para a gestão comunitária dos ranchos

De acordo com o gráfico 4.2-5, a grande maioria dos participantes dos cursos considerou estes úteis para a gestão comunitária do projeto. Os motivos apresentados para justificar essa importância foram:

- Os cursos auxiliam na administração da fábrica de gelo;
- Renovação dos conhecimentos.

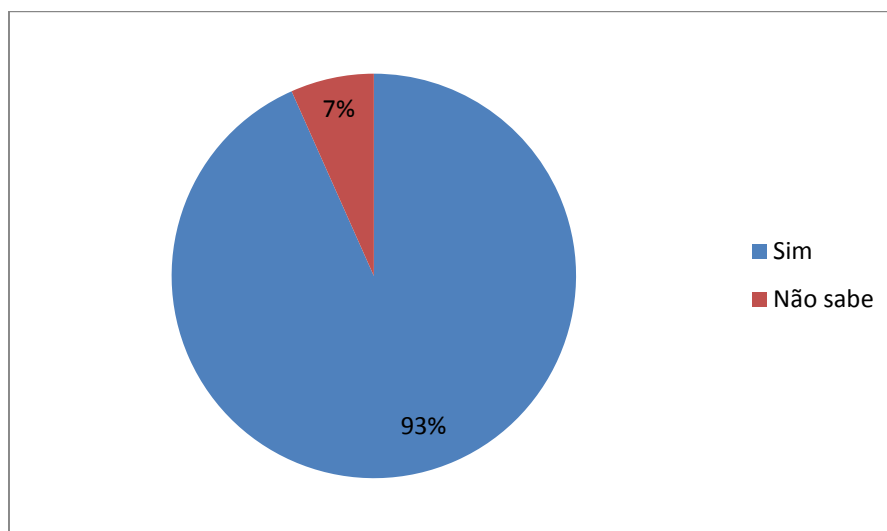


Gráfico 4.2-5 – Percepção quanto à importância dos cursos para a gestão do projeto

Sobre a utilidade dos cursos para a organização comunitária e para o crescimento pessoal, a percepção foi a mesma, 100% dos participantes dos cursos informaram que estes estão sendo úteis. Os motivos apresentados para justificar a importância do curso para a organização comunitária foram:

- Estimulou a realização de reuniões entre os pescadores;
- Os cursos trouxeram mais união para a comunidade;
- Melhorou a organização do grupo;
- Aprendizado sobre organização, armazenamento e limpeza.

O principal motivo apresentado para justificar a importância individual do curso foi o ganho de conhecimentos. Um dos participantes informou que o curso foi importante porque trouxe conhecimento de gestão de negócios.

Para os pescadores que participaram dos cursos, foi perguntado sobre a necessidade de outros cursos para a gestão comunitária do projeto. Nesse caso, o gráfico 4.2-6 mostra que a maioria (82%) tem interesse em receber novos cursos na comunidade, embora nenhum com o objetivo de aprimorar a gestão comunitária do projeto. Os cursos apontados como necessários por esse grupo foram:

- Cursos que estimulem a organização e união da comunidade;
- Cursos sobre reciclagem;
- Cursos relacionados ao turismo;
- Curso de corte e costura;
- Cursos de manutenção de motores de embarcações.

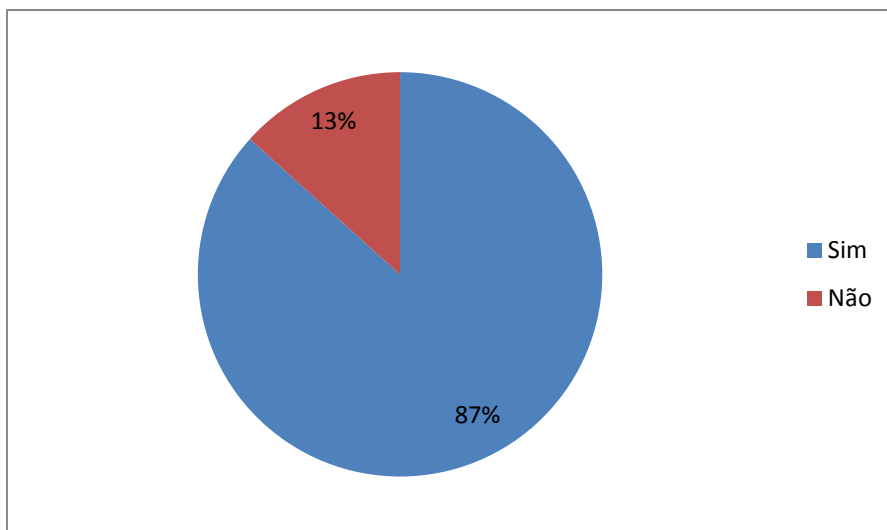


Gráfico 4.2-6 – Percepção quanto à necessidade de outros cursos

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 3 do questionário são apresentados nos gráficos 4.2-7. De acordo com esse gráfico, a maioria dos entrevistados (61%) relatou não ter dificuldades na gestão do projeto. Abaixo, estão apresentadas as dificuldades apontadas pelos 33% dos entrevistados que informaram ter encontrado dificuldades na gestão do projeto. Entre parênteses, é informada a comunidade de onde veio a informação:

- A associação de pescadores não funciona (Camaroeiro);
- A qualidade do gelo é ruim (Camaroeiro);
- Manipulação da fábrica de gelo (Camaroeiro);
- Conflitos com a prefeitura (Saco do Indaiá/Jabaquara);
- Dificuldade de acesso à assistência técnica da máquina de gelo (Praia Mansa).

Para solucionar problemas relacionados à qualidade do gelo e à manipulação da fábrica, os entrevistados propuseram a realização de novos cursos na comunidade.

Para solucionar o conflito com a prefeitura a solução apontada pelo entrevistado foi realizar reuniões com o prefeito.

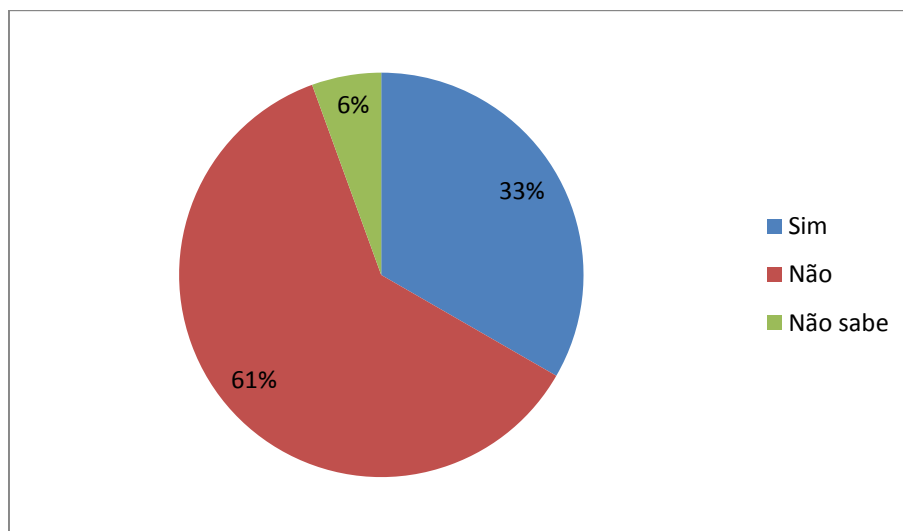


Gráfico 4.2-7 – Relatos de dificuldades na gestão do projeto

Nas perguntas relacionadas ao objetivo específico 4, quando questionados sobre as expectativas sobre o projeto, a maioria dos entrevistados se referiu à estrutura dos

ranchos de pesca. As expectativas informadas nas entrevistas estão listadas abaixo. Entre parênteses, é apresentada a comunidade de onde vieram as respostas.

- Aumento da oferta de gelo (Camaroeiro);
- Que a máquina de gelo atendesse sua necessidade (Camaroeiro);
- Gelo mais barato para o pescador (Camaroeiro);
- Esperava uma máquina de gelo em cubos para atender os restaurantes da região (Saco do Indaiá/Jabaquara);
- Melhorar a conservação do pescado;
- Melhorar a qualidade da atividade da pesca;
- Facilitar o trabalho do pescador.

De acordo com o gráfico 4.2-8, metade dos entrevistados tiveram suas expectativas alcançadas no projeto. A comunidade onde o maior número de pescadores informou não ter suas expectativas alcançadas foi Camaroeiro. Nessa comunidade, a qualidade do gelo foi muito questionada pelos usuários da fábrica de gelo. Atualmente a fábrica de gelo dessa comunidade não está sendo utilizada.

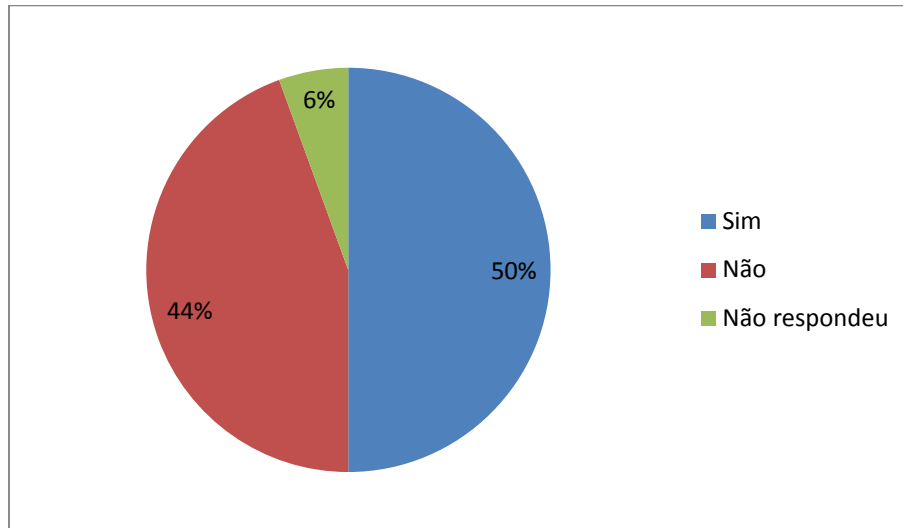


Gráfico 4.2-8 – Percepção sobre o alcance das expectativas

Quando questionados sobre as expectativas futuras com relação ao projeto as seguintes respostas foram informadas:

- Trocar a fábrica de gelo (Camaroeiro);
- Manter o funcionamento da fábrica de gelo (Saco do Indaiá/Jabaquara);

- Que a máquina não quebre (Canto da Lagoa);
- Que a fábrica traga melhorias para os filhos (Canto da Lagoa);
- Adquirir outra fábrica de gelo (Canto da Lagoa);
- Melhorar ainda mais a estrutura do projeto (Praia Mansa);
- Um projeto para criação de uma cooperativa de pescadores para diminuir a dependência do atravessador e assim aumentar o valor de comercialização do pescado.

Sobre os pontos positivos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Diminuição do preço do gelo (Saco do Indaiá/Jabaquara);
- Reuniões e cursos (Camaroeiro);
- Oferta de gelo para a comunidade (Canto da lagoa);
- Melhora na conservação do pescado (Praia Mansa);
- Qualidade da estrutura instalada pelo projeto (Praia Mansa);
- O projeto foi coletivo (Praia Mansa).

Sobre os pontos negativos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Má qualidade do gelo e custo de manutenção da fábrica elevado (Camaroeiro);
- Demora para a entrega da fábrica (Saco do Indaiá/Jabaquara);
- Dificuldade de acesso à assistência técnica (Praia Mansa).

A última pergunta da entrevista solicitou a indicação de sugestões. Nesse caso, as seguintes sugestões foram apresentadas:

- Trocar a máquina (Camaroeiro);
- A comunidade deve tentar usar a máquina (Camaroeiro);
- Receber uma máquina de gelo em cubos (Saco do Indaiá/Jabaquara);
- Fonte de energia sustentável para a fábrica de gelo (Canto a lagoa);
- Aumentar a eficiência da Máquina (Praia Mansa)
- Aquisição de outra câmara fria (Canto a lagoa).

4.3. Box de comercialização de pescado

Para avaliar a percepção dos contemplados pelo PAPP com relação a esse tipo de projeto, a equipe do PAPP entrevistou 10 destes, distribuídos nas duas comunidades que receberam esse tipo de projeto.

De acordo com o gráfico 4.3-1, a maioria dos entrevistados foi composta por membros da comunidade entre 30 e 50 anos e acima de 50 anos. Isso mostra que a entrevista com esse grupo abrangeu somente uma pequena parte dos pescadores mais jovens dessas comunidades.

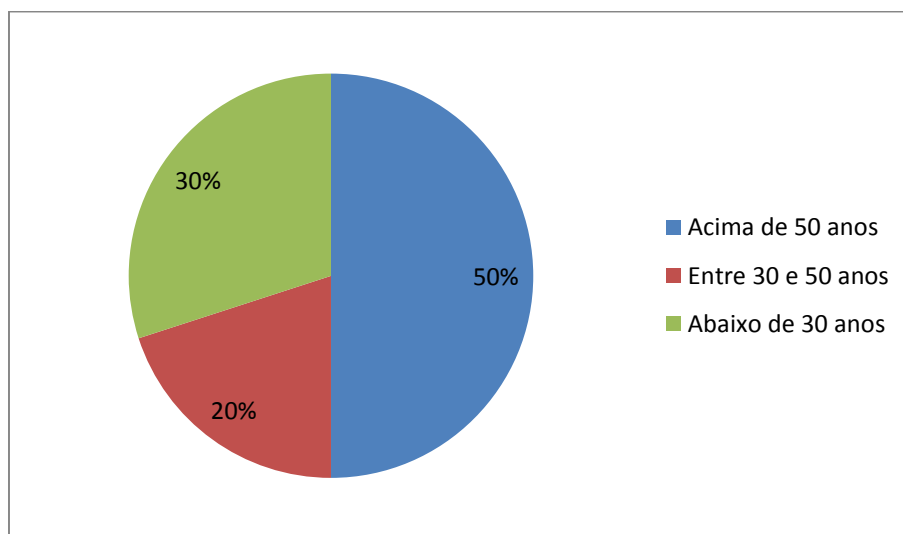


Gráfico 4.3-1 - Faixa etária dos entrevistados

Todos os entrevistados foram homens. Essa porcentagem confirma uma realidade vivenciada no projeto, a predominância de homens atuando na pesca artesanal nessas comunidades.

Todos os entrevistados informaram atuar na atividade da pesca. Isso comprova que a atividade da pesca artesanal continua fazendo parte do cotidiano dos beneficiados do PAPP por esse tipo de projeto.

De acordo com o gráfico 4.3-2, a maioria dos entrevistados informou não fazer uso do rancho. Os motivos apresentados pelos entrevistados como justificativa pela não utilização dos ranchos foram:

- Não tem produção de pescador para vender no box (Massaguaçu/Cocanha);
- Vende a produção em outro local (Tabatinga).

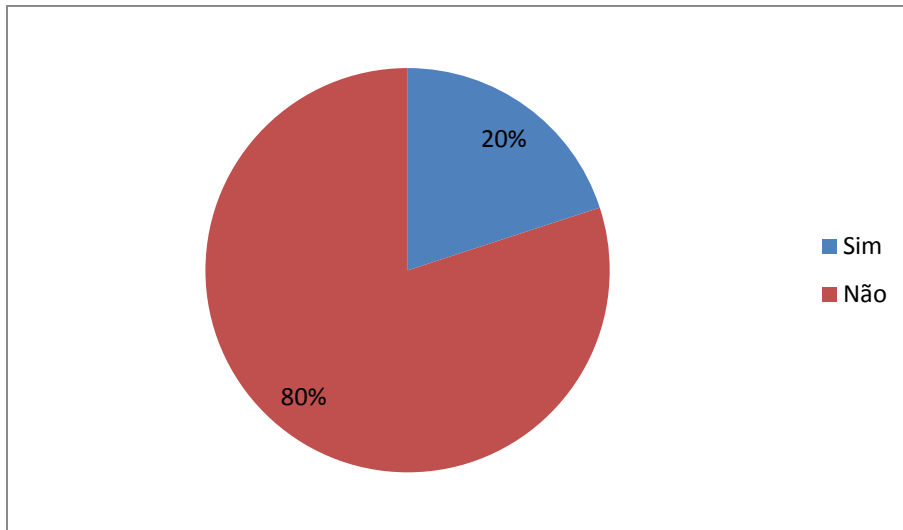


Gráfico 4.3-2 – Entrevistados que fazem uso do rancho de pescadores

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 1 do questionário estão apresentados nos gráficos 4.3-3 à 4.1-7. Sobre a participação no processo de escolha do projeto, a maioria dos entrevistados (60%) informou ter participado.

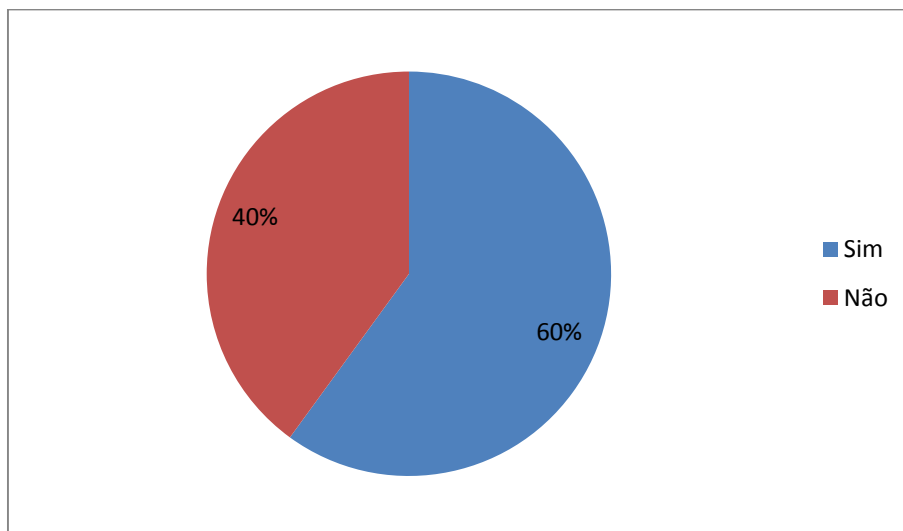


Gráfico 4.3-3 – Participaram da escolha do projeto de compensação

O gráfico 4.3-4 mostra que o projeto é importante para a atividade da pesca artesanal, de acordo com os entrevistados. Os principais motivos levantados para justificar essa importância foram:

- Local próprio para venda do pescado;
- Melhoria na comercialização de pescado.

Todos os entrevistados informaram que consideram o projeto importante para a comunidade. Os principais motivos apresentados como justificativa, além dos supracitados foram:

- Local para geração de renda familiar;
- Local para vender o pescado.

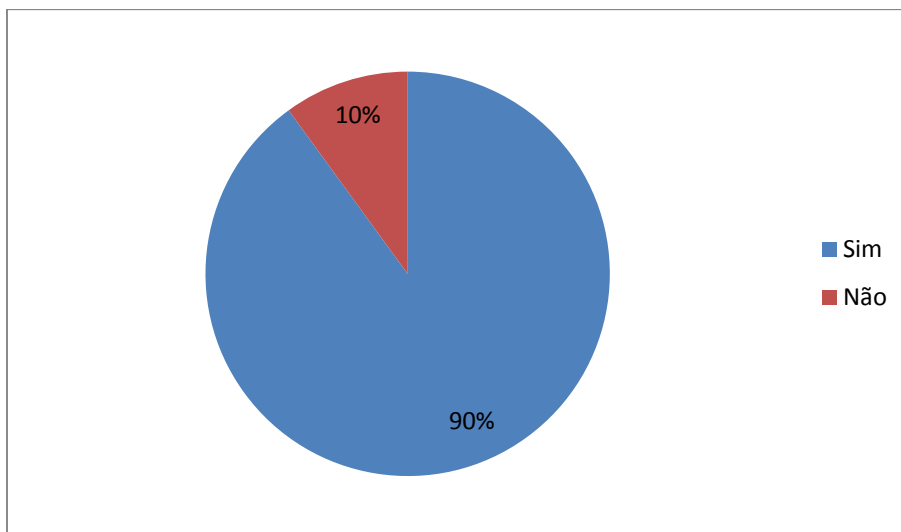


Gráfico 4.3-4 – Consideram o projeto importante para a atividade da pesca artesanal

Sobre a percepção de mudanças na vida ou na comunidade após a chegada do projeto, a maioria (80%) informou não saber ou não perceber mudanças. Esse fato está diretamente relacionado ao fato de que os boxes não estarem sendo utilizados pelos pescadores.

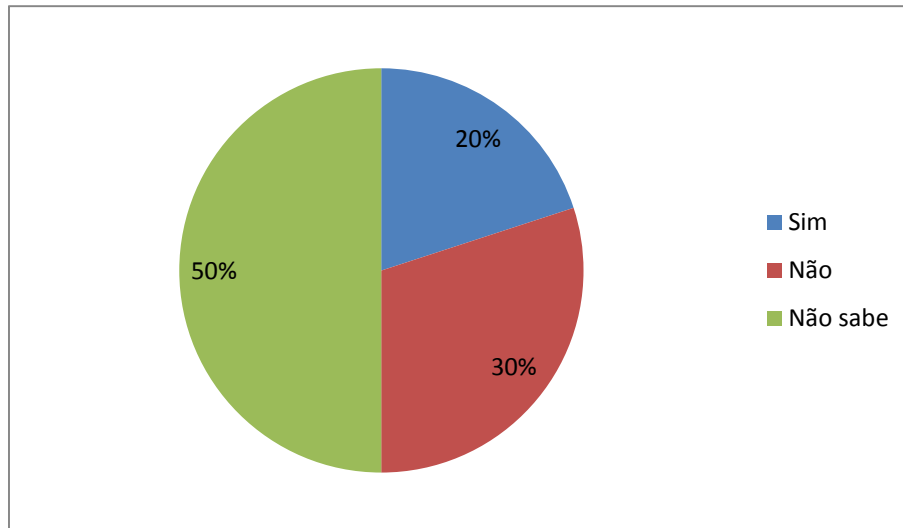


Gráfico 4.3-5 – Percepção de mudanças com a chegada do projeto

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 2 serão descritos abaixo.

Todos os entrevistados informaram ter participado dos cursos destinados à gestão comunitária do projeto. Também, todos os participantes dos cursos consideraram estes úteis para a gestão comunitária do projeto, para a organização comunitária e para crescimento pessoal. Os motivos apresentados para justificar essa importância foram:

- Ganho de aprendizado;
- Conhecimento sobre manipulação de pescado;
- Os cursos ajudam na organização;
- Os cursos estimularam a união das pessoas.

O principal motivo apresentado para justificar a importância individual do curso foi o ganho de conhecimentos.

Para os pescadores que participaram dos cursos, foi perguntado sobre a necessidade de outros cursos para a gestão comunitária do projeto. Nesse caso, o gráfico 4.3-6 mostra que a maioria (60%) não sente necessidade de novos cursos, dando como justificativa a não utilização do box, devido à falta de pescado para a venda. Os 30% que informaram sentir necessidade de novos cursos listaram os seguintes cursos de interesse:

- Cursos para melhorar a participação do pescador;
- Reciclagem dos cursos já realizados.

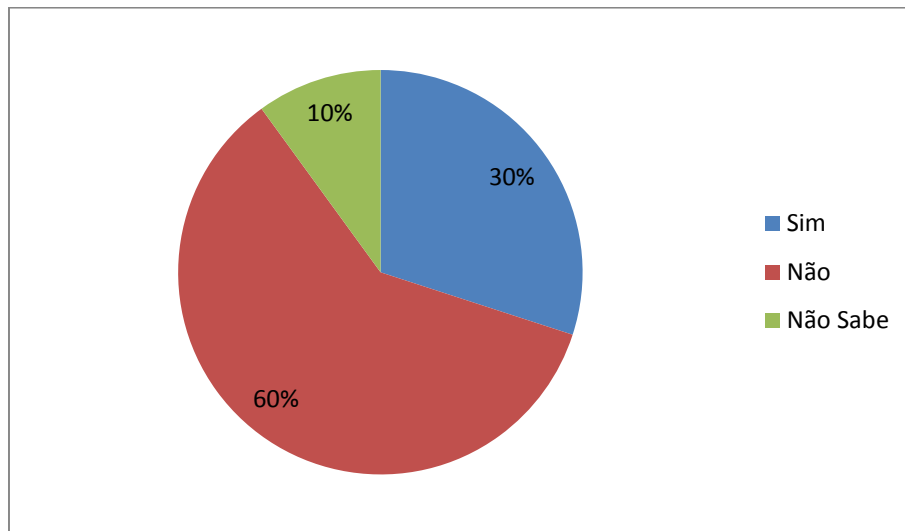


Gráfico 4.3-6 – Percepção quanto à necessidade de outros cursos

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 3 do questionário são apresentados nos gráficos 4.3-7. De acordo com esse gráfico, a maioria dos que responderam a essa pergunta relataram não ter percebido dificuldades na gestão do projeto. Abaixo, estão apresentadas as dificuldades apontadas pelos entrevistados que informaram ter percebido dificuldades. Entre parênteses, é informada a comunidade de onde veio a informação:

- Colocar pessoas para trabalhar nos boxes (Tabatinga);
- Falta de compromisso dos contemplados pelo projeto. (Tabatinga);
- Pequenos problemas estruturais (Tabatinga).

Os pescadores da comunidade da Massaguaçu/Cocanha não informaram ter dificuldades no projeto por não estarem fazendo uso do bem recebido ainda.

Para solucionar problemas relacionados aos problemas estruturais da obra, os pescadores de Tabatinga informaram ter enviado um ofício à Petrobras solicitando a solução. Cabe informar que essa solicitação foi atendida pelo PAPP.

Para solucionar o problema de falta de compromisso um dos entrevistados sugeriu a realização de mais reuniões entre o grupo.

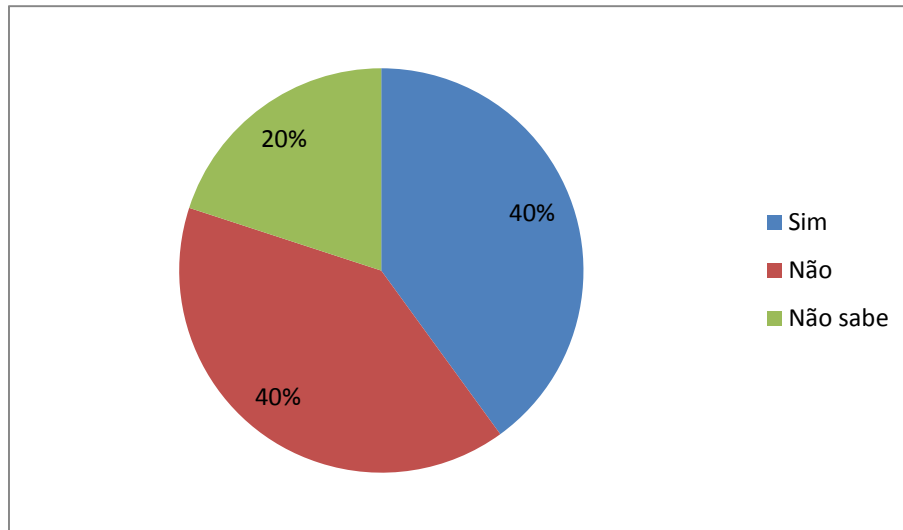


Gráfico 4.3-7 – Relatos de dificuldades na gestão do projeto

Nas perguntas relacionadas ao objetivo específico 4, quando questionados sobre as expectativas sobre o projeto, as expectativas informadas nas entrevistas estão listadas abaixo. Entre parênteses, é apresentada a comunidade de onde vieram as respostas.

- Melhorar a comercialização de pescado (Massaguaçu/Cocanha e Tabatinga);
- Que os boxes fossem na praia (Tabatinga).

De acordo com o gráfico 4.3-8, somente 40% dos entrevistados tiveram suas expectativas alcançadas. Esse fato pode ser resultado da não utilização dos boxes pelos pescadores devido à baixa produção de pescado na comunidade.

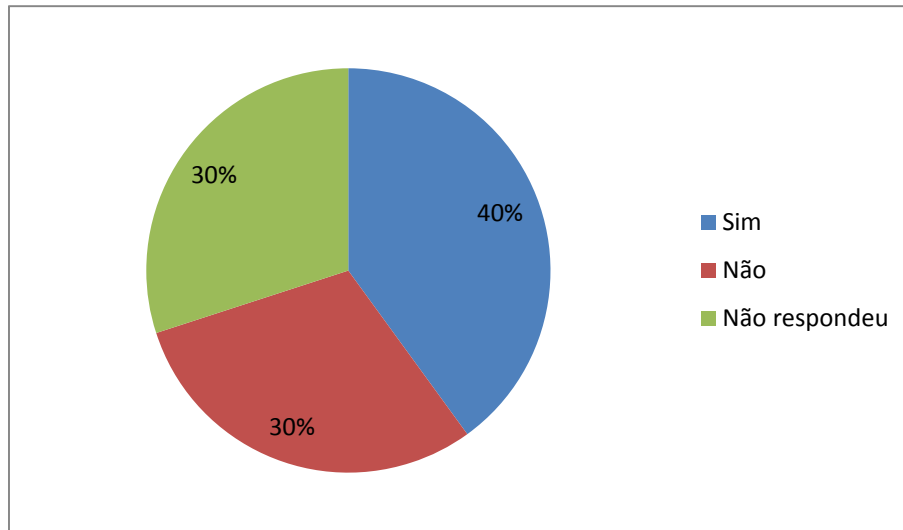


Gráfico 4.3-8 – Percepção sobre o alcance das expectativas

Quando questionados sobre as expectativas futuras com relação ao projeto as seguintes respostas foram informadas:

- Ganhar mais dinheiro (Massaguaçu/Cocanha);
- Melhorar a venda do pescado (Massaguaçu/Cocanha);
- Fazer uso dos boxes (Tabatinga).

Sobre os pontos positivos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Boa estrutura do box (Massaguaçu/Cocanha);
- Possibilidade de melhoria na renda dos pescadores (Massaguaçu/Cocanha);
- Melhoria na comercialização do pescado (Tabatinga);
- O projeto trouxe mais união para a comunidade (Tabatinga).

Sobre os pontos negativos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- O tamanho do box é insuficiente para todos os beneficiados do projeto (Massaguaçu/Cocanha);
- Localização ruim do box (Massaguaçu/Cocanha e Tabatinga);
- Demora na conclusão da obra (Tabatinga).

A última pergunta da entrevista solicitou a indicação de sugestões. Nesse caso, as seguintes sugestões foram apresentadas:

- Trazer um projeto de construção de rancho de pesca para a comunidade (Tabatinga);
- Solucionar pequenos defeitos da obra (Tabatinga).

4.4. Veículo com caçamba frigorífica

Para avaliar a percepção dos contemplados pelo PAPP com relação a esse tipo de projeto, a equipe do PAPP entrevistou 6 destes, presentes na comunidade de Picinguaba.

De acordo com o gráfico 4.4-1, a maioria dos entrevistados foi composta por membros da comunidade entre 30 e 50 anos e acima de 50 anos. Isso mostra que a entrevista com esse grupo abrangeu somente uma pequena parte dos pescadores mais jovens dessas comunidades.

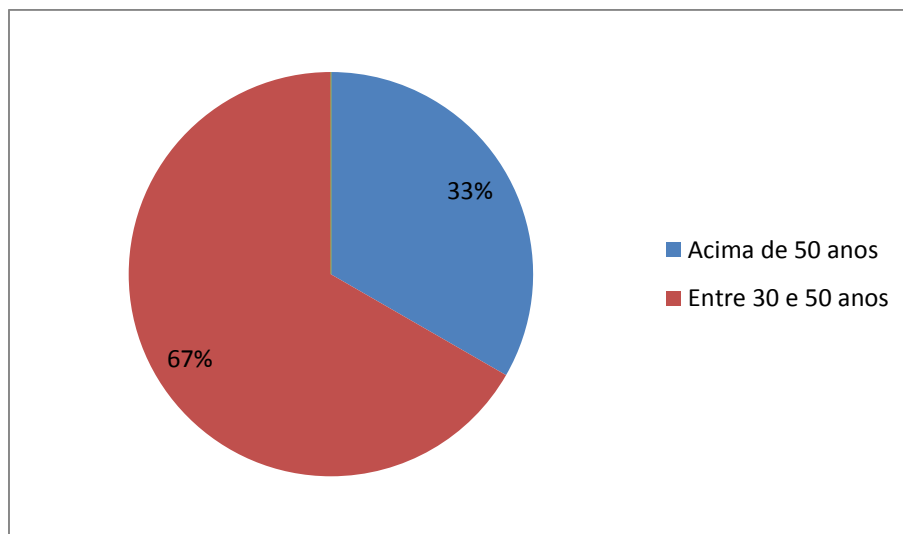


Gráfico 4.4-1 - Faixa etária dos entrevistados

A maioria (67%) dos entrevistados são homens. Essa porcentagem confirma uma realidade vivenciada no projeto, a predominância de homens atuando na pesca artesanal nessas comunidades.

Do total de entrevistados, 60% informaram atuar na atividade da pesca. Isso comprova que, apesar de não tão predominante, a atividade da pesca artesanal

continua fazendo parte do cotidiano dos beneficiados do PAPP por esse tipo de projeto.

De acordo com o gráfico 4.4-2, a maioria dos entrevistados informou não fazer uso do veículo, o que mostra que o equipamento doado pelo projeto, atualmente não tem muita utilidade na cadeia produtiva da pesca da comunidade de Picinguaba. Os motivos apresentados pelos entrevistados como justificativa pela não utilização do veículo foram:

- Dependência do atravessador;
- Muita burocracia para utilização do veículo
- Falta de pescado para comercializar;
- Falta de organização dos pescadores para utilização comunitária do veículo;
- O veículo não tem utilidade.

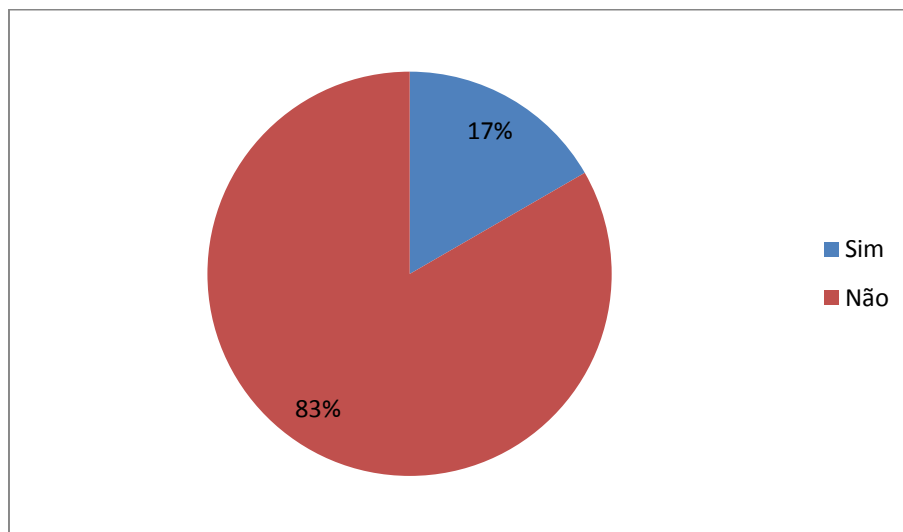


Gráfico 4.4-2 – Entrevistados que fazem uso do rancho de pescadores

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico estão apresentados a seguir. Sobre a participação no processo de escolha do projeto, todos os entrevistados informaram ter participado.

O gráfico 4.4-3 mostra que o projeto é importante para a atividade da pesca artesanal, de acordo com os entrevistados. O principal motivo informado para

justificar essa importância foi facilidade do transporte e escoamento do pescado para a venda no centro de Ubatuba.

A maioria (60%) dos entrevistados informou que consideram o projeto importante para a comunidade. A justificativa dessa importância informada pelos entrevistados foi a facilidade de escoamento do pescado.

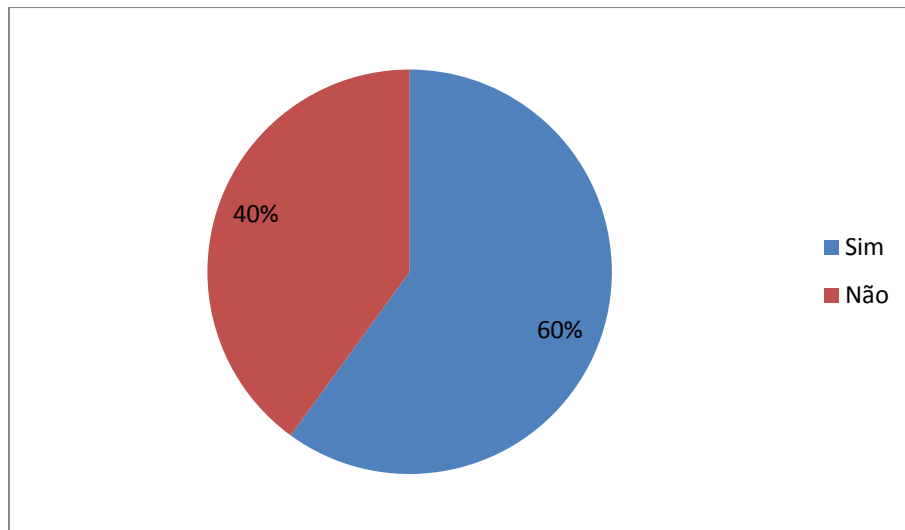


Gráfico 4.4-3 – Consideram o projeto importante para a atividade da pesca artesanal

Sobre a percepção de mudanças na vida ou na comunidade após a chegada do projeto, a metade dos entrevistados informou perceber mudanças. A principal mudança apontada pelos entrevistados foi a maior organização e união da comunidade.

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 2 do questionário são apresentados nos gráficos 4.4-4 à 4.4-7. De acordo com o gráfico 4.4-4, grande parte dos entrevistados (67%) participou dos cursos destinados à gestão comunitária do projeto. Os que informaram não ter participado deram como justificativa estarem pescando nos dias do curso.

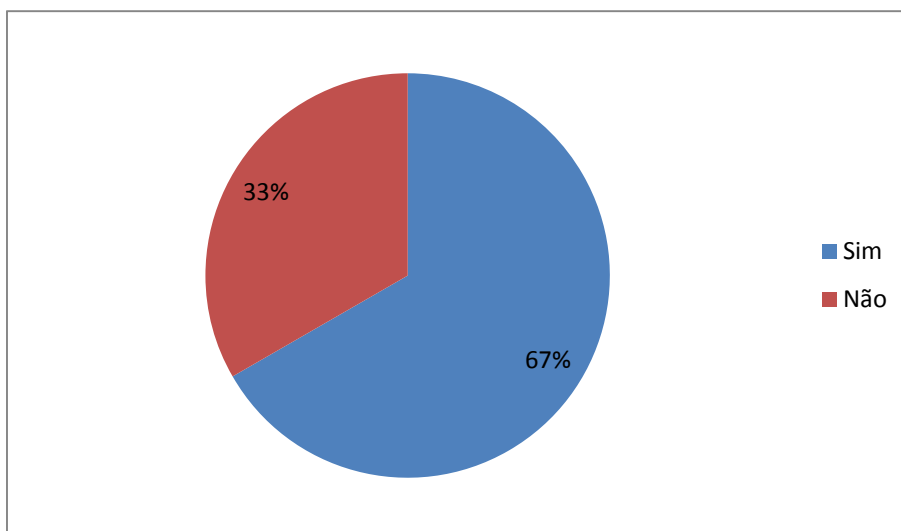


Gráfico 4.4-4 – Participantes dos cursos para a gestão comunitária do veículo

De acordo com o gráfico 4.4-5, a grande maioria dos participantes dos cursos não os considerou úteis para a gestão comunitária do projeto. O motivo apresentado para justificar isso foi a não utilização do veículo pelos pescadores. O único entrevistado que considerou a importância do curso justificou que é devido ao ganho de conhecimentos para a gestão comunitária do veículo.

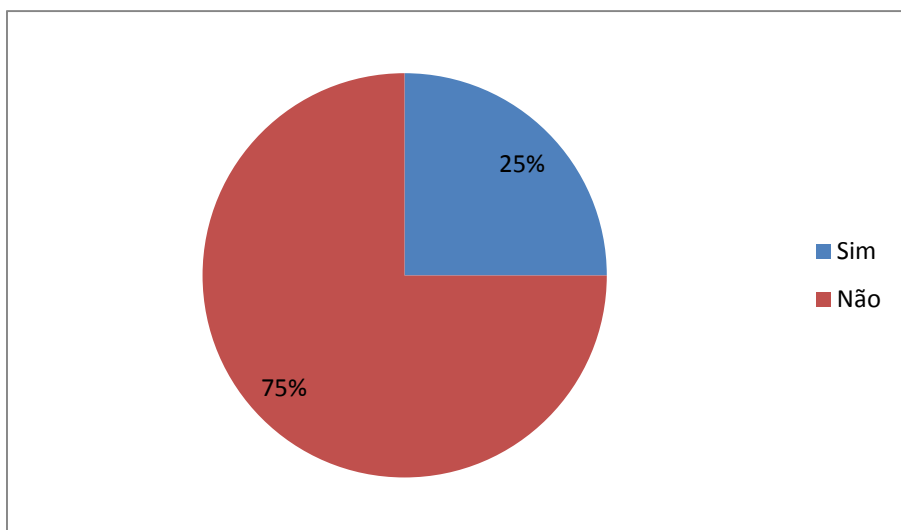


Gráfico 4.4-5 – Percepção quanto à importância dos cursos para a gestão do projeto

Sobre a utilidade dos cursos para a organização comunitária, o gráfico 4.4-6 mostra que a maioria (75%) dos entrevistados os considera importante. A justificativa foi que os cursos mostraram a importância da participação de todos na gestão do projeto.

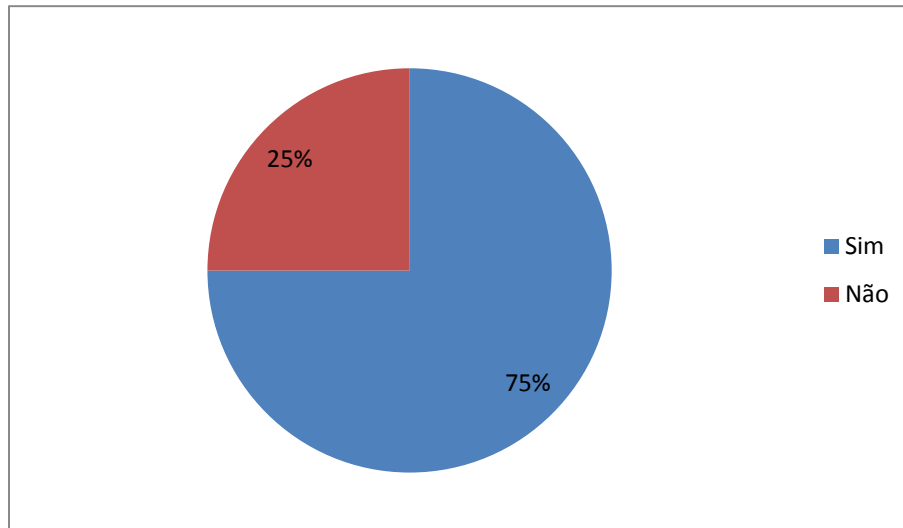


Gráfico 4.4-6 – Percepção quanto à importância dos cursos para a organização comunitária

Já para o crescimento pessoal, todos os entrevistados que informaram ter participado dos cursos, os consideraram importantes. Os motivos apresentados para justificar a importância do curso para o entrevistado foram:

- Trouxe conhecimento para a gestão comunitária;
- Aplicação dos conhecimentos na gestão da associação de Bairro;
- Aplicação dos conhecimentos na gestão da associação de maricultores;
- Aplicação dos conhecimentos no trabalho.

Para os pescadores que participaram dos cursos, foi perguntado sobre a necessidade de outros cursos para a gestão comunitária do projeto. Nesse caso, todos informaram não sentir necessidade por novos cursos para a gestão comunitária do veículo.

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 3 do questionário são apresentados nos gráficos 4.4-7. De acordo com esse gráfico, a maioria (83%) dos entrevistados relataram dificuldades na gestão do projeto. Abaixo, estão apresentadas as dificuldades apontadas por esse grupo.

- Falta de organização do grupo e da associação de moradores;
- Falta de compromisso dos pescadores em assumir as responsabilidades previstas nas regras de uso.

Para solucionar os problemas relacionados à falta de compromisso com as regras de uso os entrevistados informaram ter realizado reuniões com os beneficiados pelo projeto, porém não se alcançou uma solução para o problema.

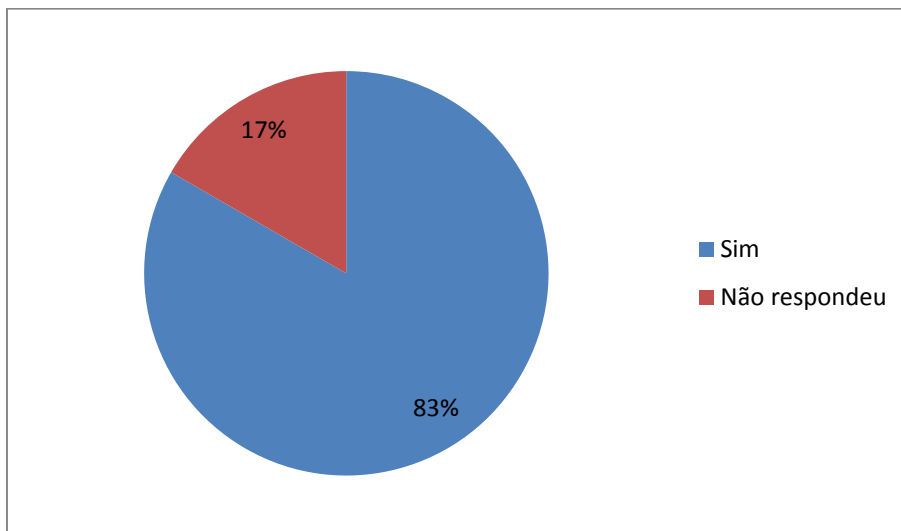


Gráfico 4.4-7 – Relatos de dificuldades na gestão do projeto

Nas perguntas relacionadas ao objetivo específico 4, as expectativas informadas nas entrevistas estão listadas abaixo.

- Receber os projetos elencados como prioritários pela comunidade (Fábrica de gelo ou box de pescado);
- Agregar valor ao pescado, retirando o atravessador da cadeia produtiva da pesca;
- Utilizar o veículo para a maricultura;
- Usar o veículo para os pescadores e para a comunidade;

Todos os entrevistados informaram não ter suas expectativas alcançadas. Esse fato pode ser resultado do processo de escolha dos projetos, onde em diversos casos projetos elencados como prioritários não puderam ser aprovados por questões técnicas ou legais.

Quando questionados sobre as expectativas futuras com relação ao projeto as seguintes respostas foram informadas:

- O veículo continuará não sendo utilizado pelos pescadores;

- Vender o veículo, com o consentimento dos pescadores, e reverter o recurso para a comunidade;
- Utilizar o veículo na maricultura.

Sobre os pontos positivos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Conhecimentos adquiridos sobre gestão comunitária;
- Conhecimentos acumulados no curso.

Sobre os pontos negativos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Desunião da comunidade;
- O fato de o carro não estar sendo utilizado.

A última pergunta da entrevista solicitou a indicação de sugestões. Nesse caso, as seguintes sugestões foram apresentadas:

- Realização de mais cursos na comunidade;
- Vender o veículo outro trocá-lo por outro bem útil para a comunidade.

4.5. Cursos profissionalizantes

Para avaliar a percepção dos contemplados pelo PAPP com relação a esse tipo de projeto, a equipe do PAPP entrevistou 9 participantes dos cursos profissionalizantes.

De acordo com o gráfico 4.5-1, a maioria dos entrevistados foi composta por membros da comunidade entre 30 e 50 anos e acima de 50 anos. Isso mostra que a entrevista com esse grupo abrangeu somente uma pequena parte dos pescadores mais jovens dessas comunidades.

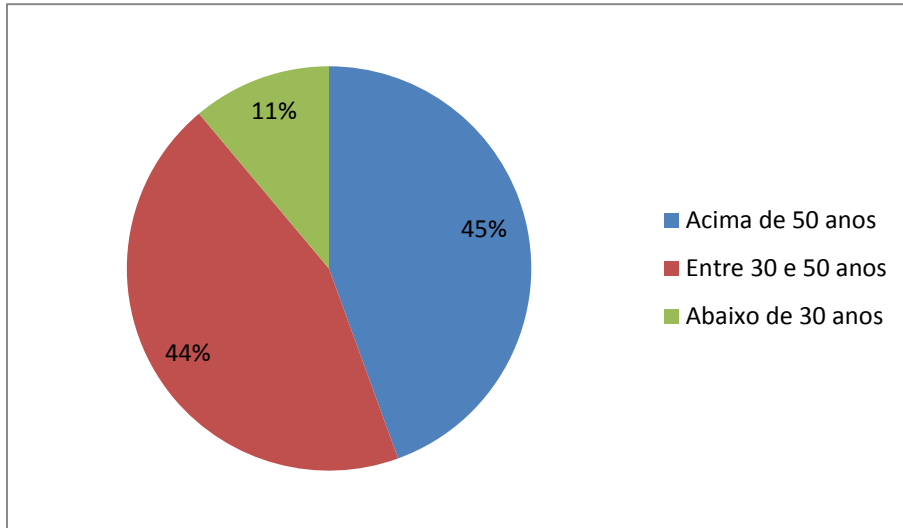


Gráfico 4.5-1 - Faixa etária dos entrevistados

Dos entrevistados, 56% eram homens. Essa porcentagem mostra que para esse tipo de projeto, a participação das mulheres foi mais expressiva.

Do total de entrevistados, 56% informaram atuar na atividade da pesca. Esse dado está relacionado à maior participação de mulheres de pescadores nesse tipo de projeto.

De acordo com o gráfico 4.5-2, a maioria dos entrevistados participou dos cursos profissionalizantes relacionados à mecânica de motores. Todos os entrevistados informaram ter concluído o curso e também ter participado da escolha do projeto.

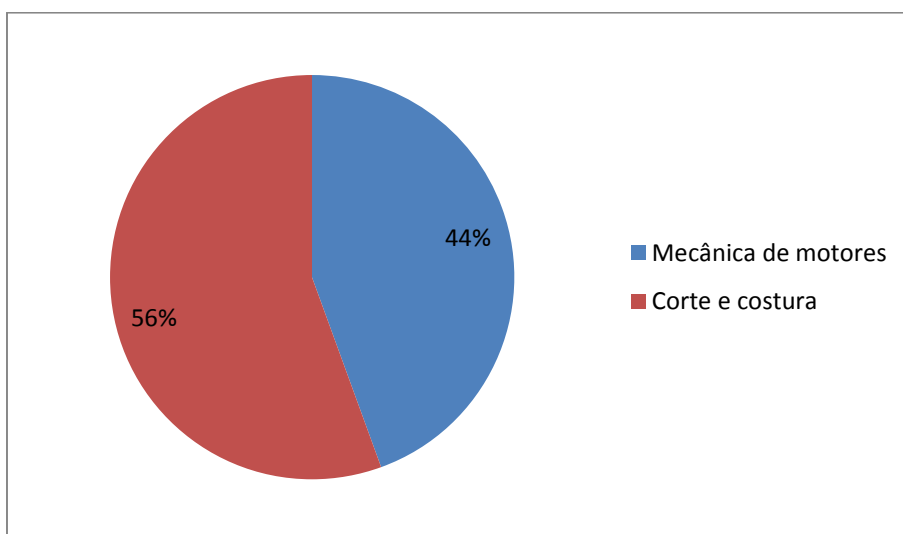


Gráfico 4.5-2 – Participação nos cursos profissionalizantes

Quando questionados sobre a importância dos cursos para a atividade da pesca artesanal, de acordo com o gráfico 4.5-3, a maioria considerou o projeto importante para a atividade da pesca artesanal. Os entrevistados que informaram não enxergarem a importância dos cursos para a pesca artesanal foram os que participaram do curso de corte e costura.

Os principais motivos levantados para justificar essa importância foram:

- Não depender mais de mecânico para dar manutenções básicas nos motores;
- O curso trouxe uma nova possibilidade de geração de renda;
- O curso abriu a cabeça das mulheres.

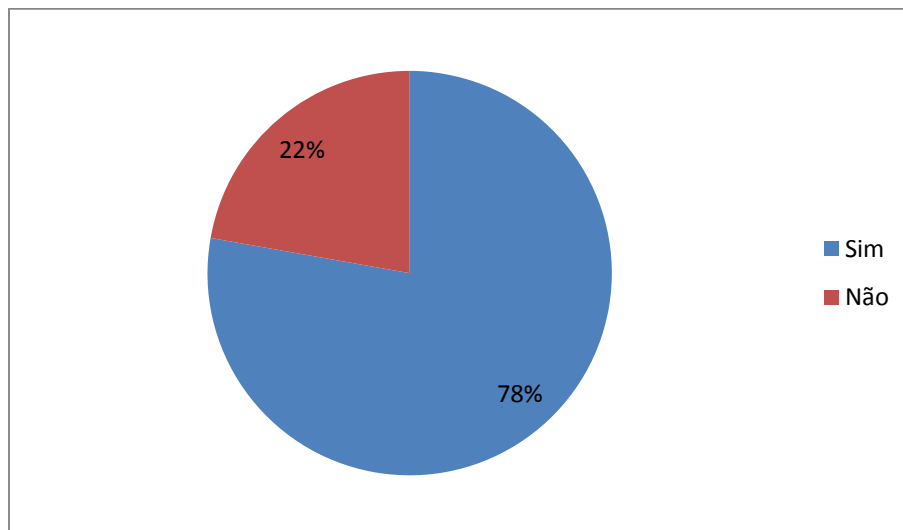


Gráfico 4.5-3 – Consideram o projeto importante para a atividade da pesca artesanal

Quando questionados sobre a importância dos cursos para a comunidade, o gráfico 4.5-4 mostra que 89% consideraram importantes. Os principais motivos levantados para justificar essa importância foram:

- Aumento do número de pescadores com conhecimento sobre manutenção de motores de embarcações;
- O curso abriu a cabeça das mulheres e trouxe uma nova possibilidade de geração de renda para esse grupo.

De acordo com o gráfico 4.5-4, a maioria dos entrevistados (78%) tem aplicado os conhecimentos adquiridos nos cursos.

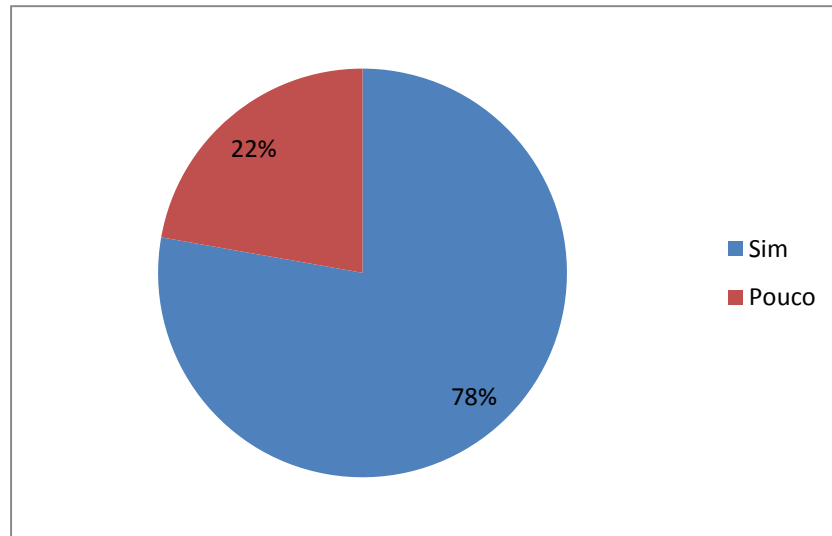


Gráfico 4.5-4 – Aplicação dos conhecimentos adquiridos nos cursos

Sobre a percepção de mudanças na vida ou na comunidade após a conclusão dos cursos, o gráfico 4.5-5 mostra que a maioria dos entrevistados não percebeu mudanças. As mudanças percebidas pelos entrevistados foram:

- Aumento das responsabilidades;
- Não necessidade de contratação de mecânicos para solucionar problemas simples nos motores das embarcações;
- Perspectiva de geração de renda.

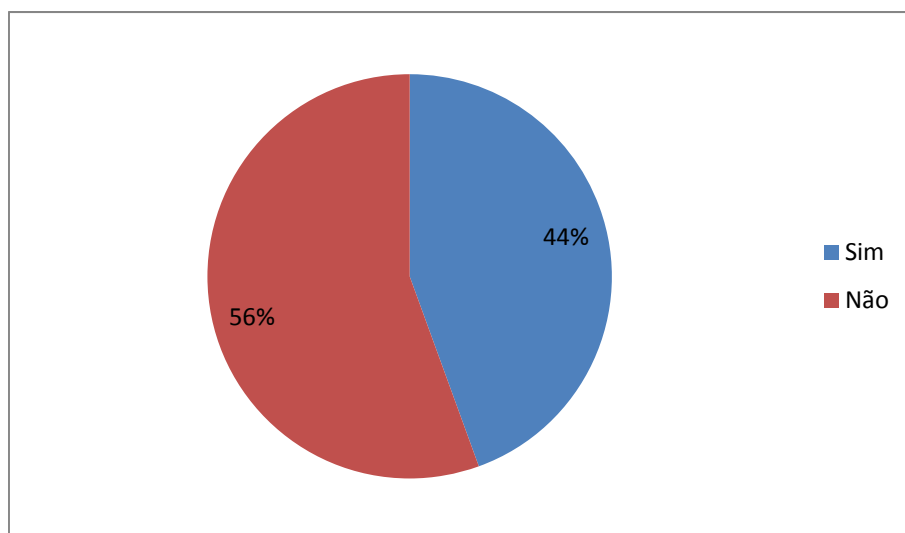


Gráfico 4.5-5 – Percepção de mudanças após a conclusão dos cursos

Quando questionados sobre as dificuldades durante os cursos, somente um entrevistado informou ter tido dificuldade.

Nas perguntas relacionadas ao objetivo específico 4, quando questionados sobre as expectativas sobre os cursos, as seguintes expectativas foram informadas:

- Ter um centro de corte e costura na comunidade;
- Aprender a costurar;
- Aprender técnicas que permitiriam dar manutenção completa nos motores;
- Um curso aprofundado sobre mecânica de motores de embarcações;
- Profissionalizar como mecânico de motores de embarcações.

De acordo com o gráfico 4.5-6, somente 56% dos entrevistados tiveram suas expectativas alcançadas. Esse fato pode ser resultado do processo de escolha dos projetos, onde em diversos casos projetos elencados como prioritários não puderam ser aprovados por questões técnicas ou legais.

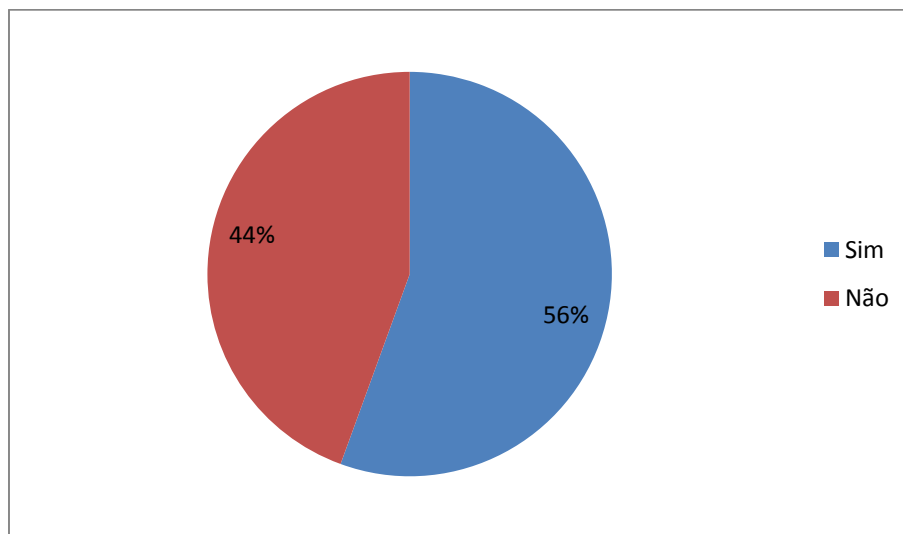


Gráfico 4.5-6 – Percepção sobre o alcance das expectativas

Sobre os pontos positivos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- A qualidade dos cursos;
- A qualidade da consultoria para o desenvolvimento de um negócio em corte e costura;
- Criação do grupo de corte e costura;

- Conhecimentos adquiridos;
- Possibilidade de geração de renda.

Sobre os pontos negativos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Falta de interesse e desunião do grupo;
- Pouca profundidade dos conhecimentos transmitidos nos cursos de mecânica de motores de embarcações;
- Falta de uma sede gratuita para o grupo de corte e costura.

A última pergunta da entrevista solicitou a indicação de sugestões. Nesse caso, as seguintes sugestões foram apresentadas:

- Continuidade dos cursos profissionalizantes;
- Cursos com carga horária maior;
- Novos projetos relacionados à habilitação náutica e regularização de embarcações;
- Projeto de fortalecimento do turismo;
- Continuidade do grupo produtivo de corte e costura;
- Projeto de educação ambiental para a gestão dos resíduos sólidos do bairro.

4.6. Aquisição e reforma de Imóvel para a Sede da Colônia de Pescadores Z-10

Para avaliar a percepção dos contemplados pelo PAPP com relação a esse tipo de projeto, a equipe do PAPP entrevistou 5 membros da Colônia de Pescadores Z10, instituição que recebeu o imóvel do PAPP.

De acordo com o gráfico 4.6-1, a maioria dos entrevistados foi composta por membros da comunidade entre 30 e 50 anos e acima de 50 anos. Isso mostra que a entrevista com esse grupo abrangeu somente uma pequena parte dos pescadores mais jovens dessas comunidades.

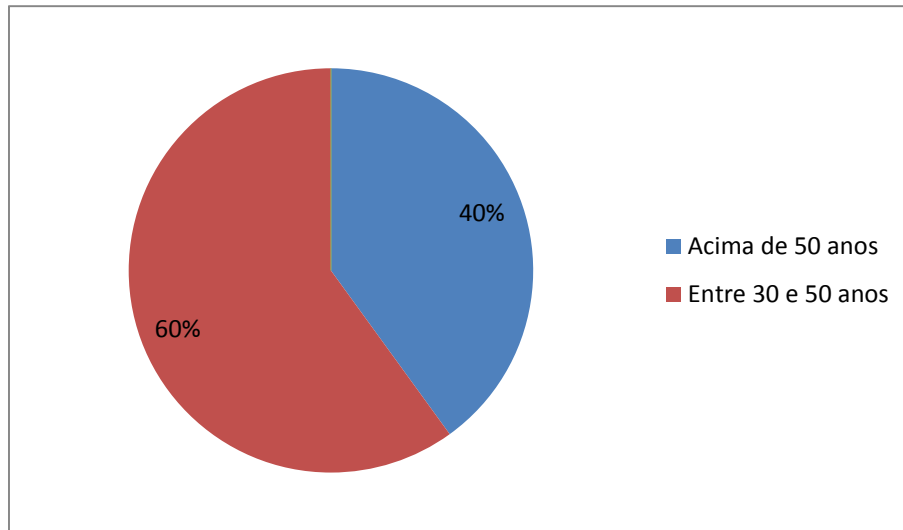


Gráfico 4.6-1 - Faixa etária dos entrevistados

Dos entrevistados, 60% eram homens. Essa porcentagem mostra uma atuação maior das mulheres nessa colônia de pescadores.

Do total de entrevistados, 80% informaram atuar na atividade da pesca. Isso comprova que a atividade da pesca artesanal continua fazendo parte do cotidiano dos beneficiados do PAPP por esse tipo de projeto.

Todos os entrevistados informaram não estarem utilizando o imóvel doado pelo programa. Os motivos apresentados para a não utilização do imóvel foram:

- Planejam dar outro destino para o imóvel, pois não pretendem transferir a sede da colônia para esse imóvel;
- Temem perder o espaço que possuem na Ilha dos Pescadores, onde a sede da Colônia está atualmente instalada;

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 1 do questionário estão apresentados nos gráficos 4.6-2. Sobre a participação no processo de escolha do projeto, a maioria dos entrevistados (80%) informou ter participado.

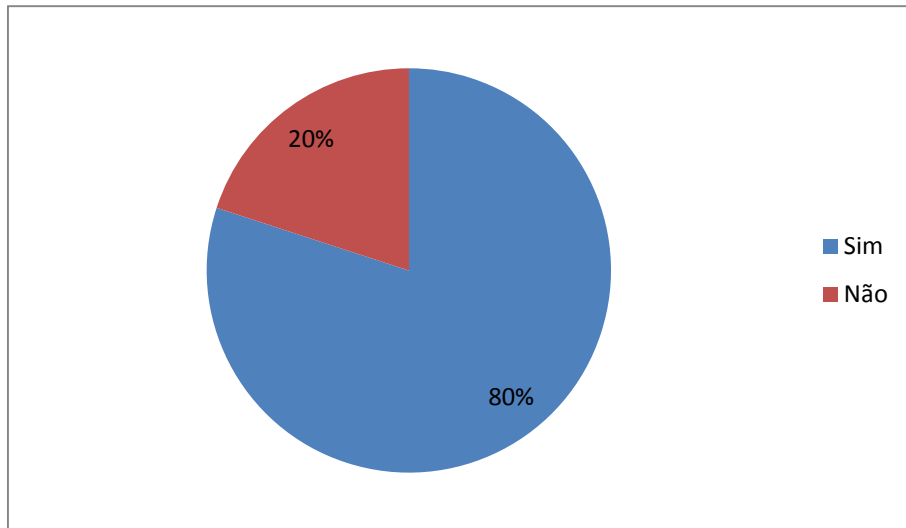


Gráfico 4.6-2 – Participaram da escolha do projeto de compensação

Todos os entrevistados informaram que o projeto é importante para a atividade da pesca artesanal e para a comunidade. Os principais motivos levantados para justificar essa importância foram:

- Os benefícios do imóvel serão transferidos para os pescadores;
- O novo espaço poderá atender um maior número de pescadores;
- O imóvel pode ser alugado para gerar renda para a colônia;
- O projeto empoderou a comunidade e trouxe integração entre seus membros.

Sobre a percepção de mudanças na vida ou na comunidade após a chegada do projeto, a maioria (60%) informou ter percebido mudanças. As mudanças apontadas pelos entrevistados foram:

- Abriu a visão dos pescadores;
- Incentivou a participação dos pescadores no processo.

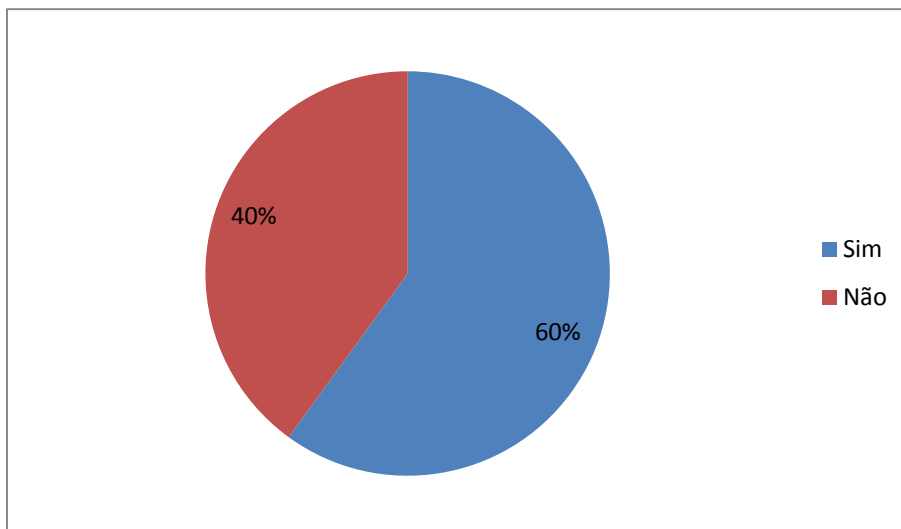


Gráfico 4.6-3 – Percepção de mudanças com a chegada do projeto

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 2 do questionário são apresentados nos gráficos 4.6-4 à 4.1-12. De acordo com o gráfico 4.6-4, grande parte dos entrevistados (60%) participou dos cursos destinados à gestão comunitária do projeto. Os entrevistados que informaram não ter participado do curso deram como justificativa estarem trabalhando no horário dos cursos.

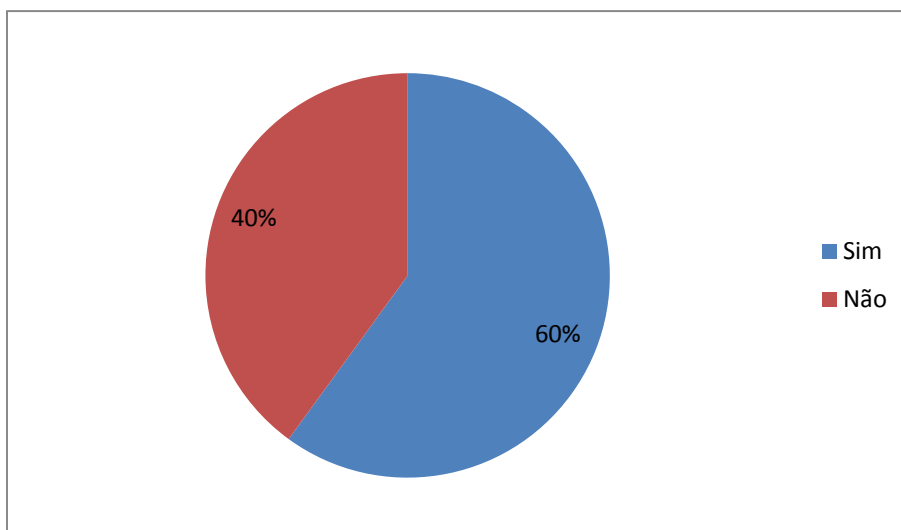


Gráfico 4.6-4 – Participantes dos cursos para a gestão comunitária do imóvel

Todos os participantes dos cursos consideraram estes úteis para a gestão comunitária do projeto, para a organização comunitária e para o ganho pessoal. Os motivos apresentados para justificar essa importância foram:

- Abriu a mente para a importância do trabalho em equipe

- Apresentou a importância do bom atendimento do cliente;

Foi perguntado aos membros do grupo sobre a necessidade de outros cursos para a gestão comunitária do projeto. Nesse caso, o gráfico 4.6-5 mostra que a maioria (75%) tem interesse em receber novos cursos na comunidade, embora nenhum com o objetivo de aprimorar a gestão comunitária do projeto. Os cursos apontados como necessários por esse grupo foram:

- Cursos relacionados à habilitação náutica;
- Curso de elétrica, mecânica de embarcação, e engenharia naval;
- Curso de manipulação de pescado;
- Cursos de artesanato e computação.

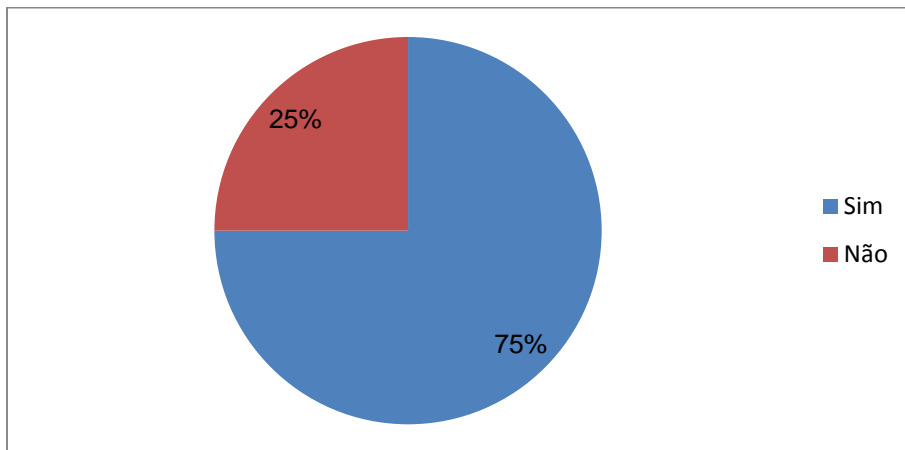


Gráfico 4.6-5 – Percepção quanto à necessidade de outros cursos

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 3 do questionário são apresentados nos gráficos 4.6-6. De acordo com esse gráfico, a maioria dos entrevistados que responderam a essa pergunta relataram dificuldades na gestão do projeto. Abaixo, estão apresentadas as dificuldades apontadas por esse grupo.

- O imóvel não está sendo utilizado pela colônia de pescadores;
- Regularização de área próxima à Ilha dos Pescadores para que fosse comprado um imóvel nessa área da cidade;
- Dificuldades relacionadas à gestão do projeto pelos beneficiados.

Para solucionar o problema relacionado à regularização da área próxima a Ilha dos Pescadores foi realizado um mapeamento da área, o qual foi entregue na Prefeitura Municipal de Ubatuba.

Para solucionar a questão da não utilização do imóvel, a Colônia de Pescadores decidiu alugá-lo.

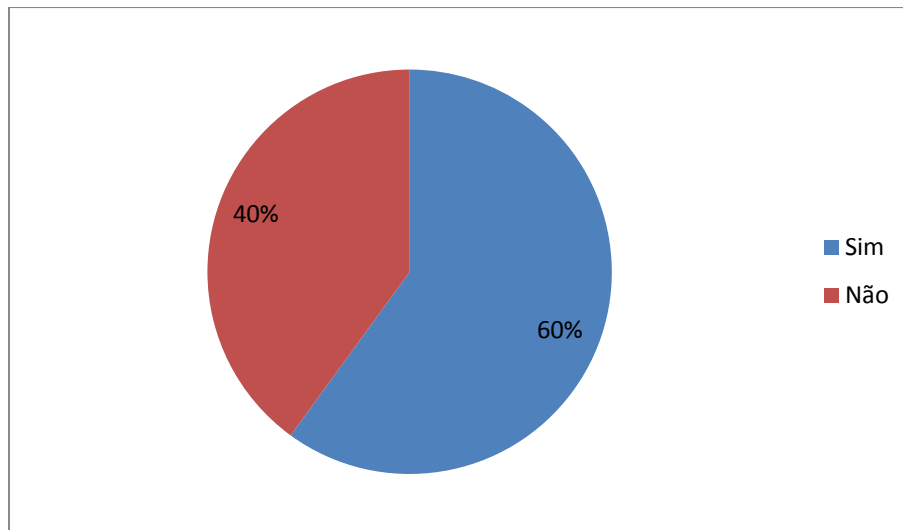


Gráfico 4.6-6 – Relatos de dificuldades na gestão do projeto

As expectativas com relação ao projeto informadas nas entrevistas desse grupo foram:

- Que a nova sede da Colônia fosse na Ilha dos Pescadores;
- Que o imóvel fosse utilizado pelos pescadores artesanais;
- Ter um local melhor para atender aos pescadores artesanais;
- Que o projeto fosse concluído com mais rapidez.

De acordo com o gráfico 4.6-7, a maioria dos entrevistados tiveram suas expectativas alcançadas. Os que não tiveram, deve estar relacionado ao fato de o local do imóvel não poder ser o desejado pelos beneficiados do projeto e à falta de uso desse imóvel pelos pescadores.

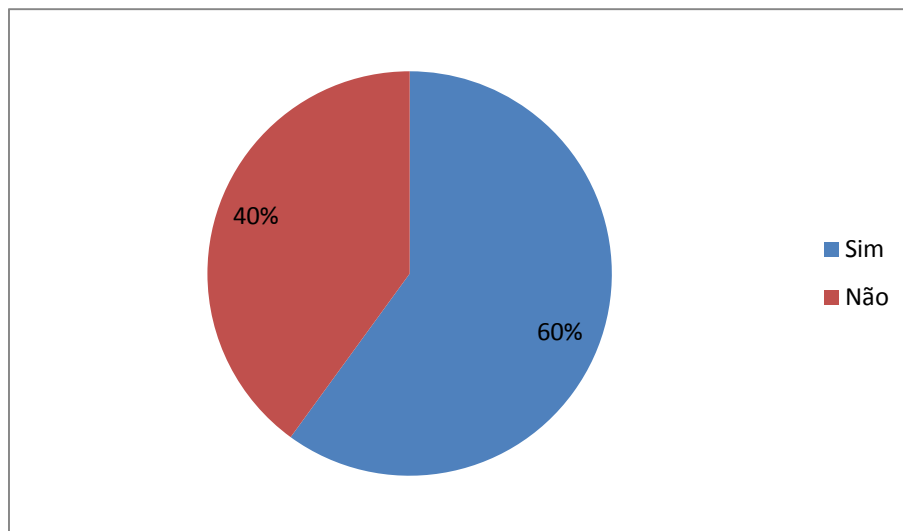


Gráfico 4.6-7 – Percepção sobre o alcance das expectativas

Quando questionados sobre as expectativas futuras com relação ao projeto as seguintes respostas foram informadas:

- Maior participação do pescador em projetos como o PAPP;
- O pescador irá usar e cuidar do imóvel doado pelo programa;
- Implementação de projetos no imóvel;
- Novas compensações para os pescadores.

Sobre os pontos positivos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Qualidade do diagnóstico realizado pelo programa;
- A excelente estrutura do imóvel.

Sobre os pontos negativos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Atraso na conclusão do projeto;
- A localização inadequada do imóvel.

A última pergunta da entrevista solicitou a indicação de sugestões. Nesse caso, as seguintes sugestões foram apresentadas:

- Utilizar o espaço para realização de ações sociais para a comunidade;
- Investimento em infraestrutura para os próximos projetos.

4.7. Reforma/substituição de embarcações e motores

Para avaliar a percepção dos contemplados pelo PAPP com relação a esse tipo de projeto, a equipe do PAPP entrevistou 23 destes, distribuídos em 10 comunidades que receberam esse tipo de projeto.

De acordo com o gráfico 4.7-1, a maioria dos entrevistados foi composta por membros da comunidade entre 30 e 50 anos e acima de 50 anos. Isso mostra que a entrevista com esse grupo abrangeu somente uma pequena parte dos pescadores mais jovens dessas comunidades.

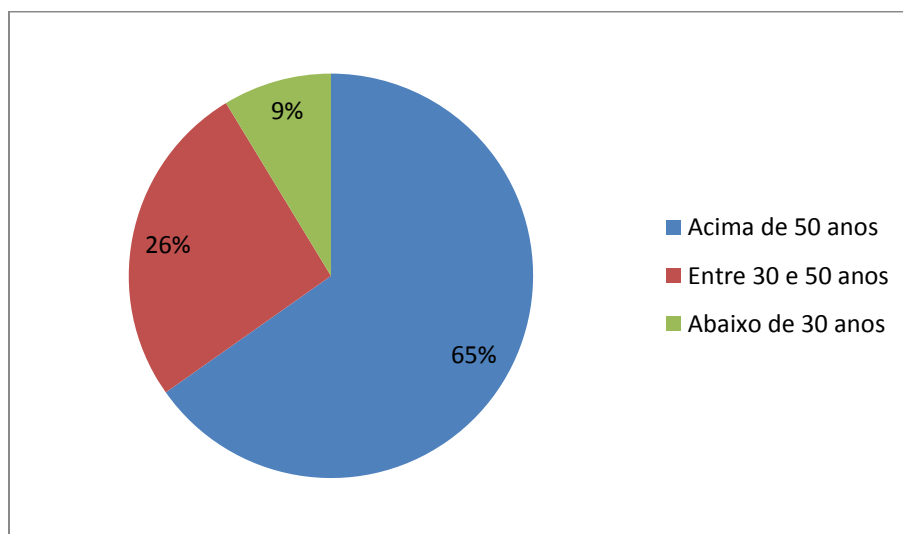


Gráfico 4.7-1 - Faixa etária dos entrevistados

Todos os entrevistados eram homens. Essa porcentagem confirma uma realidade vivenciada no projeto, a predominância de homens atuando na pesca artesanal nessas comunidades.

Do total de entrevistados, 96% informaram atuar na atividade da pesca. Isso comprova que a atividade da pesca artesanal continua fazendo parte do cotidiano dos beneficiados do PAPP por esse tipo de projeto.

De acordo com o gráfico 4.7-4, a grande maioria dos entrevistados informou fazer uso da embarcação recuperada pelo programa, o que mostra que o projeto tem importância para a atividade da pesca artesanal nessas comunidades. Os motivos

apresentados pelos entrevistados como justificativa pela não utilização das embarcações foram:

- Quebra do motor;
- Realização de acabamentos na embarcação;
- Perdeu a embarcação.

O gráfico 4.7-3 mostra que além a atividade da pesca não é o único uso feito das embarcações. Uma porcentagem expressiva dos entrevistados (47%) informou que utiliza a embarcação para transporte.

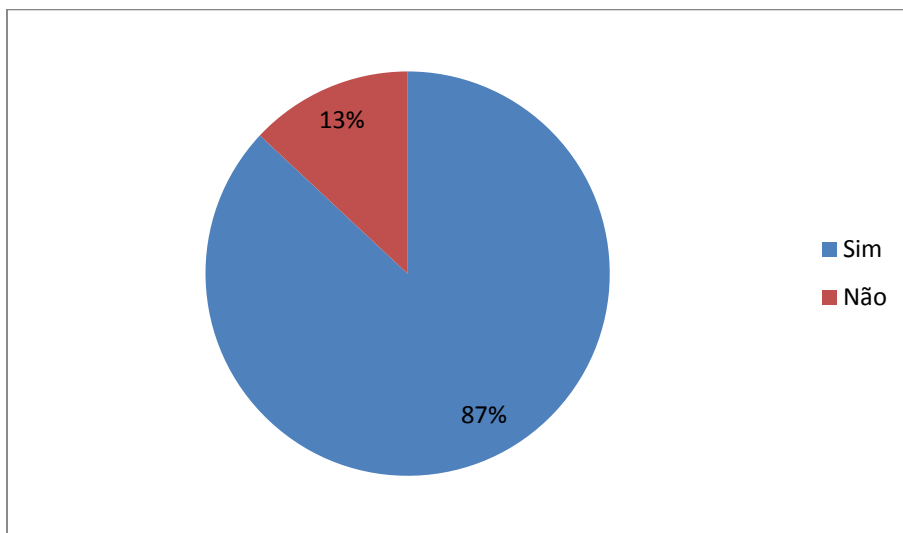


Gráfico 4.7-2 – Entrevistados que fazem uso da embarcação

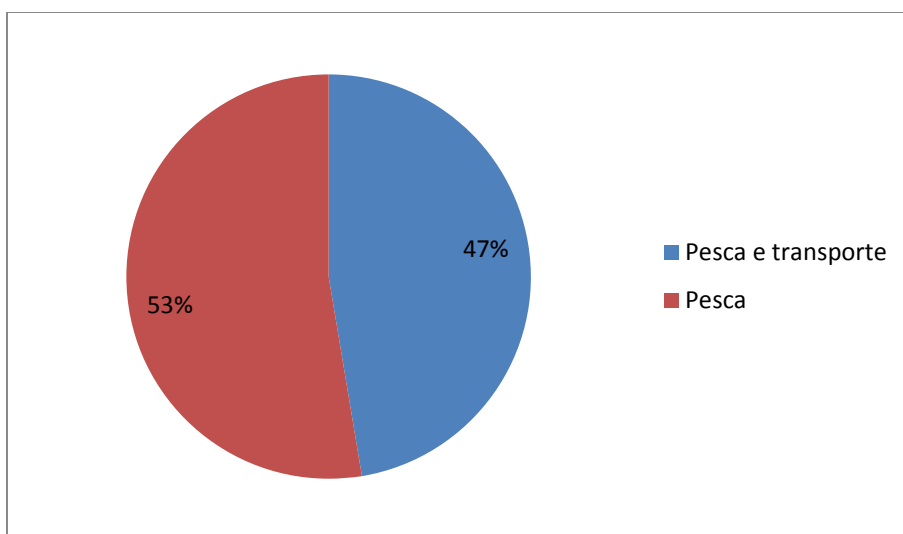


Gráfico 4.7-3 – Tipos de uso das embarcações

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 1 do questionário estão apresentados a seguir. Sobre a participação no processo de escolha do projeto, todos os entrevistados informaram ter participado. Também, todos informaram que o projeto é importante para a atividade da pesca artesanal. Os principais motivos levantados para justificar essa importância foram:

- A embarcação ficou melhor e mais segura;
- O pescador artesanal não tem condições financeiras de realizar reformas nas embarcações da forma como o programa realizou;
- O dinheiro que economizou com a reforma foi utilizado para a aquisição de novos petrechos de pesca;
- A embarcação reformada deu condições para o pescador ir mais longe para pescar.

O gráfico 4.7.4 mostra que a maioria dos entrevistados consideram o projeto importante para a comunidade. Os principais motivos apresentados como justificativa, além dos supracitados foram:

- Facilidade de transporte de membros da comunidade para a cidade;
- Todos os membros da comunidade estavam com as embarcações em condições de uso precárias.

Quando os entrevistados informaram que o projeto não era importante para a comunidade, a justificativa apresentada foi o fato de nem todos os membros da comunidade terem sido contemplados pelo projeto.

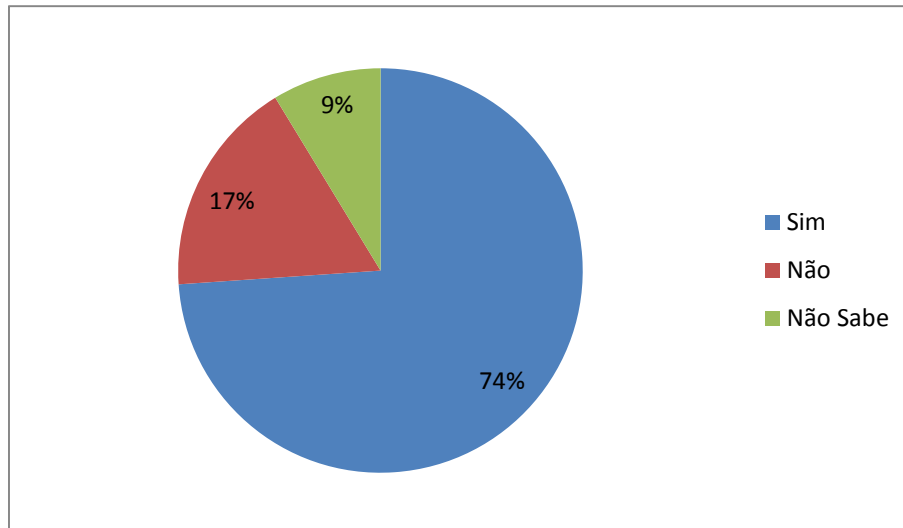


Gráfico 4.7-4 – Percepção sobre a importância do projeto para a comunidade

Sobre a percepção de mudanças na vida ou na comunidade após a chegada do projeto, a maioria (65%) informou não perceber mudanças. As mudanças apontadas pelos entrevistados foram:

- Economia de dinheiro (Figueira; Porto do Meio e Ilha Vitória)
- Trouxe mais confiança para a prática da pesca (Porto Novo);
- A comunidade aparenta estar mais unida (Guanxuma de Búzios)

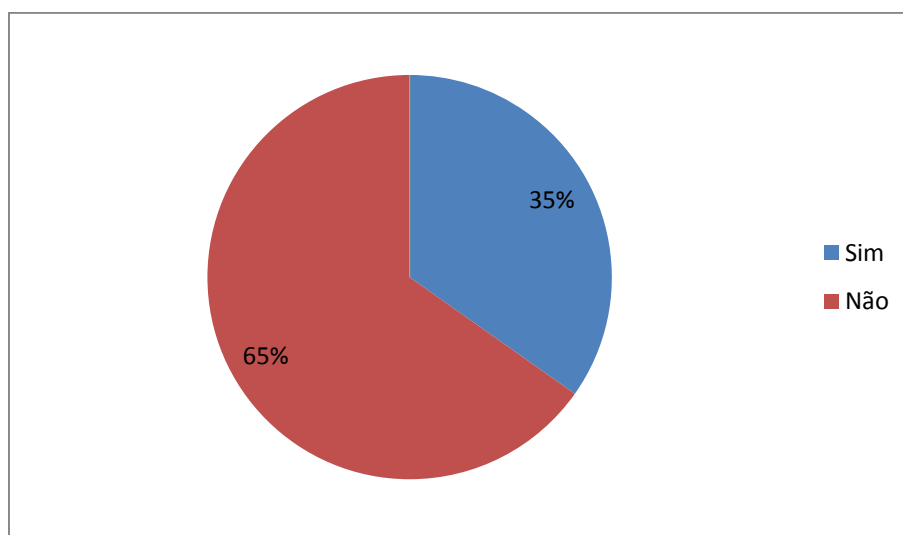


Gráfico 4.7-5 – Percepção de mudanças com a chegada do projeto

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 2 do questionário são apresentados nos gráficos 4.7-6 à 4.7-7. De acordo com o gráfico 4.7-6, grande parte dos entrevistados (91%) não realizou os cursos destinados à comunidade, ou por estarem pescando na época de sua realização ou por se considerarem muito

velhos para participar dos cursos. Cabe informar que os cursos destinados às essas comunidades tiveram que ser realizados na região central de Ilhabela, o que dificultou o acesso de membros da comunidade.

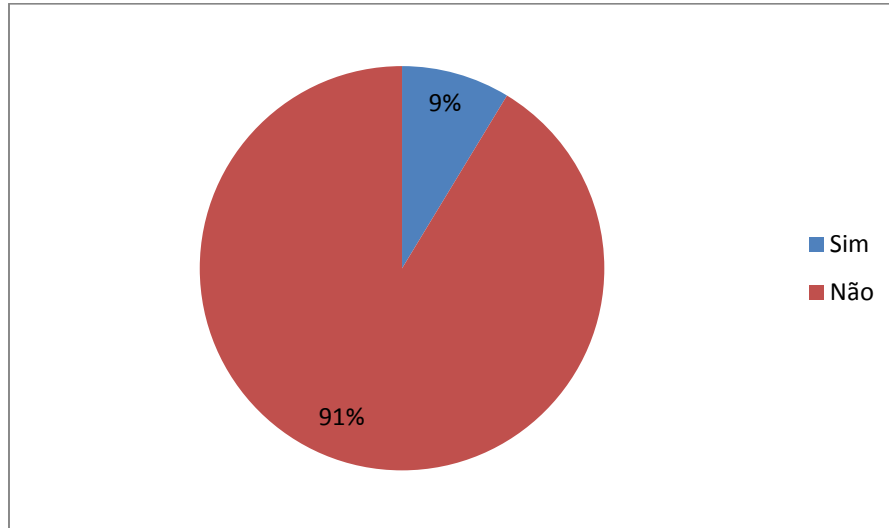


Gráfico 4.7-6 – Participantes dos cursos relacionados aos projetos

De acordo com o gráfico 4.7-7, 100% dos entrevistados que informaram ter participado dos cursos os consideraram importantes para o bom uso das embarcações. Os motivos apresentados para justificar essa importância foram:

- Ganho de conhecimentos;
- Ajudou bastante na manutenção dos motores.

Quando questionados sobre a necessidade de outros cursos para o bom uso das embarcações, 64% dos entrevistados informaram não ter interesse em novos. Os cursos apontados como necessários pelos entrevistados que informaram ter interesse em novos cursos foram:

- Curso de mecânica de reversor;
- Curso de carpintaria naval;
- Curso de elétrica naval.

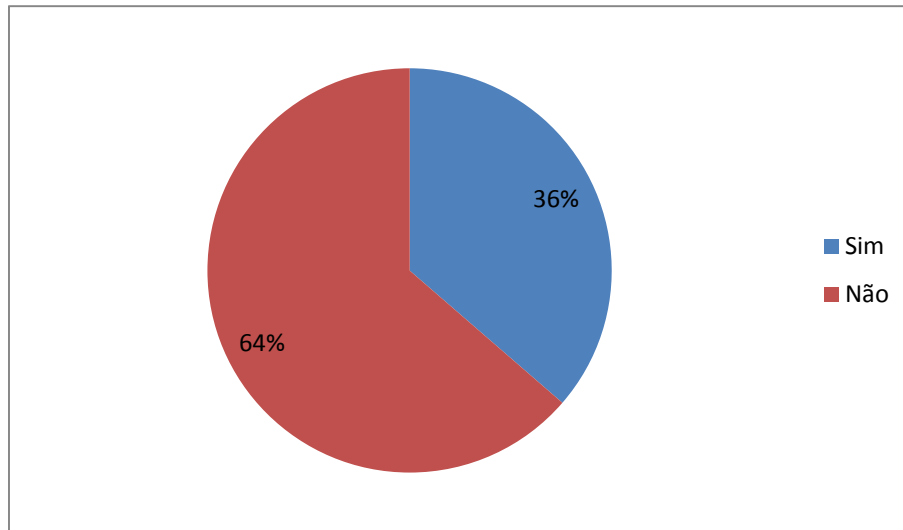


Gráfico 4.7-7 – Percepção quanto à necessidade de outros cursos

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 3 do questionário são apresentados nos gráficos 4.7-8. De acordo com esse gráfico, a maioria dos entrevistados que responderam a essa pergunta relataram não ter identificado dificuldades durante a execução do projeto. Abaixo, estão apresentadas as dificuldades apontadas pelos entrevistados que informaram ter identificado dificuldades. Entre parênteses, é informada a comunidade de onde veio a informação:

- Problemas no motor logo após sua entrega (Praia da Fome);
- Demora da reforma (Porto Novo; Praia da Figueira; Guanxuma da Ilha);
- A mão de obra empregada na reforma da embarcação não era muito boa (Saco do Eustáquio);
- A embarcação está quebrando muito (Saco do Eustáquio).

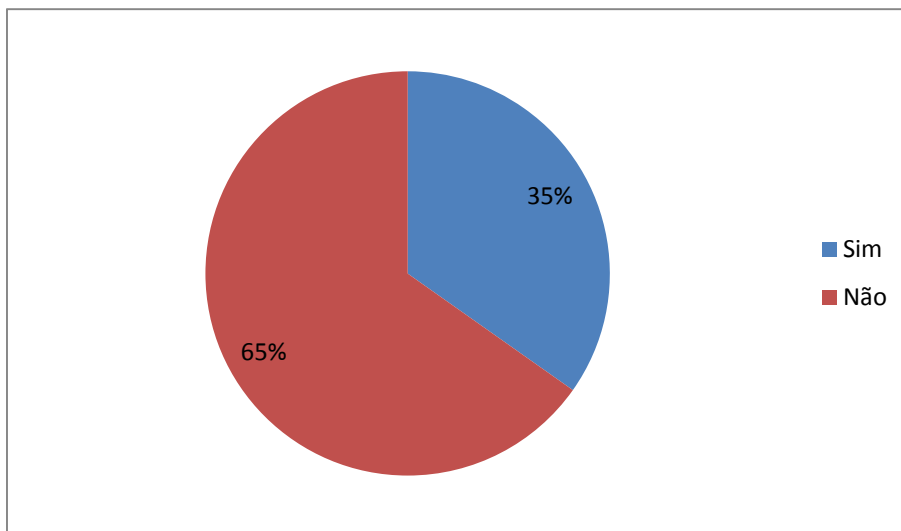


Gráfico 4.7-8 – Relatos de dificuldades durante a execução do projeto

Nas perguntas relacionadas ao objetivo específico 4, quando questionados sobre as expectativas sobre o projeto, as seguintes expectativas foram informadas:

- Melhorar o motor da embarcação;
- Esperava receber como compensação um rancho e a reforma de sua casa;
- Esperava que as compensações fossem iguais para todos;
- Receber uma canoa nova.

De acordo com o gráfico 4.7-9, a maioria dos entrevistados tiveram suas expectativas alcançadas.

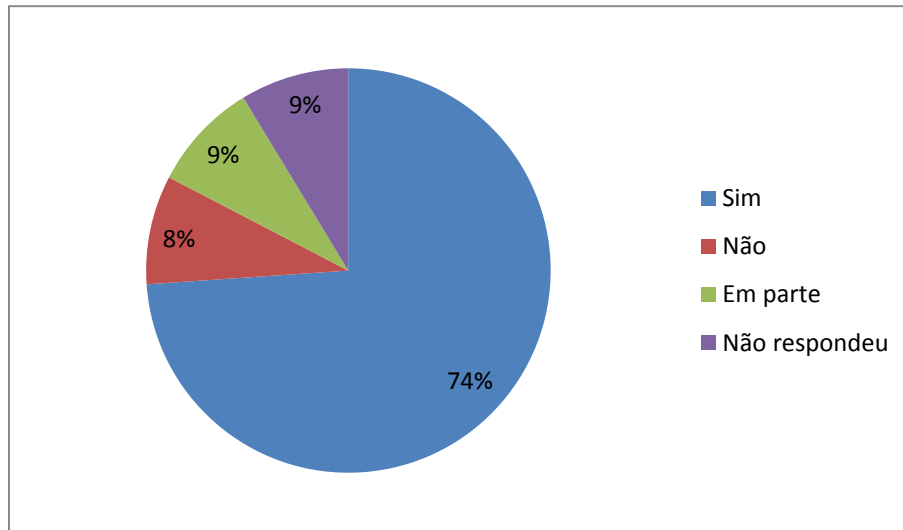


Gráfico 4.7-9 – Percepção sobre o alcance das expectativas

Sobre os pontos positivos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Qualidade dos materiais doados pelo projeto;
- O bom atendimento da equipe;
- Qualidade dos serviços de reforma.

Sobre os pontos negativos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Demora da chegada da compensação;
- Demora na entrega do motor;
- O não atendimento das outras demandas da comunidade;
- Tratamento diferenciado dos pescadores contemplados pelo programa: Alguns pescadores receberam compensações melhores que os outros;
- Impossibilidade de receber motores novos;
- Motor substituído mais fraco que o original.

A última pergunta da entrevista solicitou a indicação de sugestões. Nesse caso, as seguintes sugestões foram apresentadas:

- Realização de novos projetos de compensação;
- Receber a compensação em dinheiro;
- Inclusão de mais membros da comunidade nas compensações;

4.8. Projeto de engenharia para a construção de um píer de pesca

Para avaliar a percepção dos contemplados pelo PAPP com relação a esse tipo de projeto, a equipe do PAPP entrevistou 5 destes.

De acordo com o gráfico 4.8-1, a maioria dos entrevistados foi composta por membros da comunidade entre 30 e 50 anos e acima de 50 anos. Isso mostra que a entrevista com esse grupo não abrangeu pescadores mais jovens dessas comunidades.

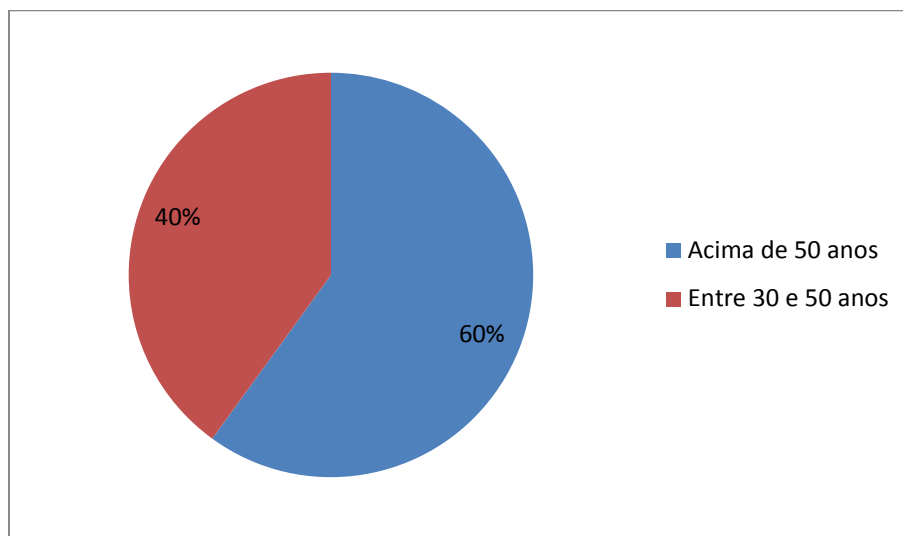


Gráfico 4.8-1 - Faixa etária dos entrevistados

Do total de entrevistados 60% foram homens. Essa porcentagem confirma uma realidade vivenciada no projeto, a predominância de homens atuando na pesca artesanal nessas comunidades.

A maioria dos entrevistados (60%) informou atuar na atividade da pesca. Isso comprova que a atividade da pesca artesanal continua fazendo parte do cotidiano dos beneficiados do PAPP por esse tipo de projeto.

A totalidade dos entrevistados informou não fazer uso do projeto de engenharia do píer, já que, por ser apenas um projeto técnico e não físico, realmente não tem uso para os pescadores

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 1 do questionário estão apresentados abaixo.

Sobre a participação no processo de escolha do projeto, todos os entrevistados informaram ter participado.

De acordo com a opinião de todos os entrevistados, o projeto de engenharia do píer seria importante para a pesca artesanal, se junto com ele fosse realizada a sua construção física. Na atual situação (píer não construído), o projeto não tem nenhuma utilidade para a comunidade. De acordo com os entrevistados, a importância do projeto seria atribuída aos seguintes fatores:

- Existência de uma estrutura para embarque e desembarque de pescado;
- Diminuição de conflitos entre pescadores e operadores de turismo, gerados atualmente pela competição por espaço estruturas de atracação de embarcações;
- Existência de estrutura para embarque e desembarque de turistas.

Todos os entrevistados informaram que consideram o projeto importante para a comunidade. Os principais motivos apresentados como justificativa, além dos supracitados foram:

- Melhoria de acesso ao mar;
- Geração de empregos;
- Uso por toda a comunidade.

Sobre a percepção de mudanças na vida ou na comunidade após a chegada do projeto, de acordo com a figura 4.8.2 a maioria (60%) informou não perceber mudanças. Esse fato está diretamente relacionado ao fato de que o projeto de engenharia não garantiu a construção do píer para os pescadores.

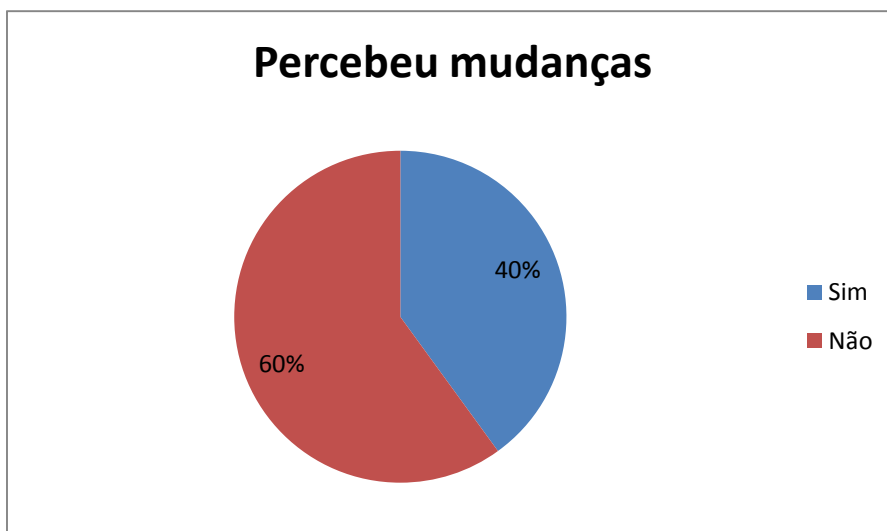


Gráfico 4.8-2 – Percepção de mudanças com a chegada do projeto

Os resultados das perguntas relacionadas ao objetivo específico 3 do questionário são apresentados nos gráficos 4.3-7. De acordo com esse gráfico, a maioria relatou não ter percebido dificuldades na gestão do projeto. Abaixo, estão apresentadas as dificuldades apontadas pelos entrevistados que informaram ter percebido dificuldades.

- Desilusão dos pescadores pela não execução do projeto físico;
- Divergência de opiniões dos pescadores durante o processo.

Para buscar soluções para a execução física do projeto do píer, os pescadores se articularam com a Colônia Z-14 visando mover ações junto ao Ministério Público contra os responsáveis pela construção física do píer.



Gráfico 4.8-3 – Relatos de dificuldades na gestão do projeto

Nas perguntas relacionadas ao objetivo específico 4, quando questionados sobre as expectativas sobre o projeto, as expectativas informadas nas entrevistas estão listadas abaixo.

- Execução física do projeto do píer;
- Que o projeto escolhido fosse uma sede para a Colônia de Pescadores Z14.

Como o projeto escolhido pela maioria não foi a sede para a colônia de pescadores e o projeto físico do píer não saiu do papel, nenhum dos entrevistados tiveram suas expectativas atendidas.

Quando questionados sobre as expectativas futuras, todos os entrevistados informaram desejarem a execução física do projeto.

Sobre os pontos positivos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- Processo de escolha participativo;
- Qualidade do projeto de engenharia;
- Posse do projeto pela Colônia de Pescadores Z-14, não sendo necessário o custeio de um novo projeto, caso a construção física seja um dia viabilizada por alguma instituição;
- Esperança de conseguir unir as entidades.

Sobre os pontos negativos do projeto, os entrevistados listaram os seguintes pontos:

- O projeto gerou desunião entre os pescadores da comunidade;
- Não execução do projeto físico do píer;
- Morosidade na definição sobre a execução física do projeto, o que gerou expectativas não alcançadas e frustrações na comunidade;
- Não existência de recursos para a construção do píer;
- Falta de comunicação sobre o andamento do projeto.

A última pergunta da entrevista solicitou a indicação de sugestões. Nesse caso, as seguintes sugestões foram apresentadas:

- Que a comunidade escolha um projeto e acompanhe o seu andamento;
- Acelerar o processo e auxílio para a construção do píer;
- Alteração do projeto de compensação para uma sede para a colônia.

5. RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DO PAPP

O capítulo 5 tem como objetivo apresentar de forma sucinta uma visão geral dos principais resultados do PAPP.

5.1. Principais problemas enfrentados

Abaixo estão listados os principais problemas enfrentados nos projetos do PAPP:

- **Metodologia para escolha do projeto compensação:** diretrizes IBAMA (delimitaram as opções); falta de organização comunitária para a escolha de um projeto; realização de várias assembleias para escolha do projeto e divergência de opiniões no grupo.
- **Implementação projetos:** atendimento às legislações existentes; enfrentamento burocrático (licenciamento e regularização de áreas); abertura de empresa/associações; superfaturação de mão de obra (exemplo: estaleiros de reforma de embarcações e aquisição de imóveis); regularização de empresas prestadoras de serviços; gestão de contratos; adaptações de obras (escopo do projeto inicial); alteração de orçamentos (exemplo: puxada de embarcações) e repasse de projetos físicos (documentação).
- **Morosidade de implementação dos projetos:** devido aos enfrentamentos burocráticos.
- **Aceitação do projeto eleito pela comunidade:** alteração de escopo durante o processo e/ou após receber o projeto.
- **Gestão do projeto:** conflitos interpessoais; divergência de opiniões; falta de organização comunitária para realizar a gestão do projeto;

alteração de grupo de pescadores (gerações); alteração do cenário e alteração da atividade econômica.

- **Capacitações para a gestão do projeto:** desinteresse dos pescadores; falta de comprometimento; baixa escolaridade; logística e adaptações dos cursos (conteúdo).
- **Monitoramento de compensações e reuniões de acompanhamento de projetos:** projetos sem uso (exemplos: veículo adaptado com caçamba frigorífica sem uso); falta de organização do grupo para gerir o projeto e alteração dos membros da comunidade.

5.2 Soluções encontradas

Abaixo estão relacionadas algumas soluções que a UO-BS realizou para o atendimento da condicionante e continuidade do PAPP:

- Elaboração de uma especificação técnica minuciosa para a contratação de uma empresa para executar os projetos, minimizando impeditivos burocráticos;
- Realização de reuniões conjuntas de alinhamento com órgãos responsáveis e competentes para cada atividade e reuniões com as comunidades;
- Execução de capacitações e reuniões de acompanhamento dos projetos com as comunidades;
- Equipe UO-BS exclusiva para acompanhamento dos projetos;
- Reuniões mensais de monitoramento com a contratada;
- Manter contato e esclarecimento dos processos com as comunidades;
- Manter contato e consulta permanente com o órgão licenciador: IBAMA/CGPEG.

5.3 Principais resultados positivos

Alguns resultados positivos foram verificados no decorrer do Programa, a seguir são apresentados os principais:

- Empoderamento das comunidades;
- Início de uma organização comunitária;

- Processo participativo;
- Projetos de compensação que obtiveram êxito e geraram renda à comunidade (exemplo: fábrica de gelo Saco do Indaiá);
- Aprendizado pelas comunidades;
- Independência de alguns grupos;
- Embarcações reformadas (satisfação dos pescadores);
- Início de organização para o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Santos: PEA Costa Verde.

6. CONCLUSÃO

As informações apresentadas nesse relatório tiveram como objetivo informar ao órgão licenciador da atividade de exploração de petróleo da Bacia de Santos (IBAMA/CGPEG) o status atual do projeto e suas principais dificuldades, desafios e problemas metodológicos relacionados a esse tipo de condicionante do licenciamento ambiental (PCAP). O intuito é contribuir para o sucesso de novos programas de compensação que venham a ser exigidos em processos de licenciamento ambiental pelo país.

Analisando as informações desse relatório foi possível afirmar que o processo de escolha dos projetos prioritários desgastou as comunidades, mesmo antes de sua execução. A inviabilidade da execução de alguns projetos por questões técnicas, legais ou mesmo devido ao atendimento de diretrizes impostas pelo órgão ambiental culminou com a definição de projetos não tão prioritários para a compensação de algumas comunidades.

Foi possível também observar ao longo do processo que as comunidades não estavam organizadas e não tinham conhecimentos suficientes para a escolha de projeto de compensação que beneficiasse a classe pesqueira de forma abrangente e sustentável (econômica e ambientalmente).

Esses fatores trouxeram dúvidas à parte de algumas comunidades sobre manter ou não a escolha do projeto originalmente eleito. Conseqüentemente, em algumas comunidades, o processo tornou-se ainda mais moroso, pois havia opiniões

divergentes entre membros do mesmo grupo. A Petrobras, por sua vez, teve que aguardar o consenso da comunidade para iniciar tais atividades.

Entende-se que para solucionar esse problema, a etapa de definição dos projetos de compensação deve contemplar processos educativos e participativos mais aprofundados, que permitam a reflexão, o fortalecimento e a organização comunitária e que instrumentalizem seus membros com informações completas sobre os projetos pretendidos. Desta forma, a chance de escolha por projetos que realmente trarão benefícios à classe pesqueira irá aumentar.

Outra característica marcante desse projeto foi o fato de que, por ser uma empresa governamental, a Petrobras para adquirir, alienar e contratar a execução de obras ou serviços necessitou adotar um procedimento preliminar que atendesse rigorosamente a todos os padrões determinados na legislação vigente. Tal fato trouxe morosidade ao processo de execução dos projetos, desencadeando certo descrédito das comunidades com relação a sua efetiva realização. A princípio, as comunidades seriam compensadas prontamente, mas a maioria dos projetos enfrentaram diversos entraves burocráticos, como apresentados ao longo do relatório, o que os transformou em projetos extensos em sua execução. Tal fato também dificultou o processo educativo previsto nos projetos executivos das comunidades.

A implementação de tais projetos de compensação, assim como todo o processo de acompanhamento por intermédio da educação e gestão ambiental dos recursos materiais, culturais e sociais de cada uma dessas comunidades relacionado a estes projetos, tendem a minimizar o quadro social destas comunidades historicamente reconhecidas como mais vulneráveis ou susceptíveis a qualquer alteração econômica, tecnológica, cultural ou ecológica. Porém, com alterações metodológicas do processo de implementação de PCAPs, o alcance dos objetivos preconizados nesses programas tende a ser mais viável.

7. RESPOSÁVEL TÉCNICO

NOME	Andréia Martucci Esteves
ÁREA PROFISSIONAL	Bióloga
REGISTRO PROFISSIONAL	CRBio: 82.070/01-D
CADASTRO IBAMA	5.432.127
ASSINATURA	_____